

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

LUCÍLIA SANTOS DA FRANÇA LOPES

**A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS: AQUISIÇÃO DA CATEGORIA DOS
DETERMINANTES POR SURDOS**

VITORIA DA CONQUISTA – BA,
2018

LUCÍLIA SANTOS DA FRANÇA LOPES

**A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS: AQUISIÇÃO DA CATEGORIA DOS
DETERMINANTES POR SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Aquisição e Desenvolvimento da Língua(gem) Típica e Atípica

Orientador: Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2018

L854i Lopes, Lucília Santos da França.

A interlíngua Português-Libras: aquisição da categoria dos determinantes por surdos. / Lucília Santos da França Lopes, 2018. 123f.

Orientador (a): Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 102 – 108.

1. Interlíngua – Português-Libras. 2. Gramática Gerativa – Aquisição da linguagem. 3. Categoria dos determinantes – Libras. 4. Surdos no Brasil – Aquisição da linguagem. II. Universidade Estadual. I. Lessa-de-Oliveira, Adriana Stella. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 407

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The Portuguese-*Libras* Interlanguage: Acquisition of the Determiner category by Deaf

Palavras-chave em inglês: 1. Interlanguage - Portuguese-Libras. 2. Generative Grammar - Language Acquisition. 3. Determiner Category - Libras. 4. Deaf people in Brazil - Language Acquisition

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva (UESB); Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima (UNB)

Data da defesa: 23 de março de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

LUCÍLIA SANTOS DA FRANÇA LOPES

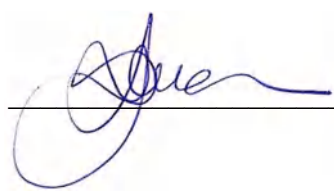
**A INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS: AQUISIÇÃO DA CATEGORIA DOS
DETERMINANTES POR SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

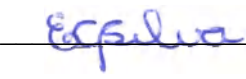
Data da aprovação: 23 de março de 2018

Banca Examinadora:

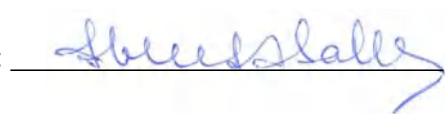
Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima Salles
Instituição: UnB

Ass.: 

A Deus, por toda bondade e amor para comigo, incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos em um trabalho desta natureza não é a tarefa mais fácil, é antes, uma das mais emocionantes e difíceis, pelo simples motivo de que há muito que agradecer: pessoas, momentos e lugares.

Sempre, a Ele, por Ele e para Ele, honra e ações de graças, por todas as coisas, a Jesus, autor e consumidor da minha fé, aquele que pode todas as coisas, que me sustentou, planejou e executou todo um plano perfeito para que eu chegasse até aqui.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

De maneira inefável, carinhosa e cheia de verdade, agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Adriana Lessa-de-Oliveira, pois nunca desistiu desta pesquisa, sempre me estimulou a andar um pouco mais, me fez pensar, ler e compreender o fenômeno que se apresentava nos dados que coletamos, com uma riqueza profícua no conhecimento sobre aquisição de língua, me proporcionou em suas aulas, orientações e conversas, um amadurecimento e aprendizagens imensuráveis. Profa. Adriana, sinto-me perdida com as palavras, para expressar o quanto aprendi com você neste tempo, seu empenho, profissionalismo e caráter são qualidades acolhedoras que fazem com que a jornada se torne mais leve e menos amedrontadora.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi e à Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva pelas contribuições essenciais na qualificação deste trabalho e à Profa. Elisângela, por aceitar participar também na banca de defesa. Com a mesma alegria agradeço à Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima Salles, por se dedicar a avaliação desse trabalho se deslocando de longe. E à Profa. Dra. Rozana Reigota Naves por sua colaboração como suplente externa da Banca Examinadora.

Agradeço com carinho a todos os professores do Programa de Mestrado em Linguística da Uesb, por enfrentarem todos os dias a dura batalha de manter e engradecer este valioso programa de pesquisa, por dedicarem suas vidas a iniciarem outros pesquisadores no maravilhoso caminho da pesquisa em linguística e por toda contribuição no meu crescimento, como pessoa e como profissional.

Aos funcionários do PPGLin, sempre dispostos a nos ajudar, de forma ética e gentil em todo o tempo.

Aos amigos surdos que contribuíram com os dados da pesquisa, em meio a suas agitadas e árduas vidas acadêmicas, dedicaram um tempo me enviando materiais, vídeos e respondendo às minhas perguntas, acreditando que o resultado do trabalho trará contribuições a todos nós.

Um agradecimento bem doce e alegre para os meus dois companheiros de jornada nos estudos gerativistas, o agora amigo e Mestre Marcelo Meira Alves e o mestrando e amigo Wasley de Jesus Santos, com os quais dividi angústias e alegrias durante todo o percurso, confesso que ao lado de vocês tudo parecia mais leve, principalmente quando saíamos para comer *sushi*.

Preciso agradecer aos irmãos e agora amigos da Igreja Batista Nova Sião, que nos acolheram em Vitória da Conquista, a mim e a minha pequena família, e tornaram os dias frios do inverno conquistense, mais aprazíveis. Aos pastores maravilhosos, ao Apóstolo Edilson e sua linda família, por tanto aprendizado que desfrutei lhe ouvindo e vendo em Sião. Os alunos do curso de Libras, maravilhosos, que foram um consolo ao meu coração que sentia falta dos amigos deixados em Ilhéus.

Aos amigos que fiz em Jequié, mas que moram em Vitória da Conquista (Lídia e Felipe, Matheus e Camila, Elenice e Rosinha), que além de me acolherem na cidade, com almoços, jantares, passeios, idas ao sítio, e descontos de mensalidade na escola da filha, torceram, vibraram e comemoraram todas as pequenas conquistas desde o tempo em que eu tentava ingressar. Obrigada amigos!

Aos meus pais na fé, meus amigos de hoje e de toda uma eternidade, Missionários Célia e Alberto e suas duas lindas e inteligentes filhas, por sempre em todo tempo me manterem protegida em oração e lembranças amáveis.

Um agradecimento mais que especial a Nai e Lorhan, ela, a amiga da juventude e vida adulta, forte nas batalhas, um ouvido atento, um ombro amigo, uma casa quentinha que me acolhia sempre, e ele, um novo e fiel escudeiro, sempre a postos para toda e qualquer necessidade do “povo de Ilhéus” que não conhecia Vitória da Conquista.

Todos os meus irmãos e amigos, surdos e ouvintes de Ilhéus, que me aguentaram durante dois anos só falando e sinalizando a palavra e o sinal mestrado, obrigada por adiarem tantas programações e planos, porque eu não podia estar presente.

Minhas mais fiéis e lindas companheiras em Libras do Ministério Mãos Ungidas, o que seria de mim sem Bel, Aline, Arilma, Marília, Leidi, Dani e Ana Paula e seus respectivos

maridos e filhos que me ajudaram em oração e tudo fizeram para que eu não esmorecesse no caminho?

A Profa. Dra. Jurema Lindote da Uesc, que é minha amiga nesta vida e na vindoura, com toda generosidade peculiar do seu coração, sonhou comigo este momento, viu, acreditou e contribuiu para que eu chegasse até aqui.

A amiga e Profa. Dra. da Uesb Jequié e da vida, Sirlândia Santana, uma pessoa que Deus usa de forma estratégica e grandiosa para me abençoar e me estimular. Ela sempre consegue chegar no tempo certo e com as palavras certas para me fazer avançar, muito obrigada amiga!

A UESC e aos meus colegas do Departamento de Letras e Artes/DLA, no qual atuo como docente de Libras, que lutaram para que eu cursasse todo o período do mestrado com afastamento das atividades, em especial aos professores da mesma área: Prof. Dr. Wolney Gomes e Prof. Espec. Melquisedeque Almeida, os quais seguraram todas “as pontas” com a sobrecarga de trabalho que meu afastamento possa ter ocasionado.

A minha maravilhosa pequena-grande família, irmão, cunhada, que dedicaram seu tempo e seu carro para me ajudarem a mudar para Vitória da Conquista, que aventura! Aos meus sobrinhos, sogros, cunhados, outros sobrinhos, primos por torcerem por mim e acreditarem.

A minha mãe, o que seria de mim sem ela? É nela que vejo o maior exemplo de resiliência, de não baixar a cabeça para a tempestade, de não jogar a toalha e nunca perder a graça e a doçura. Obrigada, Mainha, por tudo!

In memoriam, quero trazer a lembrança de meu pai e meu irmão caçula, eles fazem muita falta, mas sei que um dia nos reencontraremos e contarei a eles sobre estas alegrias.

Aos meus pastores Gilmar e Valci, me protegendo em oração e me guardando em seus corações, me estimulam com seus exemplos de fé e coragem. Obrigada por se deixarem usar de forma tão grandiosa.

Agradeço a minha filha Sofia Mel, que com apenas nove anos de idade, entende o significado desta conquista para mim, para nós, e com sua célebre pergunta toda noite, me fazia tirar forças de onde não tinha mais: - Mãe, você está conseguindo?

Por fim, agradeço ao meu esposo Manoel, que neste tempo deixou a cidade, o trabalho e num ato generoso dedicou muito mais do que dois anos para que eu concluísse o mestrado, dedicou sua força de vida, seu amor e todo seu desprendimento, foi o ombro, o leitor, o motorista e tantos outros papéis sempre me olhando com doçura e me dizendo sem palavras que iríamos conseguir.

Melhor é o fim das coisas do que o princípio delas;
melhor é o paciente de espírito do que o ativo de espírito.
(Eclesiastes 7: 8)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa trata de investigação sobre a aquisição da categoria dos Determinantes na interlíngua Português-Libras na escrita de surdos adultos que cursam ou já cursaram o ensino superior. Fundamentado no quadro teórico gerativista, compreendemos que, sendo o léxico mental composto por vocábulos que possuem traços formais, semânticos e fonológicos, conforme a perspectiva lexicalista dessa teoria, a referenciação, função da categoria D, está intimamente relacionada à aquisição do léxico. Com base nessa ideia, levantamos as seguintes hipóteses: (1) o processo de aquisição da categoria dos Determinantes tem se dado mais amplamente entre surdos adultos que cursam ou já cursaram o ensino superior do que entre surdos que estão em níveis de escolaridade anteriores; (2) sendo o léxico o repositório de traços semânticos, fonológicos e também formais, conforme Chomsky (1995), a aquisição de um léxico mais amplo e complexo interfere diretamente na aquisição de categorias formais como a categoria determinante. Os *corpora* do presente estudo se constituem de dois tipos de dados: (I) produções escritas de surdos adultos que cursam ou já cursaram o ensino superior; (II) produções escritas de surdos que não cursaram o ensino superior. O quadro de sujeitos-informantes é composto por seis alunos surdos, quatro desses que fizeram o mesmo curso do ensino superior em instituições públicas diferentes, e dois surdos que cursaram o ensino médio em escola da rede pública de ensino de Vitória da Conquista. Durante a coleta de dados esses sujeitos-informantes foram levados a produzir atividade de escrita sobre tema recorrente em ambiente escolar e/ou acadêmico. Os resultados desse estudo confirmam nossas hipóteses e demonstram que a categoria dos determinantes se apresenta em estágios variados de interlíngua no conjunto dos dados dos sujeitos-informantes estudados. Dessa forma, considerando a hipótese lexicalista do minimalismo, de acordo com a qual o léxico especifica os elementos que o sistema computacional (SC) seleciona e integra para formar expressões linguísticas (CHOMSKY, 1995), assumimos que a aquisição da categoria dos determinantes abarca os traços formativos dessa categoria, que em PB são: definitude, gênero, número, dêixis e anáfora. Alguns aspectos ligados ao quadro de aquisição da categoria D (especificamente artigos definidos e demonstrativos nessa categoria), verificados em nosso *corpus*, pode se explicar pela distância considerável entre os traços formativos da categoria dos determinantes entre a língua alvo, o PB, e a língua nativa, a Libras, que pode levar os surdos a demorarem algum tempo para adquirir os traços dessa categoria, por essa se configurar de maneira diferente da fixada por eles em Libras.

PALAVRAS-CHAVE

1. Interlíngua – Português-Libras.
2. Gramática Gerativa – Aquisição da linguagem.
3. Categoria dos determinantes – Libras .
4. Surdos no Brasil – Aquisição da linguagem.

ABSTRACT

This research addresses investigation of the acquisition of the Determiner Category in the Portuguese-Libras interlanguage in the writing of deaf adults who attend, or have attended, higher education. Based on the generativist theoretical framework, we understand that, since the mental lexicon is composed of words that have formal, semantic and phonological features, according to the lexicalist perspective of this theory, the reference, which is the function of category D, is closely related to the acquisition of lexicon. Based on this idea, we came up with the following hypotheses: (1) the acquisition process of the determiner category has occurred more widely among deaf adults who attend or have attended higher education than among deaf people who are in lower levels of education; (2) If the lexicon is the repository of semantic, phonological and also formal features, according to Chomsky (1995), in the context of acquisition of L2 and acquisition of the writing, the acquisition of a broader and complex lexicon directly interferes in the fixation of formal features as those of the determiner category. The *corpora* of this study are composed of two types of data: (I) written productions of deaf adults who attend or have already attended higher education; (II) written productions of deaf people who have not attended higher education. The group of subjects-informants is composed of six deaf students, four of whom have taken the same course of higher education in different educational institutions and two deaf students who attend high school in the public school system of Vitória da Conquista. During the data collection, these subjects were asked to produce writing activities on a recurring topic in a school and/or academic environment. The results of this study confirm our hypotheses and demonstrate that the determiner category presents itself at a variety of different stages of interlanguage in the data set of the subjects who were studied. Thus, considering the lexicalist hypothesis of minimalism, according to which the lexicon specifies the elements that the computational system (CS) selects and integrates to form linguistic expressions (CHOMSKY, 1995), we assume that the acquisition of the determiner category embraces the formative traits of this category, which in PB are: definiteness, gender, number, deixis and anaphora. Some aspects related to the category D acquisition (specifically definite and demonstrative articles, in this category), verified in our corpus, can be explained by the considerable distance between the formative features of the category of the determiners between the target language, PB, and language native, the Libras, which may cause the deaf person to take some time to acquire the features of this category, since it is configured differently from that fixed by them in Libras.

KEYWORDS

1. Interlanguage - Portuguese-Libras.
2. Generative Grammar - Language Acquisition.
3. Category of the Determinants - Libras.
4. Deaf people in Brazil - Language Acquisition

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Traço de Definitude: ocorrência de Artigos Definidos	82
Gráfico 2 – Traço de Definitude: ocorrência de Artigos Definidos por Informantes.....	83
Gráfico 3 - Traço de Número: ocorrências de Artigos Definidos	87
Gráfico 4 – Traço de Número: ocorrências de Artigos Definidos por Informantes	88
Gráfico 5 – Traço de Gênero: ocorrências de Artigos Definidos	91
Gráfico 6 – Traço de Gênero: ocorrências de Artigos Definidos por Informante	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos do Português Brasileiro.....	66
Quadro 2 – Demonstrativos do Português Brasileiro.....	67
Quadro 3 – Determinantes em Libras (Língua de Partida)	79
Quadro 4 – Determinantes em PB (Língua Alvo).....	79
Quadro 5 – Fatores Internos e Externos de Aquisição da Categoria Determinante	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL2	Aquisição de Segunda Língua
D	<i>Determiner</i> (Determinante)
DAL	Dispositivo de Aquisição da Linguagem
DP	<i>Determiner Phrase</i> (Sintagma Determinante)
ES	Estrutura Morfológica
FP	feminino plural
FS	feminino singular
G2	Gramática da segunda língua
GI	Gramática da primeira língua
GU	Gramática Universal
L1	Primeira língua
L2	Segunda língua
LE	Língua externa
L-I	Língua interna
MLMov	(Mão-Localização-Movimento) Unidade articulatória da Libras
MP	Masculino Plural
MS	Masculino Singular
N	Nome
NP	<i>Name Phrase</i> (Sintagma Nominal)
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PF	<i>Logical Form</i> (Forma Lógica)
PF	<i>Phonetic Form</i> (Forma Fonética)
PM	Programa Minimalista
PP	<i>Prepositional Phrase</i> (Sintagma Preposicional)
S ₀	<i>Initial State</i> (Estado Inicial)
Spec	Especificador, em estrutura x-barra
S _s	<i>Stable State</i> (Estado Estável)
X ou X°	Categoria mínima da estrutura x-barra
X'	Categoria intermediária da estrutura x-barra

XP Categoria máxima da estrutura x-barra (um Sintagma qualquer)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Apresentação do Estudo e Hipóteses	19
1.2 Sujeitos Informantes, <i>Corpus</i> e Transcrição	24
1.3 Metodologia - Caminhos da Pesquisa	26
1.4 Organização da Dissertação	28
2 PERCURSO TEÓRICO DOS ESTUDOS DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	30
2.1 Aquisição na Perspectiva Inatista	30
2.2 O Paradigma Gerativista	34
2.2.1 <i>Princípios e Parâmetros</i>	36
2.2.2 <i>Programa Minimalista</i>	37
2.2.3 <i>Lexicalismo e a noção de traços</i>	39
2.3 Aquisição de Segunda Língua (L2) e acesso à GU.....	42
2.4 Aquisição da escrita.....	46
3 QUESTÕES DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DOS SURDOS BRASILEIROS...	49
3.1 A Libras como Língua Natural	50
3.2 Aquisição de Segunda Língua (L2) por surdos no Brasil	54
3.3 Interlínguas dos Surdos em Nível Acadêmico.....	56
4 A REFERENCIAÇÃO EM LÍNGUAS NATURAIS: CATEGORIA DOS DETERMINANTES.....	60
4.1 Categoria dos Determinantes numa abordagem gerativista	60
4.2 Determinantes no Português Brasileiro (PB).....	64
4.3 A Geometria de Traços aplicada aos Determinantes no PB.....	68
4.4 Determinantes na Libras e Traços Identificados.....	71
5 A CATEGORIA DOS DETERMINANTESNA INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS INVESTIGADA	76
5.1 Descrição e Análise dos Dados.....	79
5.1.1 <i>Aquisição do Traço de Definitude</i>	82
5.1.2 <i>Aquisição dos traços da categoria número</i>	86
5.1.3 <i>Aquisição do traço de gênero</i>	90
5.1.4 <i>Aquisição do traço dêitico/Anafórico</i>	94
5.2 Aquisição da Categoria dos Determinantes e Fatores Externos	96
6 CONCLUSÃO.....	99

REFERÊNCIAS	102
ANEXO– SEL: Sistema para Escrita de Libras	109

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Estudo e Hipóteses

As pesquisas em torno da aquisição da Língua Portuguesa por surdos encontram ressonância cada vez maior no espaço acadêmico, para responder a uma demanda crescente destes cidadãos. No comprometimento das ciências da linguagem, a linguística moderna, na perspectiva gerativa, oferece um aporte teórico consistente para apoiar as pesquisas sobre aquisição de uma segunda língua (L2) por surdos, conforme publicações de autores como Brochado (2003), Lima-Salles e Chan-Vianna (2010), Lima-Salles e Pires (2011), Prado (2014) Lessa-de-Oliveira (2012) Silva (2015) Sandes-da-Silva (2016).

O problema dos surdos brasileiros no tocante à aquisição da língua oral reside no fato de eles não ficarem expostos ao Português Brasileiro (doravante PB) desde que nascem, devido à surdez, que impede o acesso desses indivíduos ao *input* acústico e, conseqüentemente, à aquisição desta língua. Junta-se a isso o fato de que a maioria nasce em famílias de pais e irmãos não surdos, não falantes de línguas de sinais, o que leva a não aquisição também da Libras (ALMEIDA, 2009). Assim, na maioria dos casos, quando os surdos vão para a escola, estes ainda não adquiriram uma língua, nem mesmo a de sinais, utilizada pelos outros indivíduos nos diversos ambientes sociais. E a aquisição do Português deverá se dar na modalidade escrita juntamente com a aquisição da Libras, em modalidade falada. Agravando-se ainda mais esse contexto no caso de surdos que só chegam à escola já adolescentes ou adultos.

Havemos de considerar também o fato de que a aquisição da escrita de uma língua oral, sem acesso a esta pelo canal auditivo, torna-se um dos maiores desafios enfrentados pelas pessoas surdas em todo o mundo. Já a aquisição da língua de sinais, em muitos casos, se dá assim que os surdos iniciam contato com grupos de surdos mais velhos que já falam a língua.

As línguas de sinais são de natureza gesto-visual, por isso utilizam mãos, braços e dedos, envolvendo também outras partes do corpo, para configurar os sinais/signos, e utilizam os olhos para recepção da mensagem, diferentemente das línguas orais (ou oroauditivas), que utilizam aboca/língua e as pregas vocais, para emissão da fala, e ouvido, para recepção da mensagem. Apesar desta diferença entre a língua de sinais e as línguas orais, compreende-se

que ambas são línguas humanas e naturais, portanto partilham de características gramaticais universais: campo lexical, categorias e processos gramaticais, sentenças simples e complexas, interrogativas, declarativas, imperativas, exclamativas, optativas, traços de tempo, modo, aspecto, gênero, número, referenciação, empréstimos, entre outros aspectos.

Assim, considerando aspectos universais entre as línguas, isto é, a ideia de que há aspectos gramaticais comuns presentes em todas as línguas do mundo, e a hipótese lexicalista, que assume Chomsky (1995), no Programa Minimalista da Teoria Gerativa, de acordo com a qual o léxico seria o repositório dos traços formais, fonéticos/fonológicos e semânticos responsáveis pela construção das derivações das sentenças dentro de uma estrutura gramatical, compreendemos que o desenvolvimento de um campo lexical na primeira língua (L1) estabelece uma relação direta com o desempenho nesta língua.

E, assumindo, com Kato (2005), que a aquisição da escrita toma a fala como base de acesso indireto à GU, entendemos que o acesso a um léxico mais amplo na Libras, primeira língua da pessoa surda, pode ser importante também num processo de aquisição de uma L2 apenas em modalidade escrita (como é o caso particular de pessoas surdas), uma vez que a aquisição da gramática de uma língua não prescinde da aquisição de seu léxico; e a aquisição do léxico de uma L2, como o PB, torna-se muito mais difícil para adquirentes dessa língua em modalidade escrita como L2, como é o caso de surdos, por questões relacionadas à perda auditiva.

Assim, acreditamos que a aquisição da gramática de uma língua particular está intimamente ligada à aquisição do léxico dessa língua. Por exemplo, para a aquisição do mecanismo de referenciação na L2, faz-se necessário a aquisição dos itens lexicais com seus leques de traços semânticos, formais e fonéticos/fonológicos. Em se tratando da aquisição de uma L2 e em modalidade escrita, como é o caso de surdos adquirindo o PB, como vimos, o acesso ao sistema de referenciação desta língua passa, certamente, pelo léxico, não somente do Português, repositório dos traços formais, semânticos e fonológicos dessa gramática, mas também pelo léxico da Libras, repositório dos traços semânticos (além dos formais e fonológicos) que podem servir de ponte à aquisição do léxico da L2.

Nesse sentido, nossa investigação parte de uma observação apriorística de certo salto que alunos surdos do Ensino Superior parecem dar no que diz respeito ao processo de aquisição do PB escrito, mediante ampliação significativa de seu léxico, primeiro em Libras depois em PB, em comparação a surdos que cursaram somente até o Ensino Médio.

Assim, escolhemos estudar o processo de aquisição de determinantes em PB (artigos definidos e demonstrativos) por surdos, a fim de verificar quais são os fatores internos significativos ao processo de aquisição e se, de fato, podemos apontar associação de fatores externos que proporcionam ampliação do léxico, tanto da Libras quanto do PB, com a aquisição de determinantes em PB.

O estudo deste tema neste trabalho justifica-se, portanto, por encontrarmos produções escritas de pessoas surdas que ingressam no ensino superior, apresentando níveis variados de interlíngua, verificando-se processo de aquisição da categoria dos determinantes ainda em andamento entre alunos surdos que concluíram o Ensino Médio, como se observa nos exemplo abaixo (1), (2), (3) e (4)¹:

- (1) Os Surdos têm família ouvintes, para que a aquisição da LIBRAS tenha sucesso, seria necessário que a família aprenda a língua PARA COMUNICAR COM OS FILHOS SURDOS. (SI3-Cursando ensino superior)
- (2) Na minha experiência, sou surdo de()nascença e oralizado, adquiri (a)Língua Portuguesa brasileira como minha primeira língua e depois aprendi a Libras como () segunda língua. (SI4- cursando ensino superior).
- (3) Mas () surdos aprender sinal aprender () coisas. (SI5-cursando o terceiro ano do nível médio)
- (4) () L2 ensinar () palavra fszer () crianças começar () palavras () aprender () futuro () palavras (SI6- cursando o terceiro ano do ensino médio).

Para analisar a interlíngua apresentada por surdos que cursam o ensino superior e médio, consideramos a hipótese lexicalista do minimalismo, de acordo com a qual o léxico

¹ Os exemplos pertencem ao *corpus* dos textos produzidos pelos informantes da pesquisa. O destaque dos artigos sublinhados (determinantes inseridos corretamente), tachados (determinantes inseridos incorretamente), ou com parênteses preenchidos (determinantes ausentes incorretamente) com artigo e o uso dos parênteses vazios (determinantes ausentes corretamente) inicialmente é para apresentar o nosso objeto de investigação. Na seção de análise e descrições dos dados, faremos detalhamento da metodologia para leitura destes dados. A sigla usada dentro dos parênteses, após as sentenças dos exemplos (1) e (2), (3) e (4), correspondem aos termos que usamos neste trabalho para identificação dos informantes, e o número corresponde à ordem do recebimento da produção escrita de cada informante no decorrer da coleta. As siglas significam SI :Sujeito Informante 3 e Sujeito Informante 4.

especifica os elementos que o sistema computacional (SC) seleciona e integra para formar expressões linguísticas (CHOMSKY, 1995), e, assim, nossa análise dos dados busca responder se o léxico é mesmo responsável por especificar elementos formais (ou sintáticos) e se os surdos que cursam ou já cursaram o ensino superior demonstram possuir maior domínio na apropriação da categoria dos determinantes, na modalidade escrita do PB. Ou seja, sendo o léxico o repositório dos traços formais e, sendo a categoria D, constituída de traços formais, procuramos investigar se a aquisição de um léxico mais amplo, tanto em quantidade quanto em complexidade semântica, trás implicações positivas à aquisição de uma categoria formal como D.

Considerando o contato com maior quantidade e complexidade de textos escritos no ensino superior, que se constitui como *input* favorável à aquisição da escrita do PB como L2, destacamos esse como um contexto propício ao favorecimento da ampliação lexical, lembrando que a aquisição da escrita é um processo consciente, diferentemente da aquisição da fala (KATO, 2005). Todavia, lembramos que a aquisição de uma língua oral em modalidade escrita, como segunda língua (L2), por surdos, por vezes, se assemelha à aquisição da escrita no início da escolarização de crianças ouvintes ou aquisição de uma língua estrangeira oral. Nesse aspecto, o léxico da língua alvo tem papel relevante durante a aquisição.

Os falantes de língua de sinais surdos chegam ao ensino superior com diversos níveis de interlíngua, portanto suas produções escritas são o alvo de nosso estudo, pois estes são desafiados a passar por todo o ensino superior, e se tornarem profissionais que enfrentarão o mercado de trabalho na profissão escolhida, o que lhes impõe um domínio de escrita compatível com sua formação.

Reconhecemos que os surdos que dominam a Libras continuam percorrendo um árduo caminho na aquisição da gramática escrita da segunda língua, considerando as características peculiares da Libras, que, de acordo com Prado (2014 p. 24), “[...] é uma das muitas línguas de sinais cuja natureza articulatória é gesto-visual, o que pode implicar interferência do aspecto tridimensional da articulação da língua na estrutura gramatical”, trazendo grande distanciamento entre o PB, língua alvo no processo de aquisição pelos surdos, e a Libras.

Essas diferenças entre as duas línguas trazem implicações no que diz respeito ao processo de aquisição da escrita por surdos como L2. Destacamos aqui a questão da aquisição da categoria dos determinantes, pois as línguas orais, seja na modalidade falada ou na escrita,

dispõem de um “recurso discursivo para referir-se aos objetos, não sendo necessária, portanto a utilização de gesticulação, para identificar os referentes” (PRADO, 2014. p.24), ou seja, os recursos utilizados pelas línguas orais estabelecem a referenciação dos nomes de forma dêitica, como na utilização de demonstrativos (esta, essa, aquela, etc), ou de forma anafórica, como o uso dos artigos (o, os, a, as). Com relação à categoria dos determinantes em Libras, Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) defendem que a Libras processa a referenciação, usando o espaço físico por meio dos localizadores, ou Locs, de apenas de forma dêitica.

Considerando língua alvo e língua sinalizada de surdos em processo de aquisição do PB escrito, verificamos grandes diferenças de certos aspectos na categoria determinante entre essas duas línguas, o que certamente traz reflexos no processo de aquisição. Mediante esse cenário, observamos, em grande parte dos nominais encontrados na interlíngua Português-Libras de surdos que cursam níveis variados de ensino, ausência de artigos e, quando presentes, podem apresentar trocas na concordância de gênero e número.

Essa observação nos leva a questões a respeito dos fatores internos e externos que interferem no processo de aquisição da categoria dos determinantes na interlíngua Português-Libras por surdos:

- (i) Que fatores externos estariam interferindo no processo de aquisição da interlíngua Português-Libras estudada?
- (ii) Que fatores internos estariam interferindo no processo de aquisição dessa interlíngua?
- (iii) O fato de os Locs ocorrerem como determinantes na Libras (cf. PRADO; LESSA-DE-OLIVEIRA 2012; PRADO, 2014) favorece a aquisição de traços como definitude, dêixis, anáfora, gênero, número, na aquisição do sintagma determinante da Língua Portuguesa?

Tais questões nos levam às seguintes reflexões:

- (i) Os possíveis fatores externos a interferirem no processo de aquisição da interlíngua Português-Libras, considerando-se que se trata de um

processo de aquisição da modalidade escrita, seriam: escolaridade, tipo de contato com o *input* e período crítico de aquisição da L1.

- (ii) Quanto aos fatores internos a interferirem no processo de aquisição da categoria dos determinantes na interlíngua Português-Libras estudada, estes podem ser, por se tratar de uma categoria funcional, traços formais, fonéticos e semânticos presentes nessa categoria.
- (iii) Considerando a hipótese de acesso indireto à Gramática Universal, no processo de aquisição da linguagem, quaisquer dos aspectos presentes na categoria dos determinantes em Libras podem fazer-se presentes no processo de aquisição da L2. Resta-nos saber que aspectos verificados em dados de aquisição da interlíngua Português-Libras estudada podem ser identificados como resultado de interferência da L1.

Portanto, nos deteremos na análise do processo de aquisição da categoria dos determinantes (categoria D) na Língua Portuguesa, L2 dos nossos informantes, no aspecto relacionado à definitude, dêixis, anáfora, gênero e número, especificamente a aquisição dos artigos definidos e demonstrativos, com base nos princípios gerativistas de aquisição da linguagem. Nosso estudo busca contribuir com aspectos que descrevam e expliquem a situação de aquisição da segunda língua dos surdos em ambiente acadêmico.

1.2 Sujeitos Informantes, *Corpus* e Transcrição

Os sujeitos-informantes que colaboraram com esta pesquisa são seis surdos adultos. Quatro com ensino superior concluído em licenciatura Letras-Libras e outros dois cursando, na época da pesquisa, o último ano do ensino médio. Todos os seis informantes são fluentes em Libras, e serão identificados como SI1, SI2, SI3 e SI4, SI5 e SI6. Dois informantes com ensino superior relatam que iniciaram seu processo de aquisição da linguagem em Português oral como forma de comunicação entre familiares, esforçando-se para ler os lábios das pessoas e associar ideias, sendo que se lembram de terem apoio de acompanhamento fonoaudiológico por pouco tempo (SI1, SI4). No entanto, apenas dois informantes afirmam que a Língua Portuguesa é a L1 do seu processo de aquisição (SI3 e SI4), os demais afirmam que, apesar dos esforços clínicos e familiares, eles nunca fizeram uso da fala oral em

Português com fluência na emissão nem na compreensão dessa fala. Relatam que, na infância, não conseguiam nenhum nível de compreensão de enunciados em Língua Portuguesa, mas se lembram da família usando gestualização na comunicação. A maioria fez aquisição da Libras depois dos sete anos de idade, em contato com falantes em escolas e demais atividades da comunidade surda.

No ambiente familiar, quatro informantes (de nível superior) afirmaram que usam gestos caseiros para comunicar-se com os pais ouvintes e demais familiares, sendo que dois informantes (SI3 e SI4) realizam a leitura labial e usam a fala em Português e com alguns parentes conseguem falar em Libras de forma elementar. Todos afirmam que iniciaram o processo de escolarização entre três e sete anos de idade, quando iniciaram também o contato com a escrita em Língua Portuguesa, vivenciando a mesma metodologia de trabalho utilizada para pessoas ouvintes.

A composição do *corpus* deste trabalho foi realizada de forma a obter-se uma quantidade robusta de amostras da escrita que favorecesse nossa análise sobre aquisição dos determinantes na escrita da L2. Assim, para realizar a coleta dos dados fizemos contato com os informantes em um evento comemorativo da associação de surdos de Vitória da Conquista, no qual tivemos oportunidade de apresentar a proposta de pesquisa, solicitar participação dos estudantes surdos no trabalho e propor aplicação de uma atividade de escrita.

Posteriormente, por email demos continuidade à coleta dos textos e dos vídeos que foram necessários para análise da escrita em Português e ou interlíngua. Contudo ao solicitarmos que os informantes produzissem um texto sobre a temática da atividade comemorativa da associação de surdos, que versou sobre a importância da aquisição da Libras e do Português brasileiro, não delimitamos quantidade de linhas ou parágrafos, mas os deixamos livres para escrever sobre o que conheciam e pensavam do tema. Após o envio dos textos escritos, com tema que versou sobre aquisição de língua por surdos (tema recorrente nas discussões de atividades político-sociais das associações de surdos no ano da realização de nossa coleta), foi solicitado também aos informantes que gravassem vídeos com duração de no máximo três minutos com o mesmo tema, no intuito de comparar o texto em Português/interlíngua com o texto em Libras no tocante à presença ou ausência de determinantes, conforme objetivo deste trabalho de pesquisa.

Os vídeos em Libras foram analisados e transcritos de duas formas. Inicialmente, optamos por transcrever os dados por meio do Sistema de Escrita de Libras SEL², desenvolvido por Lessa-de-Oliveira (2012). Optamos por este tipo de transcrição, pois havia necessidade de comparar os dados da escrita em interlíngua coletados com os dados em Libras coletados, tendo em vista nossa hipótese de acesso parcial a GU na aquisição da L2; ou seja, tal comparação serviria como forma de verificar se houve correlação entre os contextos gramaticais de ocorrência ou não de artigos ou demonstrativos nos textos estritos em interlíngua, produzidos pelos surdos, e os contextos gramaticais de ocorrência ou não, na reprodução em Libras destes textos, de apontações do tipo Locs (determinantes em Libras, conforme análise de PRADO, 2014). Além disso, o sistema SEL torna possível uma transcrição da Libras sem interferência de interpretações da gramática do PB nos dados transcritos.

Após este primeiro momento de transcrição dos vídeos em Libras (que versou sobre o mesmo tema), utilizamos um segundo recurso, que foram as glosas, para compreensão dos dados em Libras por quem não conhece essa língua nem o sistema SEL. Este é um “recurso utilizado por pesquisadores das línguas de sinais, pois oferecem uma aproximação *ipsis verbis* entre a língua de sinais e a língua na qual o trabalho de pesquisa é escrito” (PRADO, 2014, p. 26), embora não preserve a forma articulada do sinal, como faz a SEL, nem livre os dados da interferência da gramática do Português. Por fim, para contribuir com a melhor compreensão dos dados na interlíngua, optamos por fazer uma versão em PB das sentenças produzidas na interlíngua, com o intuito de ampliar o acesso ao conteúdo semântico, no caso de algumas sentenças apresentarem, para nós, uma dificuldade de compreensão de acordo com o critério de ausências ou presença de artigos definidos em conformidade com a língua alvo da aquisição.

Com os dados da fala natural, coletados através dos vídeos e com os dados dos textos escritos pelos informantes desenvolvemos nossa análise com o objetivo de verificar se se confirmam as hipóteses defendidas neste estudo.

1.3 Metodologia - Caminhos da Pesquisa

²Sistema de escrita produzido por Lessa-de-Oliveira (2012). Utilizamos para a transcrição a versão atualizada em Lessa-de-Oliveira (2018). Para informações sobre a escrita SEL, consultar o Blog Escrita SEL em: <http://sel-libras.blogspot.com.br/>

Utilizamos, neste estudo, uma metodologia naturalística, no tocante ao tipo de amostra da coleta de dados, e transversal, no tocante à seleção de informantes, pois a realizamos em dois grupos com nível de escolaridade diferente (superior e médio), a fim de possibilitar a verificação de nossa hipótese que aborda o input de escrita da L2 em cada nível de ensino. Assim, a coleta ocorreu conforme os seguintes procedimentos:

- a) Seleção de sujeitos-informantes a partir do critério: cursar ou já ter cursado o nível superior de ensino, especificamente o mesmo curso (Letras-Libras) em instituições de ensino diferentes.
- b) Seleção de sujeitos-informantes com critério de já ter cursado ou estar cursando o último ano do nível médio de ensino.
- c) Aplicação de uma atividade de escrita sobre tema recorrente em eventos e atividades da comunidade surda. O tema escolhido por nós versou sobre a discussão atual desta comunidade, por razões das comemorações do Dia Nacional dos Surdos, que tratou do: “Bilinguismo de crianças surdas no Brasil, como é possível?”.
- d) Solicitação aos informantes que realizassem a gravação de vídeos de no máximo três minutos em Libras, discutindo o mesmo tema sugerido na atividade escrita.
- e) Solicitação aos informantes que respondessem a um questionário com informações sobre o período em que fizeram aquisição da Libras, tipo de surdez e escolaridade.

Tais procedimentos só ocorreram após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, momento em que o grupo de informantes foi composto e mediante assinatura de Termo de Livre Esclarecimento e Termo de Permissão de Uso de Imagens. Prosseguimos com a coleta de dados solicitando aos informantes que fizessem um texto escrito com tema sobre aquisição de língua por crianças surdas. Ao grupo de ensino médio foi solicitada a mesma atividade. Ressaltamos a diferença entre os dois grupos em relação ao tipo de texto que acessam, por cursarem o nível médio de ensino, comumente, os textos escritos em Língua Portuguesa que estes informantes acessam estão relacionados às disciplinas da grade curricular de seus cursos.

Solicitamos aos informantes que respondessem por escrito e em Libras (através de um vídeo) uma entrevista para organização de informações relativas aos fatores externos do processo de aquisição da linguagem.

Fizemos uma tradução dos vídeos para escrita SEL, para melhor comparar os dados do texto em Libras, que apareceram nos vídeos, com o texto em Língua Portuguesa, como já dissemos. Esses dados serviram como base para comparação com a escrita em Português.

1.4 Organização da Dissertação

Para organização deste trabalho, na seção 1, traçamos uma apresentação do estudo justificando nossa opção pela temática e apresentando a caracterização da trajetória dos surdos brasileiros que ingressam no ensino superior sem domínio da escrita do PB, língua que legalmente não pode ser substituída nas atividades acadêmicas pela língua de sinais.

Ainda na primeira seção, apresentamos o nosso objeto de estudo, qual seja, aquisição da categoria determinante do Português por dois grupos de surdos com grau de escolaridade de ensino médio e superior. Dissemos que nosso objeto abrange uma análise da referenciação nas línguas naturais, como Português e a Libras, bem como dos traços constitutivos da categoria dos determinantes, categoria D, no âmbito da aquisição da interlíngua dos surdos, o Português escrito como L2. Apresentamos a metodologia,

Na seção 2, procuramos trazer estudos de diversos autores sobre como o paradigma gerativista se desenvolveu a partir das publicações do linguista Noam Chomsky com base na concepção inatista de aquisição de linguagem. Discutimos a aquisição de segunda língua, trazendo autores que contribuem com um constructo teórico mentalista com fundamentos gerativistas, bem como apresentamos uma revisão sobre o desenvolvimento linguístico dos surdos universitários a partir do conceito de interlíngua e acesso indireto a Gramática Universal (GU). Trazemos o debate sobre a aquisição da escrita por surdos a partir das experiências retratadas em ambiente acadêmico numa abordagem explicativa para alguns fenômenos das gramáticas da L1 e da L2 em aquisição pelos surdos.

Na seção 3 apresentamos a Libras como língua natural, seu sistema de referenciação em estudos desenvolvidos por Ferreira-Brito (1995) e Prado (2014), além de questionarmos com base nos estudos mais atuais a afirmação de outros estudiosos sobre ausência de artigos no sistema de referenciação da língua. Tratamos sobre aquisição da L2 por surdos no Brasil e

os aspectos relacionados às interlínguas apresentadas pela maioria de adultos ao adquirir uma L2.

Por fim, na seção 4 e 5, tratamos da aquisição da L2, na modalidade escrita, de surdos adultos com nível universitário e nível médio, fatores internos e externos desta aquisição e analisamos que traços são mais relevantes no processo de aquisição da categoria D, nos dados coletados. Fazemos, nessa seção, a descrição e discussão dos dados deste estudo. Para isso, nossa análise traça um comparativo a partir do *corpus*, que se constitui de textos e vídeos produzidos pelos informantes, nos quais buscamos observar a marcação da referenciação e definitude com presença ou ausência de artigos definidos e demonstrativos na escrita. Procuramos verificar se há diferença na escrita dos estudantes surdos do ensino médio em comparação aos estudantes do ensino superior, discutindo esse processo de aquisição a partir da hipótese de acesso parcial a GU, com fundamento nos estudos de Chomsky (1995), Lima-Salles e Chan-Vianna (2010), Lima-Salle e Pires, Prado (2014), Lessa-de-Oliveira (2012), Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Kato (2000), entre outros autores.

2 PERCURSO TEÓRICO DOS ESTUDOS DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Esta seção trata de uma discussão recorrente nos estudos linguísticos sobre como os teóricos da linguagem, em especial os linguistas de base mentalista concebem, a partir de seus estudos, a aquisição de uma segunda língua na modalidade escrita, por surdos. Para tanto, são apresentados os fundamentos sobre o paradigma gerativista e a concepção da Libras como língua natural, além da discussão sobre língua escrita e sobre aquisição da linguagem dentro do quadro teórico de base gerativista inatista.

2.1 Aquisição na Perspectiva Inatista

Como o ser humano adquire a linguagem é uma inquietação que remonta muitos anos de história, desde as explicações mitológicas em várias civilizações ao momento do *logos*, com os debates dos primeiros filósofos gregos, os chamados pré-socráticos, até Sócrates, Platão e toda tradição filosófica até nossos dias.

A inquietude com relação à aquisição da linguagem por seres humanos é debatida amplamente por Chomsky (1966), em sua obra *Linguística Cartesiana*, na qual o linguista apresenta um estudo com base no pensamento racionalista fundamentado nas ideias do filósofo francês René Descartes, dentre as quais a de que o ser humano é dotado de uma capacidade para a linguagem no que tange à elaboração de novas proposições, ou seja, no “caráter criador” que a linguagem humana possui, o que o difere radicalmente da linguagem dos animais.

Para Chomsky, o homem possui uma faculdade específica da espécie, ao fazer uso da linguagem para a livre expressão do pensamento e para responder a qualquer situação nova, sendo que isso não é possível através de associação fixa de enunciados com estímulos externos,

[...] uma vez que não existe homem algum tão imperfeito que não use a linguagem humana para exprimir seus pensamentos e nenhum animal tão perfeito que tenha feito uso de um sinal para informar aos outros animais sobre alguma coisa que não tenha relação com suas paixões [...] (CHOMSKY, 1972, p. 15).

Portanto, a linguagem é uma capacidade que o ser humano tem de adequar-se a novas situações, num comportamento inteligente, sendo que esta é livre de controle de estímulos e não tem função meramente comunicativa, mas antes é um instrumento para a expressão livre do pensamento. Com ela elaboram-se respostas apropriadas a cada nova situação; sendo assim, a linguagem é uma propriedade natural do espírito humano.

Diante da elaboração do pensamento cartesiano sobre a linguagem humana que diferencia o homem radicalmente dos demais seres do planeta, o linguista Noam Chomsky elabora uma proposição teórica no início da década de 1950 que consiste nas ideias inatas, “... princípios ou noções implantados na mente”, como se fossem um instinto natural (SELL, 2002, p. 9). Contudo estas ideias necessitam de uma experiência para serem despertadas. Caso não aconteça, permanecem latentes, até que, em um dado momento através de uma experiência, sejam ativadas, ressaltando que não é o experimentar algo que irá fornecer estas ideias, pois, elas já são parte da constituição da natureza humana, elas não estão prontas, elas são uma espécie de potência (cf. KOYRÉ, 1922, p. 211)

O inatismo ressurgiu, então, não a partir de uma discussão filosófica, mas a partir da necessidade de se formular hipóteses empíricas frutíferas para a investigação científica dos mecanismos do uso da linguagem e de sua aquisição. A questão é deslocada para a elaboração de uma teoria da aprendizagem. Assim, a questão não é se a aprendizagem pressupõe uma estrutura inata, evidente que pressupõe; nunca isso foi posto em causa, mas sim o que são essas estruturas inatas em determinados campos (CHOMSKY, 1977, p. 20,³ *apud* SELL, 2002, p. 23).

Este pensamento chomskyano irá contrapor radicalmente o pensamento skinneriano sobre a aquisição da linguagem pelo homem, pensamento teórico que circulava em ambiente de pesquisa e em publicações sobre a linguagem, na época do debate que Chomsky propôs. Isto porque, para a corrente behaviorista à qual pertence Skinner, a aquisição da linguagem se dá mediante a experiência, pelo reforço oferecido pelo meio, e o ambiente seria responsável por prover o conhecimento que o ser humano possa ter sobre a linguagem.

A corrente teórica assumida por Burrhus Frederic Skinner, na década de 1930, corresponde a uma linha de pensamento no campo da psicologia que defende que todo comportamento humano ou conhecimento é adquirido através da influência do ambiente e que

³ Chomsky, Noam. *Language and problems of language* (Managua lectures). Boston: MIT Press, 1991.

os “princípios que direcionam o comportamento humano são idênticos àqueles que regem o comportamento de outros animais”. (FINGER, 2013, p. 19).

Então, diferentemente do pensamento inatista de Chomsky, para os behavioristas, a aquisição da linguagem se dá mediante a qualidade e quantidade da língua que a criança recebe, bem como pelo reforço que poderá garantir um grau de sucesso no desenvolvimento.

A criança, ao nascer, é considerada “tábula rasa”, ou seja, não possui qualquer tipo de conhecimento prévio e somente aprende uma língua particular se alguém ensinar a ela. Assim o ambiente é o único responsável pelo provimento do conhecimento que ela porventura virá adquirir através das leis de condicionamento (FINGER, 2013, p. 350)

Para esta concepção teórica, tanto na aquisição de uma primeira língua quanto de uma segunda, o *input* linguístico dos falantes é recebido do seu ambiente, atrelado ao reforço positivo para as repetições e imitações, ou seja, quando recebem reforço positivo, supostamente adquirem os dados da língua e passam a utilizar de forma associativa.

A hipótese inatista difere da hipótese behaviorista propondo um modelo teórico que se sustenta em face das principais premissas defendidas pelo linguista americano Noam Chomsky, seu principal expoente. Chomsky, com base nos estudos cartesianos, que seguem uma tradição filosófica inatista, a qual remonta o pensamento do filósofo Platão, elaborou um questionamento muito tenaz sobre a capacidade humana para adquirir uma língua, o famoso problema de Platão. Esse problema é remontado não no conteúdo específico, mas no fundamento, a pergunta que o filósofo fez diante do espanto de perceber um escravo trazer uma resposta lógica e inteligente a algo que supostamente nunca havia experimentado, no campo da geometria: Como ele pode conhecer isto? A única explicação é que o mesmo já possuía uma ideia *a priori*, ou seja, uma predisposição para conhecer e pensar sobre determinado aspecto.⁴

Na proposição inatista defendida por Chomsky (1958), a pergunta se assemelha à do filósofo Platão: “Como a criança sabe princípios que regem a sua língua se eles não lhe foram ensinados formalmente e se não estão à disposição nos dados aos quais ela tem acesso?” (GROLLA, 2014, p.70). Este argumento é a premissa da Pobreza de Estímulo, pois os dados

⁴ O fundamento de Platão nessa discussão era a teoria das reminiscências, desenvolvida em “A República”, a qual já havia sido esboçada no Mênon. De acordo com essa teoria, nascemos com a razão e as ideias verdadeiras, e a Filosofia nada mais faz do que nos lembrar essas ideias. Para explicar a teoria da reminiscência, Platão narra o mito de Er.

de uma língua, como estruturas mais especializadas não estão todos presentes no ambiente de uma criança, mesmo que a mãe falasse com ela o dia todo, sem parar.

Na hipótese bahaviorista, fica evidente que se uma língua é adquirida por imitação e reforço positivo, os animais então poderiam adquirir língua, tal como o papagaio que apesar de produzir imitações sonoras das palavras de uma língua, mesmo com anos de reforço positivo e convivência com os seres humanos não é capaz de falar com outros papagaios sobre si e sobre nada mais. Por isso a hipótese inatista afirma que somente o ser humano é capaz de construir sua experiência linguística, pois esta é uma dotação genética, ou seja, é uma predisposição para a linguagem.

Nas premissas propostas por Chomsky acerca do inatismo, especificamente recortando sua pesquisa no aspecto relacionado à linguagem, o linguista propõe então “hipóteses empíricas frutíferas para investigação científica dos mecanismos do uso da linguagem e de sua aquisição”, (SELL, 2002, p. 23), sendo assim, inicia sua empreitada propondo a hipótese de qual seja o estágio inicial da faculdade da linguagem, restringindo essa questão a uma capacidade particular linguística, denominada “gramática universal”, doravante GU.

Tal hipótese consiste em assumir, conjecturalmente, a existência de um sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. (CHOMSKY, 1997, p.36 *apud* SELL, 2002, p. 25,).

Na elaboração teórica da proposta inatista sobre a aquisição da linguagem, a GU torna-se o ponto de partida e de provável chegada para o desenvolvimento da teoria, os princípios, condições e regras para potencializar a aquisição de línguas por crianças e adultos. Assim, se desenvolve a teoria inatista defendida por Chomsky, considerando-se a GU “o estado mais puro da faculdade da linguagem, sendo flexível para acomodar as variações das diferentes línguas, e ao mesmo tempo rígida para explicar as propriedades altamente específicas” (QUADROS, 2013, p. 48).

Tomando por base esta proposta, a teoria irá buscar explicar o caráter gerativo das línguas naturais, pois, para Chomsky, “em todas as línguas humanas é possível criar um número infinito de expressões linguísticas utilizando-se, para tanto, de uma quantidade finita de elementos constitutivos, notando que não existe limite para o número de frases que um falante de uma língua particular, seja qual for, pode produzir” (KENNEDY, 2015, p. 12).

2.2 O Paradigma Gerativista

Sob a concepção inatista de aquisição de linguagem se desenvolve o paradigma gerativista, o qual, conforme Chomsky (1972) se apoia na concepção filosófica de que o homem difere das demais espécies animais existentes no planeta por sua incrível capacidade para expressar-se em uma língua. Portanto, o comportamento humano e sua capacidade de adequar-se a novas situações demonstradas no aspecto criador da linguagem: é uma faculdade que está além dos limites de qualquer mecanismo instintivo.

Conforme os estudos postulados por Chomsky (1957, 1965, 1968, 1975, 1986) esta capacidade inata nos seres humanos para desenvolver uma língua se configura como um componente da mente humana, uma faculdade da linguagem. Dessa maneira, na concepção de Chomsky (1997; 2006), a língua é um sistema radicado na mente, não depende exatamente do ouvido, e sim desta capacidade inata que encontrará no *input* (dados linguísticos de uma determinada língua particular) o dado de entrada para que haja aquisição de uma língua natural.

Sendo assim, basta que haja um gatilho para que a aquisição de uma ou mais línguas aconteça, ou seja, para que o ser humano passe a usar um sistema de símbolos (orais ou de sinais) com complexo mecanismo de combinação destes símbolos (*gramática*) e é isto que conhecemos como língua natural, que não é inventada, nem decorada, nem aprendida por mecanismos formais escolares, e sim adquirida.

Na perspectiva gerativista de investigação dos fenômenos da linguagem, Chomsky (1986) separou metodologicamente o conhecimento sobre língua em: língua-E, que significa língua externa, ou a língua em uso e independente das propriedades da mente/cérebro, e Língua-I, que seria a língua interna (estado mental), individual (natureza humana) e intensional, função que “organiza” o estado inicial para o estado estável de aquisição. É sobre a Língua-I que o paradigma gerativista se debruça desde o início da década de cinquenta até o presente momento, compreendendo a língua como algo específico da natureza humana (natural) e que a gramática de uma língua existe na mente/cérebro do falante.

Portanto, a teoria postula que a mente humana apresenta um estágio inicial na infância quando se está adquirindo uma língua, o estágio S°, o qual ocorre na GU, que se constitui de princípios e parâmetros, ainda sem valores fixados, pois à medida que uma criança vai

adquirindo uma língua, estes parâmetros vão sendo fixados, apresentando a gramática da língua que está adquirindo e aos poucos chegando ao estágio S_s (do Inglês *Stable Stage*).

Buscando compreender as bases da elaboração da teoria gerativista de estudos da Língua, torna-se necessário esclarecer como a teoria compreende o termo *língua*, que é diferente de concepções que costumamos observar tanto do senso comum quanto da gramática tradicional. Para tanto, no gerativismo *língua* “se refere a um determinado sistema de conhecimentos linguísticos radicados na mente” (FERRARI-NETO, 2012, p.15). Trata-se de uma teoria sobre a língua-I, definida como gramática, ou modelo teórico da competência, ou, gramática internalizada do falante de uma determinada língua.

Para realizar um estudo do conhecimento que o falante de uma determinada língua carrega sobre a língua que usa, os linguistas gerativistas se utilizam de um recurso eficiente: o *julgamento de gramaticalidade*. Trata-se de uma exploração das intuições que os falantes possuem sobre sua língua nativa e assim “os linguistas podem ter acesso aos conteúdos mentais da linguagem, determinando, assim, suas características e propriedades”.

[...] O julgamento da gramaticalidade é uma ferramenta poderosa, na medida em que permite deduzir princípios gerais de funcionamento e estruturação linguística a partir de um conjunto de dados de produção submetidos à análise intuitiva dos falantes. (FERRARI-NETO, 2012, p. 16).

Esse é um dos recursos que linguistas de base gerativista exploram para o estudo da língua-I, pois o interesse maior desse modelo teórico é a explicação de como a mente humana concebe uma língua e quais domínios esse conhecimento atinge, estabelecendo um modelo para situar a linguagem na mente que seria constituída em “módulos especializados, defendendo que a aquisição e o funcionamento da linguagem ocorrem de forma altamente independente em relação a outros domínios da cognição” (FERREIRA-NETO, 2012 p. 16).

Compreendendo o objeto teórico da teoria gerativista sobre os aspectos da GU que são investigados e sobre a língua I, nota-se que, na distinção que Chomsky (1965) fez a respeito de que língua e de que gramática se fala, no estudo gerativista, traz-se à tona os conceitos de *desempenho e competência*. Distinguindo estes dois conceitos, temos a *competência*, que consiste como a capacidade de produzir e compreender expressões linguísticas demonstradas através da língua-E, a qual manifesta e representa a *performance* linguística do falante, ou seu *desempenho*.

2.2.1 *Princípios e Parâmetros*

Conforme o desenvolvimento dos princípios gerativistas sobre o estudo da linguagem humana, em manifestação nas inúmeras línguas existentes no mundo, a proposta teórica de Chomsky busca responder a questionamentos que sustentem o postulado inatista e a hipótese da GU, a qual comporta todos os princípios das línguas existentes. Para defender estas hipóteses, o linguista postula dois conceitos essenciais para a teoria, que são os *Princípios e Parâmetros* (P&P).

Os dois conceitos fundamentam o conhecimento de que a GU se caracteriza como a teoria do estágio inicial da aquisição da linguagem, correspondendo “ao estado da cognição linguística humana anterior aos estímulos da língua-E” (KENEDY, 2013, p. 91). Para tanto, a depender da língua a que uma criança é exposta nos primeiros anos de vida, sua língua em aquisição irá apresentar *Princípios* que são universais a todas as línguas humanas e os *Parâmetros* particulares conforme as características da língua que está adquirindo.

Por essa noção, compreende-se que as línguas naturais têm em sua base princípios, que são universais rígidos e invariáveis, comuns, em todas as línguas humanas, e que as variações existentes nas línguas são explicadas pelo fenômeno da variação paramétrica, ou seja, as línguas também têm em sua base parâmetros, ou princípios flexíveis, que variam em valores identificados como (- ou Ø /+ ou 1), de acordo com a fixação de cada um desses parâmetros, originando as gramáticas particulares das línguas naturais. Assim, conforme dissemos, o fenômeno da variação paramétrica e os princípios universais das línguas naturais se encontram na GU que é preenchida por princípios invariantes comuns a todas as línguas naturais e também pelos parâmetros que representam a variação interlinguística.

Para compreensão do que sejam os Princípios que caracterizam as línguas humanas, Kenedy (2013) apresenta o *Princípio de Sujeitos*,⁵ que consiste em dizer que “todas as frases das línguas humanas possuem sujeitos sintáticos e seus respectivos predicados” (KENEDY, 2013, p. 98), embora em algumas poucas línguas do mundo o sujeito possa ser omitido, criando o *sujeito nulo*, e esta possibilidade que pode ocorrer em algumas línguas, e não de forma universal, é que consiste num *parâmetro*. Sendo assim, é importante salientar que esse exemplo é apenas um dentre alguns princípios que as línguas humanas apresentam que são em

⁵ Também conhecido como **Princípio da Projeção Estendido** (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*).

número limitado, e os parâmetros podem ser marcados ou não marcados a depender da língua que está sendo adquirida.

2.2.2 *Programa Minimalista*

De acordo com a hipótese de como se estrutura a linguagem humana, o paradigma gerativista se assenta e desenvolve um empreendimento de pesquisa contemporâneo que contribui de forma explicativa e ontológica para os estudos sobre línguas do mundo inteiro, inclusive as línguas de sinais. Este empreendimento é o Programa Minimalista, doravante PM.

Ao longo do tempo, a teoria gerativista encara as questões de investigação linguística refinando as hipóteses sobre a constituição da linguagem humana e desenvolvendo vários modelos teóricos como a teoria/modelo padrão, de 1965, a teoria modelo/padrão estendida, do início da década de 1970, e a teoria de Princípios e Parâmetros da década de 1980 (FERRARI-NETO, 2012 p.29), a qual foi explicitada na subseção anterior.

Atualmente em vez de uma teoria/modelo, o gerativismo busca desenvolver um programa de investigação científica. O termo *Programa* melhor se aplica ao empreendimento gerativista dos últimos tempos, por coadunar com o que tem sido feito em termos de investigação científica, que são propostas investigativas em torno de uma mesma proposição.

[...] É nesse sentido que se deve dizer que o Minimalismo não se constitui em um novo quadro teórico do gerativismo, nem que substitui o modelo que o precedeu, denominado Modelo de Princípios e Parâmetros (P&P). Tampouco pode ser tratado como uma mera continuação ou sequência natural do modelo P&P. Em realidade, o Programa Minimalista é antes de tudo uma nova forma de se conceber a Faculdade da Linguagem e, portanto, a Gramática Universal, que partindo das conquistas teóricas de P&P, propõe algumas novas questões que não poderiam ser tratadas como o ferramental descritivo-explicativo consolidado no modelo anterior. (FERRARI-NETO, 2012, p. 32)

Portanto, o termo minimalismo valida a concepção de que a faculdade da linguagem possui um *design* ótimo, postulando que “por ótimo deve-se entender que a linguagem atinge um altíssimo grau de eficiência com um número mínimo de recursos e operações” (FERREIRA-NETO, 2012, p. 32). Nesse modelo, a linguagem humana é organizada em interface com outros sistemas da mente, ou seja, ao fazer uso de uma língua natural o ser

humano não só representa som e significado ou sinal gestual e significado, no caso das línguas de sinais, mas acionam outros sistemas cognitivos como, as intenções, crenças, desejos.

No PM a linguagem interage com dois sistemas da mente que são responsáveis pela produção/compreensão e a formação de conceitos e intenções de comunicação. Esses sistemas são identificados como *C-I (de conceptual-intencional)* e os sistemas-motores, conhecidos como *A-P (de articulatório-perceptual)*.

Conforme os estudos gerativistas, esses sistemas são acionados por um par que constitui a linguagem, que seriam os significados e os sons/gestos. Esse par é denominado e representado pelas letras gregas π (pi) som/gestos e λ (lambda), conteúdo/significado. Segundo apresentação de Kenedy (2013, p. 117), esse par que compõe a arquitetura da linguagem humana não representa apenas uma palavra ou gesto, mas sim morfemas, sintagmas e frases.

Esse par constituidor da arquitetura da linguagem humana é capaz de acionar o sistema em interface. Quando usamos a linguagem, somos capazes de estruturar em forma de frases algo que foi organizado no pensamento, e essa capacidade é gerada no par π e λ , que são respectivamente acessados pelo sistema articulatório-perceptual e conceitual-intencional.

Diante disso, esses sistemas em interface trabalham com dois níveis de representação – a PF (de *PhoneticForm*) e a LF (de *LogicalForm*), e a “Faculdade da Linguagem conta com um sistema computacional linguístico que atua recursivamente sobre um conjunto de unidades atômicas com propriedades especificadas”, e estas operações são conhecidas como *Merge* (Concatenar), *Move* (Mover), *Copy* (Copiar), *Agree* (Concordar ou Checar), *Select* (Selecionar), etc.(*ibid*, 2013, p. 35). Nessa perspectiva, o trabalho dos linguistas que se debruçam sobre dados das línguas em estudo se utiliza do modelo econômico de operações que a língua realiza. Na realização dessas operações, os elementos atômicos citados ficam armazenados no léxico, ou seja, os elementos são traços que, nas operações, geram representações para cada nível de interface e são liberados através do *Spell-Out*, que no minimalismo é o ponto de derivação no qual as representações PF e LF se separam.

O PM, portanto, é a versão atual para a perspectiva gerativista de estudo das línguas que envolvem hipóteses sobre os princípios que regem as línguas humanas e a variação paramétrica nessas línguas, portanto em nosso estudo assumiremos a noção de traços,

desenvolvida sobre este modelo, por autores que são discutidos na seção quatro do nosso trabalho.

2.2.3 Lexicalismo e a noção de traços

Desde que Saussure inaugura a linguística como ciência, o léxico ganha um papel central nos estudos da linguagem. Na tese saussureana, “os falantes de uma língua natural devem memorizar, sem recurso qualquer tipo de algoritmo mental, a convenção sociocultural que determina a associação entre dado conjunto de sons e certo significado” (KENEDY, 2013, p. 135). Sendo assim, é no léxico de uma língua que se organizam e se encontram armazenadas as informações conceituais e linguísticas sobre os itens lexicais. Ainda que seja arbitrário, o léxico individual de cada língua do mundo possui uma organização sistemática e coerente, permitindo que crianças, em fase de aquisição de uma dada língua, utilizem-no e, já na vida adulta, continue acessando esse léxico no cotidiano.

Para os linguistas de base gerativista, o léxico é um componente da cognição humana, é o léxico mental que é o componente da língua-I, a qual de acordo com Kennedy (2013, p.128), “é o conjunto de informações sobre morfemas, palavras e expressões que se encontram estocadas na mente humana e são acessadas pelo Sistema Computacional durante a derivação de representações linguísticas”. Conforme explicamos na seção anterior, na versão mais atual da teoria gerativa, no PM, o sistema computacional ou a sintaxe da língua é responsável por combinar informações retiradas do Léxico, gerando expressões de som e significado como os sintagmas e frases, sendo o componente central na arquitetura da linguagem humana.

Chomsky (1970) concebe a ideia de que as línguas humanas possuem um repositório de palavras que formam um léxico gerativo, e é esta concepção que fundamenta o lexicalismo. Com base nessa hipótese, outros autores concebem o conceito de lexicalismo a partir de duas vertentes: a do lexicalismo forte e a do lexicalismo fraco. Basicamente, a diferença entre estas duas vertentes se dá na concepção de como este léxico se forma. No lexicalismo fraco, as palavras derivadas são formadas no léxico e as flexionadas são formadas na sintaxe. Já para o lexicalismo forte, é apenas no léxico que se formam as palavras, sejam elas derivadas ou flexionadas.

A teoria gerativa dá ao léxico um tratamento bastante central, ao lado da sintaxe, uma vez que, na perspectiva gerativista, o léxico é o repositório de todas as propriedades (idiossincráticas) dos itens lexicais particulares. Explicam Chomsky e Lasnik (1995) que essas propriedades incluem a representação da forma fonológica de cada item, a especificação de sua categoria sintática e as suas características semânticas. Portanto, o léxico participa, dentro da perspectiva gerativista, da estruturação das sentenças (frases) não por fornecer os itens a serem encaixados numa estrutura preestabelecida sem sua participação, mas, pelo contrário, por fornecer as propriedades componentes dessas estruturas. Assim, o léxico carrega as propriedades de seleção semântica (seleção-s) e temáticas dos núcleos lexicais (verbos, nomes, adjetivos e pré ou posposições). Essas propriedades especificam a estrutura argumental de um núcleo, indicando quantos argumentos um núcleo licencia e que funções semânticas cada um deles recebe. Explicam Lessa-de-Oliveira e Sousa (2015, p.02) que “o léxico de uma língua se compõe de itens semânticos, que podem se organizar em categorias sintáticas caracterizadas por traços formais, conforme a gramática particular dessa língua, conhecida no âmbito da Teoria Gerativa como Língua-I.”.

Chomsky e Lasnik (1995) falam ainda de algumas tentativas de pensar a organização do léxico que levantam questões importantes sobre a aquisição do conhecimento lexical. Indagam os autores que, supondo-se que a subcategorização (seleção-c) é uma construção artificial, sendo seus efeitos derivados das propriedades semânticas (seleção-s), é razoável perguntar se isso é uma consequência do próprio processo de aquisição (Pesetsky, 1982). Para os autores, a discussão em torno disso indica que as entradas lexicais contêm pelo menos uma informação sintática, para além da informação fonológica e semântica que seguramente têm de estar presentes.

No Programa Minimalista (PM), Chomsky (1995, p. 198) trata o léxico como “um conjunto de elementos lexicais, sendo cada um deles um sistema articulado de traços. O léxico especifica, para cada um destes elementos, as suas propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas idiossincráticas, mas nada mais”. Ou seja, se assumimos que o léxico é o repositório inclusive de propriedades sintáticas, podemos supor que a aquisição da sintaxe se dá juntamente com a aquisição do léxico, seja de L1 ou de L2.

Assim, consideramos importante destacar que em teoria linguística de base formalista há uma diferença quando tratamos de informações de natureza lexical, daquelas de natureza funcional.

[...] As categorias lexicais possuem referência no mundo biossocial, são abertas e numerosas, ao passo que categorias funcionais possuem valor puramente gramatical (e não referencial), são fechadas e pouco numerosas. Substantivos e verbos são exemplos de categorias lexicais, enquanto flexões e artigos são bons exemplos de categorias funcionais. [...] (KENEDY, 2013, p.136).

Portanto, com foco na análise da aquisição da categoria dos determinantes (que é uma categoria funcional), consideramos importante destacar que o léxico da língua alvo e da língua natural desempenham papel relevante durante essa aquisição, retomando aqui a concepção de Basílio (2010) de que o léxico não é uma lista de vocábulos, mas regras que contribuem na organização dos sintagmas e sentenças de uma língua.

Em trabalhos publicados por Chomsky (1995, 2007, 2011), o léxico é apresentado a partir da “composição de traços (*features*, em Inglês), que são valores e informações que se encontram codificadas em cada item do léxico” (KENEDY, 2013, p. 137). Ainda, de acordo com o autor, estes valores presentes nos itens do léxico são inúmeros, no entanto, destacaremos aqui três deles, a saber, como já mencionamos os traços semânticos, que estabelecem relações entre a língua e o sistema conceitual-intencional; os traços fonológicos que estabelecem relações entre a língua e o sistema articulatorio-perceptual, possibilitando que os itens do léxico sejam manipulados pelo aparato sensorio-motor; e os traços formais, os quais codificam informações a serem acessadas e usadas pelo Sistema Computacional, em sua função de prover as interfaces linguísticas.

Neste estudo, nos deteremos em quatro tipos de traços formais para analisar nosso objeto (definitude, dêixis, gênero e número), a partir dos dados que nos foram apresentados, considerando que, estes traços constituem o *corpus* e delineiam o processo de aquisição dos determinantes nas interlínguas dos informantes.

Buscamos referendar nossa análise nos estudos desenvolvidos por Carvalho (2008), o qual propõe uma geometria de traços para os pronomes em PB e no estudo de Prado (2014) que defende, apoiada em estudo de traços, que certos sinais de apontação, denominados por ela de *Localizadores/Locs*, funcionam em Libra como determinantes. Ambos os autores, trabalhando com objetos específicos, contribuem de forma relevante para análise do processo de aquisição da categoria dos determinantes em PB, através da observação dos traços que aparecem nas interlínguas dos estudantes do ensino superior, alvo de nossa hipótese.

A proposta de Carvalho nos permite visualizar alguns traços que foram identificados e discutidos sobre pronomes no PB, a exemplo dos traços *Phi* (ϕ)(pessoa, número e gênero), discussão que foi enriquecida a partir de autores que fundamentam suas teses com ampla visão sobre tais traços, cujos trabalhos estão discutidos na seção IV do nosso estudo.

Consoante ao estudo de Prado (2014), buscamos apresentar quais traços foram identificados por esta autora ao pesquisar em dados empíricos da fala em Libras o uso da referência, a partir da aquisição dos determinantes, os *Localizadores/Locs*, sinais de apontação na língua de sinais identificados como articulados e não articulados. A autora referenda sua análise a partir das análises de Carvalho (2008) e propõe uma identificação dos traços encontrados em Libras. Esses estudos apontam um caminho para nossa análise, tendo em vista que buscamos nos dados das interlínguas estudadas fatores internos e externos que participam do fenômeno da aquisição.

2.3 Aquisição de Segunda Língua (L2) e acesso à GU

Na versão mais atual dos estudos linguísticos postulados por Chomsky (1993; 1995), o mesmo reitera a concepção sobre a Faculdade da Linguagem (FL) como uma capacidade inerente à espécie humana, e esta capacidade está baseada na ideia de que a FL implica uma GU. E essa GU, que é definida por Chomsky como a teoria do estado inicial da FL (S_0 *Initial State*), possui princípios invariantes e um espaço para variações “uma criança no estágio inicial, ao entrar em contato com o *input*, ou seja, os dados linguísticos aos quais está exposta na fase de aquisição da linguagem, vai desenvolver uma gramática de uma língua particular” (PINTO; CAVALCANTE; 2008, p.119).

Contudo, várias questões são levantadas em torno da GU, quando se trata de aquisição de uma segunda língua por adultos como, por exemplo: Qual o papel que a GU exerce no processo de aquisição de uma L2 por adultos? Ou ela não exerceria nenhum papel? É importante considerar este questionamento em nosso estudo, por se tratar de adultos surdos adquirindo uma L2 na modalidade escrita, sem acessar a modalidade oral por canal auditivo, e por compreendermos que os princípios que regem as línguas naturais atuarão na aquisição de uma segunda língua por surdos, mesmo na condição de não acesso aos dados orais dessa língua.

Em hipótese levantada por nós, assumimos que o volume e a natureza do *input* desempenha um papel importante na aquisição de uma segunda língua em modalidade escrita apenas (como é o caso de muitos surdos). Assim, conforme já pontuamos na apresentação de nosso objeto de estudo, procuramos investigar se adquirentes surdos do PB, no ensino superior, que são expostos a um *input* de escrita com léxico mais amplo do que os surdos de outros níveis de ensino, demonstram ter adquirido os traços da categoria dos determinantes do PB em maior grau do que alunos do ensino médio, não expostos à mesma quantidade e qualidade de *input* de aquisição da escrita.

Quando se trata de aquisição da L1, sabemos que o *input* desempenha um papel importante, pois é a partir dele que os princípios que regem a GU fixarão parâmetros que são inerentes à língua que está sendo adquirida, entretanto, a fixação dos parâmetros não depende da amplitude do *input*, conforme o Problema da pobreza de Estímulos. O que chamamos a atenção é que, no caso da aquisição de uma L2, devemos considerar a possibilidade de que o processo de aquisição se difira da aquisição de L1 pelo fato de que o *input* agora pode acionar parâmetros da L2 que precisam ser marcados partindo de parâmetros da L1 já fixados. Portanto, as questões que permeiam o debate em torno do acesso à GU na aquisição de uma segunda língua (doravante AL2) produzem trabalhos importantes que contribuem para o conhecimento sobre AL2 e como acontecem esses processos. Em diversos estudos encontramos posições controversas para o acesso à GU na aquisição de uma segunda língua, em que se assumem quatro proposições diferenciadas, que são descritas por (MATTOS, 2000, p.58):

- O acesso total: assume-se que os aprendizes de uma L2 teriam acesso total aos dados da GU e, portanto, o processo de aquisição de uma segunda língua seria idêntico ao da primeira língua.
- Nenhum acesso à GU: de acordo com esta proposta os dados da GU para aprendizes adultos de uma L2 já não estão mais disponíveis, portanto a aquisição de uma segunda língua seria desenvolvida por estratégias de aprendizagem gerais.
- Acesso dual: nesta perspectiva, os aprendizes de uma L2 utilizam tanto dados da GU quanto estratégias de aprendizagem, no entanto o uso destas estratégias pode bloquear em algum momento os dados da GU.

- Acesso indireto à GU: para essa proposta, os aprendizes adultos de uma L2 têm acesso aos parâmetros da GU que estão em operação em sua língua materna, além disso, seria possível “reativar os parâmetros importantes para L2 através da instrução formal e da correção de erros” (MATTOS, 2000, p.58).

Mesmo um observador leigo verifica facilmente grandes diferenças entre os falantes de L1, que apresentam fluência de nativo, sem erros, e os falantes de L2, caracterizados como não nativos devido às imperfeições que apresentam em graus diversos. Assim, a hipótese de acesso total é muito pouco provável. Mesmo com imperfeições, que podem ser quase imperceptíveis em alguns, o falante adquire a L2 como um sistema de língua natural que se pauta também nas propriedades da faculdade da linguagem. E, na hipótese do acesso dual, não fica clara a natureza do acesso à GU e a relação disso com a natureza não nativa da L2. Já a hipótese de acesso indireto procura justificar as marcas da L1 na L2, comumente observada.

Há uma série de razões para defendermos a hipótese de acesso à GU na AL2, como as questões apontadas por Kato (2005), com base nas proposições de Hershensohn (2000):

a) que os aprendizes adquirem categorias funcionais que não existem na sua L1; b) que não existe nenhuma gramática intermediária que seja totalmente estranha aos princípios da GU; c) que os aprendizes exibem conhecimentos que extrapolam o “input”; e d) que, em alguns casos, o estágio estabilizado (*steady state*) se assemelha ao do falante nativo. (KATO, 2005, p.140)

A hipótese de acesso à GU pode coadunar com a discussão de Chomsky (1981; 1986) sobre a hipótese de a Língua-I constituir-se de uma gramática nuclear e uma periferia marcada. De acordo com essa proposta, a L1 é constituída de valores paramétricos (+) ou (-) que formam a gramática nuclear; e a periferia marcada seria, na Língua-I de cada indivíduo, os “fenômenos de empréstimos, resíduos de mudança, invenções, de forma que indivíduos da mesma comunidade podem ou não apresentar esses fenômenos de forma marginal” (KATO, 2005, p. 132). Explica a autora que a gramática da L1:

[...]contém uma periferia marcada onde valores paramétricos opostos ao da gramática nuclear podem estar presentes, com caráter marcado, recessivo, valores esses que podem assumir um valor competitivo, durante a escolarização, em relação aos valores que se encontram definidos na gramática nuclear. (KATO, 2005, p.132).

Com base nessa ideia, Kato (2005) discute as proposições de dois diferentes autores, Roeper (2000) e Silva-Corvalán (1986), sobre bilinguismo. Para o primeiro, há um suposto bilinguismo universal que se divide em bilinguismo latente e *stricto-sensu*. No bilinguismo *stricto-sensu*, o falante “mantém G1 e G2⁶, com o mesmo estatuto, isto é, como gramáticas nucleares distintas, até a idade adulta” e no bilinguismo latente “dos valores de um parâmetro um é o ‘default’, que ele chama de *Minimal Default Grammar* (MDG), definida como a mais econômica. Para esse autor, se a língua alvo não se adequa aos mesmos valores paramétricos da L1 há uma refixação de parâmetros. “Sua conclusão é de que a GU é totalmente acessível não só para projetar novas L2, mas também dentro de uma dada língua, para criar ilhas de variação gramatical, provendo o falante com nuances expressivas”. (ROEPER 1999⁷, *apud* KATO 2005, p.142). Comenta Kato (2005) ainda que a proposta desse autor pode ser interpretada não só como uma hipótese de acesso total, mas também com uma proposta de acesso indireto à GU, ou seja, “ao contrário do bilíngue ‘*stricto sensu*’, Roeper considera a situação de um bilinguismo em nível desigual, com G1 na gramática nuclear e G2 na periferia marcada.” (*Ibidem*, p. 142). A proposta de Silva-Covarlán (1986) também é interessante para referendar o acesso indireto à GU, no caso de adultos adquirindo L2, e das crianças brasileiras adquirindo a escrita, pois nessa proposta “[...] a aquisição de L2 se dá quando uma propriedade gramatical periférica da L1 é aprendida como tendo o estatuto de uma propriedade nuclear na gramática da L2” (Kato, 2005, p.142). Podemos pensar, da mesma forma, que a G2 do letrado, antes caracterizada por propriedades periféricas, passa a ter o estatuto de propriedades nucleares.

Temos ainda que considerar, nessa discussão, a hipótese da interlíngua, caracterizada como um sistema que pressupõe “a existência de um processo de aquisição de língua mediado por outra língua, (idealmente) a L1 (mas não necessariamente)” (MESQUITA; SALLES, 2010, p.157). A interlíngua é concebida como um sistema linguístico que se difere tanto do sistema do falante nativo quanto do sistema da língua-alvo, mas que é ligado a ambos os sistemas mediante identificações interlinguísticas existentes na percepção do aprendiz.⁸

⁶ As gramáticas de duas línguas adquiridas: G1- Gramática internalizada 1 e G2- Gramática internalizada 2.

⁷ROEPER, Thomas. “Universal Bilingualism”. *Bilingualism: Language and Cognition* (2), 3. 1999 (pp.169-186).

⁸ Na seção 3.3 deste estudo, faremos uma exposição mais detalhada deste conceito, quando discutirmos a situação de aquisição do PB por surdos em nível acadêmico.

2.4 Aquisição da escrita

Em estudo sobre como se desenvolve a gramática de uma pessoa letrada (crianças ou adultos) no Brasil, nos aspectos relacionados à aquisição da escrita, Kato (2005) apresenta uma questão interessante. Demonstrando diferenças entre a fala e a escrita em termos de certos aspectos da estrutura gramatical, a autora argumenta que o processo de aquisição da escrita, para a criança brasileira, é o mesmo que adquirir uma segunda língua. Para analisar, portanto, o processo de aquisição da escrita, a autora propõe questionamentos que se assemelham aos mesmos que Chomsky faz acerca da Língua I, tais como: qual a natureza do conhecimento linguístico de um letrado e como o mesmo atinge este conhecimento?

Para responder a estes questionamentos, Kato argumenta que, para entendermos a natureza do conhecimento linguístico de um letrado, devemos considerar o contexto de aquisição do PB escrito, que versam sobre o caráter conservador da escrita, um possível resgate gramatical de algum padrão de uma determinada época do PB, bem como, dado aos convênios existentes em relação a Portugal, a ideia de que o saber da escrita seria pautado no conhecimento linguístico do falante Português. Assim, conforme a autora, o conhecimento relativo à escrita e à fala no PB seria distinto, o que a leva a caracterizar o que distingue a gramática do letrado da do não-letrado.

Sobre o segundo questionamento que trata de como um letrado atinge um conhecimento gramatical sobre a escrita do PB, Kato (2005) assume a posição teórica de acesso indireto à GU, via gramática da fala, neste caso. E com base no conceito de periferia marcada, de Chomsky (1981; 1986), a autora defende que uma pessoa, em processo de aquisição da escrita, irá dar conta de uma segunda “gramática, a partir do *input* ordenado escolar ou da imersão em textos escritos”. (KATO, 2005, p.133). Assim, continua a autora explicando que, além da gramática nuclear com propriedades do PB, ainda que parciais, a Língua-I de cada criança terá uma periferia marcada, isto é, terá aspectos que não são parte de sua gramática nuclear e nem da Língua-I de outras crianças, dependendo do tipo de texto escrito (ou contação de histórias de tradição oral ou cerimônias religiosas) a que as mesmas estão expostas em sua infância e período de letramento. Por exemplo, crianças que são expostas a textos de contos de fadas “poderão ter no seu conhecimento periférico sujeitos nulos correspondentes a pronomes vivos ou fósseis”, ou crianças expostas à leitura da bíblia “poderão ter aí inversões verbo-sujeito comuns em narrativas conservadoras”.

Portanto, durante a exposição do estudo sobre a condição da aquisição da escrita do letrado brasileiro, Kato (2005) apresenta uma gama de exemplos, trazidos de outro estudo dela mesma, os quais indicam que a hipótese de que a escola resgata um padrão de escrita de algum momento do PB se confirma parcialmente (inovações bem vindas à fala, muitas vezes não o são na escrita), evidenciando, em dados de suas pesquisas, que grande parte das marcas gramaticais do PB no uso de pronomes clíticos, por exemplo, não é totalmente recuperada pelo letrado escolarizado.

A autora chama atenção também sobre a hipótese de que o saber escrito denota o saber linguístico dos falantes do PB, devido aos convênios linguísticos existentes com Portugal. Tal hipótese não se confirma, segundo Kato (2005), a exemplo de obras traduzidas do PB para o PE que não mantêm a escrita padrão com relação ao uso também de pronomes clíticos, mostrando que as traduções escritas nem correspondem à gramática do falante letrado do passado e nem a de um letrado Português. No “que diz respeito a clíticos, a sua escrita pode apresentar, além disso, uma competição de gramáticas, exibindo formas velhas e inovadoras” (KATO, 2005, p.138). A partir dessas observações, a autora caracteriza a forma do conhecimento do letrado brasileiro como apresentando muitos valores paramétricos não presentes, em sua gramática nuclear, devido certa distância, de certos aspectos, constatada entre as duas gramáticas. Na visão da autora, isso implica, no caso da escrita, um tipo de aquisição que envolve a necessidade de fixação de valores paramétricos para além dos já fixados na gramática nuclear (adquirida quando se adquire a fala).

Interessa-nos no estudo de Kato (2005) a defesa de que a segunda gramática, seja a da L2 ou da escrita, é restringida pelos Princípios e Parâmetros da GU, através do conhecimento da L1, ou da gramática da fala. Isto considerando que, em se tratando do distanciamento das modalidades de língua na situação dos surdos brasileiros (língua de sinais em modalidade falada e língua portuguesa na modalidade escrita) como um fator que acarreta outros níveis de diferenças, nos aspectos da gramática nuclear e periférica. Ou seja, constata-se que certo distanciamento entre as modalidades falada (Libras) e escrita (PB) leva o processo de aquisição da escrita por surdos a assemelhar-se à aquisição de uma língua estrangeira, mas apenas em modalidade escrita. Corroborando a constatação desse contexto de aquisição da escrita por surdos brasileiros, verifiquemos o que indica Kato (2005) como semelhança entre os processos de aquisição de L2 e aquisição da escrita.

- as duas aprendizagens (escrita e L2) são socialmente motivadas e não biologicamente determinadas;

- nos dois casos, o início da aprendizagem começa, em geral, depois da idade crítica para a aquisição;
- o processo, nos dois casos é, essencialmente consciente;
- acredita-se, nos dois casos, que o sucesso depende de dados positivos e negativos;
- em geral, o processo nas duas “aquisições” é vagaroso e não instantâneo;
- nos dois casos, há mais diferenças individuais. (Ibidem, p. 138)

Olhando para o que analisa Kato (2005) a respeito da aquisição da escrita e olhando para o caso dos surdos brasileiros, no tocante à aquisição da modalidade escrita do PB, sem ter passado por uma aquisição da modalidade falada dessa língua, verificamos o quanto é complexo e problemático para o surdo esse processo de aquisição, uma vez que a aquisição da escrita de uma língua depende também do acesso à modalidade falada dessa língua. Então, é nesse contexto que se colocam nossas questões sobre aquisição da categoria dos determinantes no PB escrito. Assim, os aspectos relacionados à aquisição de L2 e à aquisição da escrita como a questão do acesso à GU nos interessam duplamente.

Kato (2005) entende, a partir das propostas de Roeper (2000) e Silva-Corvalán (1986), que vimos acima, que é possível considerar para aquisição/aprendizagem da escrita também acesso à GU. Entretanto, a natureza das regularidades e arbitrariedades observadas na aquisição da escrita levou Kato (2005) a concluir que a hipótese de acordo com a qual *o falante tem duas gramáticas nucleares, como um bilíngue ‘stricto sensu’ tardio*, responde melhor ao conhecimento resultante de aquisição de L2 e a hipótese de que *o falante letrado é um bilíngue desigual que têm, em sua Língua-I, uma periferia marcada maior do que a dos não letrados*⁹ representa melhor o tipo de conhecimento obtido na aquisição da escrita.

Essa análise de Kato (2005) para a aquisição da escrita possibilita-nos referendar, neste estudo, a hipótese de acesso indireto à GU para surdos fazendo aquisição da escrita do PB como L2, pela situação de imersão a que os mesmos estão expostos, ou não, e o tipo de *input* que recebem durante o percurso escolar. Surdos ou aprendizes ouvintes da escrita do PB vivenciam o desafio de desenvolver um conhecimento sobre a escrita, internalizando novos parâmetros gramaticais. A diferença entre a aquisição da escrita por surdos e por ouvintes consiste no tipo da primeira língua, que no caso dos surdos é a gesto-visual e dos ouvintes é a orauditiva.

⁹ Para Kato (2005) a G2, na periferia marcada do falante letrado, não tem a mesma natureza da G1, sendo formada de fragmentos superficiais de uma gramática constituída pela fixação de parâmetros.

Assumindo, então, a proposta de Kato (2005), entendemos que a aquisição da escrita significa, para os ouvintes, ampliação da periferia marcada adquirindo uma G2 aí, ao lado de uma G1, que é nuclear. Já para os surdos, a aquisição do PB escrito não corresponde apenas à ampliação de uma periferia marcada, cuja gramática nuclear já traria parâmetros também presentes na língua escrita adquirida. As questões do nosso objeto giram em torno do fato de que falta ao surdo, na aquisição da escrita do PB, a modalidade falada dessa língua. Então, como fica o acesso à GU nesse processo? Os parâmetros da Libras farão as vezes dessa gramática nuclear? Teremos nesse caso um processo de aquisição que se assemelha mais com aquisição de L2, constituindo-se, na perspectiva de Kato (2005), como um **bilíngue *stricto sensu* tardio**, com duas gramáticas nucleares ou se assemelha a um **bilíngue desigual**, com a G1 como gramática nuclear e uma G2 na periferia marcada?

Diante do que foi exposto, consideramos pertinente diferenciar os fatores internos (aspectos gramaticais da L1 dos surdos) e externos (tempo para aquisição da L1 e tipo de *input* na escolarização) na aquisição do PB escrito por surdos, pois estes aspectos são relevantes de acordo com a hipótese de acesso indireto a GU considerada no estudo exposto.

3 QUESTÕES DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DOS SURDOS BRASILEIROS

Durante esta seção buscamos apresentar uma perspectiva de aquisição de língua por surdos segundo uma abordagem gerativista, para tanto, apresentamos a Libras como língua natural nos aspectos relacionados à sua constituição morfofonológica. Apresentamos a perspectiva de aquisição da L2 por surdos no Brasil, caracterizando os aspectos linguísticos que envolvem este processo, procurando focalizar teoricamente a concepção inatista que assumimos durante todo o percurso do nosso estudo e pontuando que entre a L1 dos informantes e a L2 em aquisição, se constituem as interlínguas. Nesta seção, buscamos apresentar uma discussão a partir de alguns autores que contribuem com uma melhor compreensão destes aspectos.

3.1 A Libras como Língua Natural

Os primeiros estudos sobre as línguas de sinais reconhecendo-as como língua natural foi feito pelo linguista estadunidense William Stokoe (1960). O mesmo apresentou uma descrição da língua de sinais americana e a partir daí proporcionou uma mudança na visão da comunidade linguística sobre as línguas de sinais e suas estruturas. Assim, autores brasileiros se baseiam nas descobertas desse linguista para desenvolver estudos sobre a Libras, a exemplo de Lessa-de-Oliveira (2012), Quadros; Pizzio; Karnopp (2009), Ferreira-Brito (1995):

[...] existe um nível de significado constituído de morfemas, palavras, sintagmas e sentenças e de outro, um nível sem significado que no caso das línguas faladas corresponde aos sons que compõem as expressões com significado e nas línguas de sinais corresponde às configurações de mãos, às locações e aos movimentos com a mesma função das línguas faladas. (QUADROS; PIZZIO; REZENDE; 2009. p.19).

Contudo, as línguas de sinais não entraram na agenda dos linguistas até que a linguística pudesse considerar a forma simbólica de representar o mundo da comunicação gestual das pessoas surdas como uma língua também. Uma das contribuições da linguística ao reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais se deve, em boa parte, aos estudos desenvolvidos à luz da concepção chomskiana sobre o que seja língua. A partir dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das pesquisas de base gerativista, sabemos que uma língua natural não prescinde das categorias gramaticais próprias das línguas naturais.

Assim, a categoria dos determinantes, como as demais categorias, não pode ser dispensada de uma língua natural porque é a categoria responsável pela propriedade da referenciação. Obviamente que essa categoria pode se manifestar em línguas de sinais de uma maneira diferente da do Português, mas de maneira nenhuma pode ser compreendida simplesmente por uma ausência geral. Assim, a ideia de que faltaria às línguas de sinais artigos, ou elementos determinantes que façam o papel destes, não é algo a ser aceito como trivial.

Em estudo desenvolvido por Lima-Salles e Pires (2011) e Lima-Salles e Chan-Vianna (2010), sobre aquisição de PB como L2 por surdos, as autoras examinam o sintagma determinante e analisam a quantidade de nominais nus encontrados na escrita em interlíngua dos surdos pesquisados como um dado que se constitui devido à transferência de valores

paramétricos da L1 dos informantes (Libras) para a gramática da L2 (PB). Essas autoras, baseando-se em trabalhos iniciais de descrição linguística sobre a Libras de Ferreira-Brito (1995), Quadros e Karnopp (2004), acabam por caracterizar o aspecto tipológico e paramétrico desta língua, pela ausência da categoria artigo (definido e indefinido).

Embora assumam a ausência de artigos como uma característica da Libras, as autoras reconhecem que o sistema de refere initial statencição na Libras é realizado pelos participantes do discurso através da “apontação ostensiva no espaço da sinalização (dêixis)”. Assumem também que os processos anafóricos são gramaticalizados pela orientação do olhar, do corpo, da cabeça na direção dos referentes, previamente introduzidas no espaço de sinalização, entre outros.

Em estudos sobre a referenciação em Libras, desenvolvido por Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014), as autoras discutem a natureza dêitica dessas “apontações” em Libras, as quais as autoras chamam de Localizadores (ou Locs), como já mencionamos, e tratam como pertencentes à categoria D-DP, pois, para as mesmas, esses sinais de apontação constituem-se como o recurso da Libras sobre o qual recai a função primordial da categoria D, que é a referenciação.

Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) identificam dois tipos de sinais de apontação, Localizadores articulados (Loc) e Não-articulados (Loc-NA). Explicam as autoras que os Locs correspondem aos sinais de apontação, realizados com a mão,¹⁰ e os Locs-NA são sinais de apontação realizados como movimento de rosto e direção do olhar. Esses elementos estabelecem relações de referenciação, portanto, no refinamento da hipótese das autoras, fica evidenciado que os mesmos interferem na atuação da sintaxe como elemento gramatical. Prado (2014) debate amplamente a natureza dêitica desses elementos e propõe uma caracterização dos traços componente da categoria dos determinantes em Libras. Essa caracterização será melhor discutida na seção quatro deste estudo, quando trataremos dos determinantes na Libras e no PB de acordo com a perspectiva gerativista.

¹⁰ As autoras utilizam como critério de distinção entre Locs e Locs-NA a noção de unidade articulatória da libras desenvolvida por Lessa-de-Oliveira (2012) de acordo com a qual os sinais se formam a partir de traços que formam segmentos superiores de três tipos distintos, os macrossegmentos Mão(M), Locação(L) e Movimento(Mov). Cada um desses macrossegmentos apresenta traços tridimensionais peculiares em nível articulatório inferior. Os macro segmentos juntos formam, em nível articulatório acima desse, a unidade articulatória de línguas de sinais, denominada MLMov (mão+locação+movimento). Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) entendem que os Locs articulados são os que se realizam por meio dessa unidade e os não articulados (Loc-NA) são os que não apresentam essa unidade em sua base articulatória.

Em nível fonológico, não obstante o caráter de línguas gestuais, também já há estudos que atestam as características de língua natural das línguas de sinais. Dentre esses, citamos o estudo de Lessa-de-Oliveira (2012), o qual nos apresenta considerações relevantes na representação articulatória da Libras, chegando em suas investigações ao que pode ser, segundo essa autora, a unidade articulatória de línguas de sinais como a Libras.

O caráter sistêmico de língua natural dessa unidade possibilitou a Lessa-de-Oliveira a elaboração de um sistema de escrita linear para a Libras (o sistema SEL, utilizado neste estudo). Não obstante o caráter tridimensional da articulação de um sinal, Lessa-de-Oliveira consegue identificar regularidade e sistematicidade na constituição do sinal, conforme o estatuto do signo linguístico de línguas naturais, proposto por Saussure (2006 [1916]).

Assim, segundo nossa análise, o sinal, que é o signo linguístico em línguas de sinais, se configura como a unidade lexical cujo significante se forma por unidades MLMov. Essas unidades, por sua vez, se formam por três tipos de segmentos, melhor dizendo, macrosegmentos compostos por traços distintivos imbricados – os ditos parâmetros. O aspecto tridimensional se verifica ainda ao nível dos macrosegmentos (2º nível), os quais não se dispõem em sequência na linha do tempo (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2012.p.157).

A autora prossegue na análise dos signos sinalizados da fala em Libras, discutindo a ausência de linearidade na fala em sinais. Tal ausência não é tratada pela autora como característica que afaste as línguas de sinais do estatuto de língua natural, ainda que Saussure (2006 [1916]) tenha apontado a linearidade como um dos princípios das línguas naturais. Conforme Lessa-de-Oliveira (2012, p. 153), “se por sua natureza auditiva o significante acústico se articula de forma linear, o significante das línguas gestovisuais assume a natureza tridimensional do espaço visual em que se articula.” Explica a autora que as línguas oroaditivas também apresentam uma configuração tridimensional, no âmbito da realização articulatória e acústica, uma vez que os órgãos dos aparelhos fonador e auditivo, bem como a propagação do som, se colocam no espaço físico tridimensional e, nesse ínterim, os traços distintivos do fonema se realizam simultaneamente. Somente nos níveis articulatórios superiores, a partir do nível do fonema é que a linearidade se faz nas línguas orais. Por outro lado, os sinais também se realizam linearmente, quando se colocam um atrás do outro, em certa medida, na linha do tempo, nas línguas de sinais.

Aspectos relacionados à natureza dos sinais também são apresentados por Quadros e Karnopp (2004, p. 74), abordando a sequencialidade da constituição dos signos linguísticos

das línguas de sinais, contrapondo a ideia de que a unidade denominada como parâmetro Movimento (Mov) faça parte das unidades maiores dos sinais, com base nos estudos de Hulst (1993, 1995a)¹¹ citado pelas autoras. Neste estudo o Mov é “apenas uma consequência do estabelecimento de dois locais de direção dos sinais”.

Nesse modelo, proposto como N-Mov, movimentos secundários dos sinais são representados sem o uso de posições esqueléticas Mov, propondo que haja na projeção dos movimentos um nó separado que indique forma, tamanho, velocidade do movimento. Essas autoras trazem ainda uma discussão (*ibidem* p.78) sobre as restrições na formação de sinais, pontuando que a língua apresenta dois tipos de restrições: as físicas e as linguísticas, que seriam impostas pelo sistema perceptual (visual) e pelo sistema articulatório (fisiologia das mãos). Assim a complexidade dos sinais é controlada e os sinais possuem uma previsibilidade na produção.

Estudos desenvolvidos pela linguista Lucinda Ferreira-Brito (1995) buscaram apresentar alguns aspectos da Libras como os vários tipos de empréstimos que os falantes da Libras recorrem a exemplo de “lexical inicialização, sinais de outras línguas de sinais, domínios semânticos e, até mesmo, empréstimos de ordem fonética” (FERREIRA-BRITO, 1995, p. 23).

Essa autora assume os estudos de Klima e Bellugi (1979), com relação à estrutura sublexical da Libras, apresentando as unidades mínimas como parâmetros de C (Configuração de mão) M(movimento) e PA(ponto de articulação dos sinais), diferentemente do estudo apresentado por Hulst, discutido por Quadros e Karnopp (2004), no qual as autoras descrevem que o ‘movimento’ não faria parte destas unidades.

Assim, os vários estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre a natureza e especificidades das línguas de sinais vêm encontrando propriedades que atestam que essas são de fato línguas naturais, como as demais línguas humanas, pois as mesmas partilham dos mesmos princípios linguísticos que as demais línguas do mundo, sejam línguas oriundas de comunidades minoritárias de falantes ou não.

¹¹HULST, H. v.d. Unit in the analysis of signs. In Phonology 10. Cambridge University, 1993. p. 209-41. Metrical phonology. Glot International. V.1, n.1, p. 3-6. 1995b.

3.2 Aquisição de Segunda Língua (L2) por surdos no Brasil

Como vimos, a concepção filosófica racionalista assumida neste trabalho postula que os seres humanos nascem dotados de uma capacidade específica para adquirir linguagem, portanto pessoas surdas também são capazes de adquirir uma língua, a exemplo das diversas línguas de sinais faladas por surdos mundo a fora. Muitos estudos apontam a riqueza e as características gramaticais das línguas de sinais, defendendo que as mesmas são naturais, assim como as línguas orais, como mencionamos na seção anterior.

Linguistas têm investigado as características gramaticais destas línguas contribuindo para uma valorização dessas em ambiente acadêmico, levando a um rompimento de preconceitos, quanto à modalidade gesto-visual, por exemplo, que foi marginalizada perante à crença de que uma comunicação que é produzida pelas mãos e braços, não poderia ser uma língua completa capaz de expressar o pensamento e a elaboração de conceitos e sentidos.

Os avanços nas pesquisas sobre as línguas de sinais contribuíram para o reconhecimento legal da Libras, conforme dissemos na introdução de nosso trabalho, e assim, os surdos passaram a desfrutar legalmente do direito de aprender a Libras como sua L1 e a Língua Portuguesa como a L2, muito embora a L1 não substitua a L2 conforme o seguinte trecho da lei 10.436, publicada em abril de dois mil e dois: “Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002, p. 01).

Contudo, há despreparo e dúvidas por parte de profissionais e familiares sobre como os surdos farão aquisição de uma segunda língua, na modalidade escrita, se o acesso a uma primeira língua em caso de crianças surdas, que nascem em lares com familiares ouvintes, já é um desafio para ela e para os pais. Embora nosso estudo pretenda fazer uma abordagem dos aspectos da aquisição da escrita da segunda língua de adultos surdos, consideramos necessário esclarecer pontos sobre aquisição na primeira infância, período no qual a maioria das crianças fará aquisição de alguma língua.

Estudiosos da área de aquisição indicam (GROLLA e SILVA, 2014, p.30) que, desde bebês, somos capazes de distinguir entre o idioma familiar e outros idiomas, pois de acordo com estas autoras, os recém-nascidos são “capazes de distinguir línguas e contrastes fonêmicos dentro de uma mesma língua, sugerindo que a experiência crescente com a língua materna funciona como um guia para uma seleção, dentro de um inventário de sons”.

Sendo assim, o processo de aquisição de uma língua inicia-se quando ainda estamos aprendendo a ouvir e distinguir grupos de sons e se estabelece na puberdade, de acordo com a hipótese de existência de idade crítica para a aquisição, defendida por autores como, Hughlings Jackson (1915), Lenneberg (1967), Mogford e Bishop(2002)¹² (*apud* SANTANA, 2007, p.53).

Esta hipótese não é recente e se baseia no “desenvolvimento neurológico e na importância do *input* para adquirir fala” (SANTANA, 2007, p. 54). Conforme os argumentos apresentados por linguistas que se apoiam nessa hipótese da idade crítica, crianças que foram privadas de experiências linguísticas, como é o caso das que foram encontradas em situação de falta de contato com a fala humana, apresentaram dificuldades de estruturação de sentenças, quando houve tentativa de aquisição de uma língua. Provavelmente, por não terem acesso a *inputs* necessários no período crítico, essas crianças não adquiriram a língua com estrutura gramatical compatível com sua idade. Outro argumento que é comum entre professores de segunda língua é a afirmação de que as crianças que fazem aquisição de uma segunda língua, após a puberdade desenvolvem um sotaque que as diferencia do falante nativo, no entanto há na literatura da área casos de pessoas que adquiriram uma segunda língua após a puberdade e não desenvolveram nenhum tipo de sotaque (SANTANA, 2007, p.54).

A hipótese sobre o período crítico para a aquisição da língua não está completamente fechada, mas depende de como estas teses lançam o olhar sobre o cérebro e sobre a aquisição da linguagem. Nesta perspectiva, ressaltamos a situação dos surdos brasileiros que, em sua grande maioria, adquirem uma língua de sinais depois da primeira infância ou mesmo na adolescência e se tornam proficientes no que tange aos aspectos gramaticais e de nível de discurso esperados para o grupo etário e social no qual se inserem.

Sendo assim, devido ao impedimento auditivo para a aquisição da Língua Portuguesa na modalidade falada, os surdos brasileiros, em sua grande maioria, podem fazer aquisição da língua majoritária do país na modalidade escrita, que lhes caracterizará como sujeitos bilíngues, os quais poderão ler e escrever em Português e ler, escrever e falar em Libras, sendo identificados como um grupo linguístico distinto da maioria dos brasileiros não surdos.

¹² HUGHLINGS, J. *On Aphasia and Kindeed Affections of Speech*. LENNEBERG, E.H. *Biological foundations of language*. Nova York: Jhon Wily & Sons, 1967. MOGFORD, K.; BISHOP, D. “O desenvolvimento da linguagem em condições normais” In: MOGFORD, K.; BISHOP, D. (orgs). *Desenvolvimento da linguagem em circunstâncias excepcionais*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002, pp. 1-26.

Contudo, se, conforme Kato (2005), a aquisição da escrita corresponde à ampliação de uma periferia, cuja gramática nuclear corresponde à gramática da modalidade falada de uma língua oral, logo os surdos brasileiros que não adquirem a modalidade falada do Português têm que vencer o complexo desafio de ler e escrever numa língua que não falam e nem ouvem, mas na qual estão imersos socialmente.

Com esta perspectiva, muitos surdos chegam ao nível superior de ensino escrevendo em um tipo de interlíngua, apresentando na escrita, marcações paramétricas de sua L1 (Libras) e uso da gramática da L2 com aspecto de que estão em aquisição, apesar de terem passado longos anos na escola básica e no ensino médio sob a obrigação de ler e escrever os mesmos textos e atividades dos falantes nativos do Português. Conforme observamos no exemplo abaixo, extraído de um dos textos de um de nossos informantes:

- (5) [...]o bilinguismo é a língua natural como a L1 e L2 para surdos aquisição da linguagem. (exemplo extraído do *corpus* escrito do sujeito informante 1- SI1)

Portanto as investigações sobre a aquisição de uma segunda língua de modalidade oral por surdos possibilitam nos debruçarmos sobre um arcabouço científico linguístico em expansão para a compreensão de diversos fenômenos, ao tempo que poderemos contribuir na análise das dificuldades encontradas neste processo.

3.3 Interlínguas dos Surdos em Nível Acadêmico

Para uma discussão sobre a aquisição de segunda língua por surdos é necessário levar em consideração a aquisição da linguagem desses indivíduos, em L1 e em L2. Os surdos, assim como pessoas estrangeiras que mudam de país, vivenciam processos similares na aquisição de uma L2.

Nesta perspectiva, compreendemos que, apesar da suposta imersão dos surdos em ambiente linguístico com uso do PB, este não é um fator favorável tão forte em relação a outros fatores, pois os surdos não recebem o *input* oral do PB, tal como recebem os estrangeiros não surdos.

Em trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, recentemente, interessados na aquisição da escrita do PB por surdos, encontramos nos escritos de Brochado (2003) um

apanhado de teorias que discutem a aquisição de uma L2. Dentre estas, a autora destaca a teoria desenvolvida por Selinker (1972), denominada teoria da Interlíngua, que consiste basicamente no sistema que se desenvolve ao longo da aquisição de uma segunda língua do início até a estabilização.

Tarone (2006) analisa a proposta de Selinker (1992) e observa que o mesmo possibilita a defesa do conceito de interlinguagem, que tem sido fundamental para o desenvolvimento do campo de pesquisa em aquisição de segunda língua por adultos. O autor apresenta a tese do linguista, com explicações sobre um sistema linguístico, que se desenvolve com a pessoa que está em processo de aquisição de uma segunda língua.

Selinker (1972) defende a hipótese de que os processos psicolinguísticos que adultos fazendo aquisição de uma segunda língua enfrentam se manifestam não apenas em nível morfológico ou sintático, mas semântico e pragmático também, sendo assim, a interlíngua difere sistematicamente tanto do idioma nativo quanto do idioma alvo. Para este autor, de acordo com indicação de Gargallo¹³ (1999, p. 28) os níveis de interlíngua seguiriam:

“IL.....IL1.....IL2.....IL3.....ILn.....L2”. (BROCHADO, 2003, p.57).

Conforme Brochado (2003), Selinker (1994), tratando do desenvolvimento de uma interlíngua, se baseia numa concepção mentalista e psicolinguística sobre aquisição de segunda língua e assim aponta cinco processos ou níveis que uma interlíngua pode apresentar, que seriam:

- (i) transferência de linguagem, ligada à interferência da L1;
- (ii) super generalizações das regras da língua-alvo;
- (iii) transferência de treinamento (resultado de instrução);
- (iv) estratégias de aprendizagem de L2;
- (v) estratégias de comunicação em L2. (BROCHADO, 2003, p. 57).

Em seu estudo de tese, a autora, discutindo outros estudos que destacam que a aquisição de uma segunda língua se dá em vários níveis, propõe três níveis de interlíngua observados em dados de escrita de surdos adquirindo o PB. Estes níveis não estão fechados e

¹³GARGALLO.I.S. *Linguística aplicada a la enseñanz aprendizaje del español como lengua extranjera*. Madrid: Arco Libros, S.L., 1999.

podem não ser os únicos vivenciados por adquirentes surdos na escrita, contudo nos serve de base para analisar o desempenho destes em processos mentais que são verificados nos dados da interlíngua. Esses níveis são indentificados pela autora como: Interlíngua I (IL1), Interlíngua II (IL2) e Interlíngua III (IL3), que se caracterizam por apresentar estruturação morfosintática mais ou menos convergente com o PB.

Na interlíngua I, a autora identifica o “emprego predominante de estratégias de transferência da língua de sinais (L1) para a escrita do PB (L2)” (BROCHADO, 2003, p.310). Em relação ao nível de interlíngua II, os surdos apresentam maior quantidade de dados dos aspectos da L1 e da L2, sem uma total consciência, numa espécie de tentativa de “apropriar-se da língua alvo” (ibidem, p. 310). Com o nível de interlíngua III, os adquirentes surdos demonstram escrita com maior convergência com o PB, em aspectos sintáticos, com estruturação de sentenças complexas com uso de muitas categorias funcionais do PB, bem como certa flexão de verbos e nomes. Ressalta Brochado (2003, p. 310) que estes níveis não são obrigatórios, nem acontecem sempre nesta sequência, considerando os fatores internos e externos que envolvem cada pessoa surda na aquisição do PB escrito.

Em estudos desenvolvidos no âmbito da teoria gerativa, Chan-Vianna (2003 p.66) esclarece que “a segunda língua de um indivíduo – não nativo – é um sistema linguístico complexo e abstrato e, nesse sentido, semelhante ao sistema linguístico de um falante nativo”. Ou seja, ainda que consideremos as características de interlíngua das produções de falantes de L2, estamos diante de um sistema complexo de língua natural, que, portanto, é regido pela GU.

Nosso estudo parte da hipótese de acesso indireto à GU corroborando publicações de pesquisas na área de aquisição que afirmam que, ao fazer aquisição de uma L2, os aprendizes vão apresentando “estados mentais que não são apenas analogias com formas do *input* e nem são derivados apenas do conhecimento da L1”. (CHAN-VIANA, 2003, p.66). As características da interlíngua, “mediada pelas restrições impostas pelos princípios e parâmetros”, tornam possível reconhecer quais processos os falantes que fazem aquisição de uma L2 estão apresentando, pois, os mesmos são capazes de entender e produzir enunciados que não viram nem ouviram. Dessa forma, conforme a autora.

A interlíngua se caracteriza pela variabilidade no uso de flexão verbal e nominal e em itens lexicais relacionados. Morfologia relacionada à concordância, número, gênero, caso, tempo, entre outras categorias estão às vezes presentes, às vezes ausentes da produção dos aprendizes de L2,

quando seriam obrigatórios para os falantes nativos. (CHAN-VIANNA, 2003, p. 66)

Por vezes aprendizes surdos de PB como L2 apresentam variabilidade na escrita da interlíngua, revelando construções convergentes ou divergentes, porém não apresentam violação dos princípios que restringem as línguas naturais, e assim estes elementos não convergentes com o PB revelam aspectos da aquisição que, em muitos momentos, são mais próximos da estrutura da Libras.

Em seu trabalho sobre o “Desenvolvimento de estrutura de posse na interlíngua de aprendizes surdos”, Chan-Vianna (2003, p. 67) discorda de alguns autores que consideram uma deficiência a variabilidade encontrada na interlíngua, afirmando que “todas as categorias funcionais e lexicais estão disponíveis e presentes no léxico desde os primeiros estágios da aquisição de L2, podendo não ter sido mapeados na matriz fonológica e morfológica convergente”.

A autora ainda aponta outra característica da interlíngua que é a opcionalidade, a qual fica mais evidente quando os aprendizes de L2 manifestam propriedades da L1 na escrita, antes que todos os traços formais de um novo item da L2 tenham sido fixados.

O panorama sobre a situação dos surdos em processo de aquisição da modalidade escrita do PB revela que, nos primeiros anos de aquisição, o uso das categorias gramaticais e sua convergência para a língua alvo tende a aumentar em função da idade e pelo grau de escolaridade e que alguns indivíduos atingem alto grau de sucesso. Berente (1996)¹⁴ e Lillo-Martin (1998)¹⁵, *apud* Chan-Vianna (2003), afirmam que, em geral, os surdos avançam em julgamentos de gramaticalidade conforme avançam no sistema escolar.

¹⁴BERENT, *The acquisition of English syntax by deaf learners*. In: RITCHIE. W.; BHATIA T. ed. *The handbook of second language acquisition*. San Diego: Academic Press, 1996. p. 469-506.

¹⁵ LILO-MARTIN, D.C. *Paramater setting: evidence from use, acquisition, and breakdown in American Sign Language*. Doctoral Dissertation. University of California, San Diego, University Microfilms International. Ann Arbor. Michigan, 1996.

4 A REFERENCIAÇÃO EM LÍNGUAS NATURAIS: CATEGORIA DOS DETERMINANTES

Nesta seção tratamos das questões relacionadas à referenciação na aquisição do PB por surdos, especificamente na interlíngua que adultos surdos apresentam, mesmo cursando níveis mais elevados de ensino. Dissemos na apresentação deste trabalho, que uma pessoa surda, que tenha feito aquisição da Libras como primeira língua, poderá apresentar traços do sistema linguístico da primeira língua adquirida na aquisição do PB como L2 na modalidade escrita.

Discutimos também como, no processo de aquisição de uma segunda língua, muitos adquirentes apresentam outro sistema em funcionamento, o das interlínguas. Logo, as questões relacionadas à ocorrência de determinantes, aqui especificamente artigos definidos e demonstrativos, nas sentenças produzidas nos oferecem dados importantes para análise de como está ocorrendo a aquisição desses elementos. Sendo assim, é importante ressaltar que a referenciação em Libras, por meio de apontação, foi indicada desde os estudos de Ferreira-Brito, publicados em 1995, em que a autora explica que nas línguas de sinais é muito frequente o uso da dêixis, para referirem e co-referirem. Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) tratam essa questão no âmbito da teoria gerativa, defendendo a hipótese de que tais apontações são sinais que pertencem à categoria dos determinantes, na gramática da Libras. Esses estudos fundamentam nossas análises.

4.1 Categoria dos determinantes numa abordagem gerativista

Os estudos sobre a categoria dos determinantes na concepção gerativista é desenvolvido a partir das publicações de Chomsky (1970), na obra *X' Syntax*, na qual o autor desenvolve a hipótese de que o Sintagma Nominal é constituído por uma estrutura lexical e por uma estrutura funcional, constituídas pelos elementos que se encontram à esquerda do nome a exemplo dos determinantes e dos quantificadores.

A propriedade em comum a estes elementos é o de restringirem a extensão do núcleo nominal; por outras palavras, quer os determinantes quer os quantificadores podem ser concebidos como operadores que ligam uma variável correspondente ao nome e que, desse modo, permitem criar, a partir do nome, uma expressão referencial [...] (BRITO 2003, p. 345).

Ainda, de acordo com Duarte e Oliveira (2003, p.203), as línguas naturais possuem a possibilidade de referenciar ou “estabelecer uma relação entre uma expressão e um objeto do universo que lhe é exterior”, no entanto nem todas as expressões linguísticas são referenciais, a exemplo de palavras como *muito, talvez, nunca, não*, pois não podem ser usadas para referir. As autoras afirmam que os nomes são categorias linguísticas que têm o potencial de referência, pois podem designar ou nomear.

Assim o estudo da categoria dos determinantes na teoria gerativa evoluiu à medida que vários linguistas investigaram o desenvolvimento das categorias gramaticais de acordo com a proposta de Chomsky (1970), na apresentação da teoria X-barra, o qual propõe a existência da categoria NP (*Noun Phrase*) que identifica expressões nominais, como *o homem, as bolsas*, ou expressões nominais nuas, como *homem, bolsas*, na referenciação no sintagma nominal, conforme dissemos anteriormente.

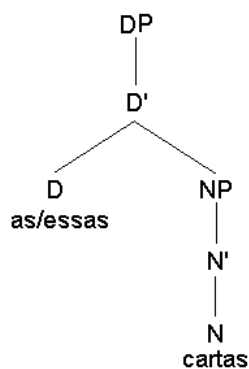
A proposta de que a categoria NP agregava as expressões nominais, desenvolvida por Chomsky (1970), foi assumida até meados da década de 80 quando surge uma nova proposta de representação para os sintagmas nominais sejam complexos (*os homens, aquelas bolsas*) sejam nus (*homens, bolsas*). Nesta proposta, que ficou conhecida como a hipótese DP (ABNEY, 1987 *apud* MEIRELLES, 2013), a projeção máxima de uma sentença não é um NP e sim um DP (sintagma determinante), que tem como núcleo uma categoria funcional D, os NPs são na realidade grupos de determinantes.

Analizando algumas semelhanças existentes entre o sintagma nominal e a sentença, Abney (1987) ainda argumenta que, assim como a categoria funcional T (tempo), cuja função é localizar um evento no eixo do tempo, seleciona um complemento lexical VP, D (determinante) também selecionaria um complemento que seria um NP. O núcleo D° teria a função de indicar a referencialidade (definida ou indefinida) de N. Dessa forma, DP seria uma categoria funcional, ou seja, não temática, que assim como a categoria funcional TP, selecionaria um complemento pertencente a uma categoria lexical. T seleciona VP e D seleciona NP. (MEIRELLES, 2013, p.03).

A proposta de Abney (1987) passou a ser assumida dentro dos estudos gerativistas. Assim, Brito (2003) apresenta o sintagma determinante (DP) como uma categoria funcional que tem como núcleo um determinante e que tem a função de restringir a extensão do núcleo nominal, criando um valor referencial de individualização das expressões nominais. Os

determinantes dividem-se, conforme a autora, em: *não dêiticos* (artigos) e *dêiticos* (possessivos e demonstrativos). Em Português, artigos precedem sempre nomes e dividem-se em definidos e indefinidos. E uma das características importantes observadas nos demonstrativos é que esses não podem co-ocorrer com artigos definidos. Isso leva à conclusão de que artigos e demonstrativos ocupam o mesmo lugar na árvore, o núcleo D o que justifica a impossibilidade de co-ocorrência de ambos.

(6)



Ainda, conforme Brito (2003), os *pronomes* formam por si só DPs, por serem expressões referencialmente autônomas. Nessa perspectiva, assim como os pronomes pessoais podem ser compreendidos como proformas, prossintagmas, correspondendo a DPs inteiros, como em (7), a mesma análise pode ser feita para demonstrativos que se apresentam como formas neutras *isto*, *isso*, *aquilo* (7b).¹⁶

(7) a. DP

|
ele

b. DP

|
aquilo

Meirelles (2013) prossegue apresentando o estudo de Longobardi (1994), estudioso que persegue a ideia de que o DP é a projeção máxima dos constituintes nominais e que a

¹⁶ No caso das formas demonstrativas não neutras, essas são compreendidas como núcleo determinante, mesmo que não sejam acompanhadas de nominal, compreendido nesse caso como um nominal nulo.

categoria D é capaz de acomodar os núcleos funcionais de forma mais completa, e assim a estrutura de um DP pode conter as projeções funcionais que possibilitam a checagem de traços como definitude, número, concordância, entre outros.

A proposta de que o DP é a projeção máxima dos constituintes nominais também é defendida por Longobardi (1994). Para ele, ainda que o determinante não ocorra, esta projeção funcional está presente na estrutura, pois – nesse caso – há uma formação de cadeia entre a posição do nome e a do determinante, produzindo um movimento de N para D. (MACEDO, 2016, p. 51).

A autora ainda pontua que a hipótese DP é um objeto de discussão nos estudos sintáticos, no entanto assume as teses propostas por Abney (1987) e Longobardi (1994) nas quais os mesmos sustentam ainda que, em casos de línguas em que o artigo não é fonologicamente realizado, existe o DP, pelo fato de que a referencialidade, a unicidade e a definitude não se restringem à presença do artigo definido.

Trazendo autores como, Cyrino, Espinal e Borik (2012)¹⁷, Macedo destaca a evidência da existência do DP, através da distribuição dos demonstrativos, pois para estas autoras “esses itens veiculam uma interpretação individual ao NP com o qual combinam”. Com base na pesquisa de Abney (1987), observamos outras projeções que se situam acima do NP: “QP para os determinantes quantificadores, NumP para a categoria morfossintática de número, PossP para posse e KP para a expressão de Caso. Trazendo teses de diversos autores, Macedo nos apresenta a hipótese de Vangsnes (2001, p. 264)¹⁸, na qual o autor argumenta que as “projeções funcionais não são nucleadas pelos determinantes, mas por categorias funcionais abstratas listadas no léxico”. Assim a autora seguindo a teoria *X-barra*, explica que, o que acontece é: “N é c-comandado por todas as categorias funcionais...”.

Também para Prado (2014, p.77), a hipótese de Abney (1987) é validada, pois, semelhante ao que “acontece à estrutura do VP em que um item lexical é dominado por projeções funcionais, como AgrP e IP, as estruturas nominais são consideradas como itens lexicais dominados por projeções funcionais DP e AgrP”. Portanto o NP é subcategorizado pelo D, que se torna responsável por atribuir referenciação aos itens nominais.

¹⁷CYRINO, S., ESPINAL, M. T. & BORIK, O. (2012) *On determiners in languages with and without articles*. Workshop on Languages with or without articles. Paris. March 15th-16th.

¹⁸VANGSNES, Ø. (2001) On noun phrase architecture, referentiality, and article systems. *Studia Linguistica* 55(3): 249-299.

Assume Floripi (2008, p. 34) que “a variação do sistema funcional do nome inclui outros componentes como os possessivos”. No que diz respeito à ausência de determinante, essa autora segue a tese de Longobardi (1994), que prevê a possibilidade de movimento de N para o núcleo D, sendo esse movimento um aspecto considerado universal nas línguas naturais e podendo ocorrer ou não, “dependendo dos parâmetros fixados na sintaxe da língua”.

Ao desenvolver um estudo sobre *Sintagmas Nominais Possessivos na história do Português*, Floripi (2008) descreve que o artigo no Português brasileiro pode ser omitido em sentenças em que “há descrições definidas sem o uso do pronome possessivo, não alterando o sentido”, conforme exemplos da autora abaixo (MACEDO, 2016, p.79).

(8) A boneca de Helena é de louça.

(9) *Boneca de Helena é de louça.

(10) A minha boneca é de louça.

(11) Minha boneca é de louça. (Fonte: FLORIPi, 2008, p.79)

Assim, Floripi encontrou no traço definitude licenciamento em nível DP, pois, para ela, é a referência/definitude do núcleo nominal do DP possessivo que se responsabiliza pelo “licenciamento de possessivo, acarretando a realização ou não de artigo”.

Conforme os autores apresentados, o sintagma determinante na teoria gerativa provoca importantes debates teóricos para o desenvolvimento da teoria e para a compreensão de como as línguas processam esta categoria e assim podemos avançar em estudos mais aprofundados na aquisição de uma primeira ou de uma segunda língua, conforme pretendemos. Cada autor propõe hipóteses a partir de análises de variados tipos de línguas e confirma estudos anteriores sobre a variação paramétrica nas línguas, que já citamos na Seção II deste estudo, refuta ou confirma outras possibilidades para esta variação dependendo do percurso assumido.

4.2 Determinantes no Português Brasileiro (PB)

Miguel (1996), em trabalho de investigação, relata como historicamente as classes de palavras foram nomeadas na elaboração das gramáticas das línguas ocidentais, destacando uma mudança na designação de artigos, demonstrativos e determinantes. No dizer da autora,

surge a questão: “ao utilizar um termo ou outro estamos realizando distinção entre etiquetas diferentes que têm o mesmo conteúdo, ou estamos verdadeiramente na presença de uma interpretação linguística diferente, assim como objetos diferentes?” (MIGUEL, 1996, p.336).

Buscando responder ao próprio questionamento, a autora discute que, ao usarmos os termos artigos, demonstrativos ou possessivos, nos referíamos a classes independentes englobadas na classificação dos determinantes. Contudo hoje, ao “folhearmos uma gramática escolar vamos encontrar o termo **determinante** e as crianças convivem desde cedo com este termo”, (MIGUEL, 1996, p. 336) (grifo nosso) caracterizando um grupo de vocábulos da língua que pertencem a uma mesma categoria. Este fenômeno é explicado a partir do desenvolvimento dos estudos da gramática gerativa, que buscou identificar uma categoria que pudesse dar conta de todos os itens que precedem o nome no sintagma nominal, de forma a associá-los a um nó na representação das sentenças nas árvores.

Diferenciando artigos de determinantes compreendemos que o segundo se refere a itens que modificam “o núcleo do grupo nominal e que, de um modo geral, o precedem” (MIGUEL, 1996, p.341). Esta designação – determinante – advém do seu valor determinativo e aparece com a gramática sintagmática nas regras de reescrita do NP para abranger todas as palavras que, numa árvore, precedem o nome, à exceção do adjetivo. Comenta Miguel (1996 p. 336) que “O artigo determinante, segundo a terminologia atual, é um hipônimo da palavra determinante, na medida em que um artigo¹⁹ é um determinante, mas os determinantes não são somente os artigos”.

Ainda no dizer da autora, o determinante é, pois, uma grande categoria onde se encontram várias classes de palavras que têm determinada função. Há por isso características comuns aos dois termos (*ibidem* p. 336). Tradicionalmente entendemos o artigo, de acordo com a gramática normativa do Português, como uma partícula que precede o nome e indica se falamos de algo determinado ou indeterminado. No aspecto morfológico (de acordo com a gramática tradicional) os artigos flexionam em gênero e número, conforme quadro a seguir.

¹⁹Para Lima-Salles e Pires (2011) “os artigos definidos ocorrem em DPs interpretados como referenciais e não referenciais (estes últimos designados *definidos genéricos*)”. (O uso de definidos genéricos, assim como nominais nus, no singular e no plural é acarretado por uma complexidade e este detalhamento, foge do escopo desse trabalho).

Quadro 1 – Artigos do Português Brasileiro

ARTIGO	SINGULAR		PLURAL	
	MASC	FEM	MASC	FEM
DEFINIDOS	o	a	os	as
INDEFINIDOS	um	uma	uns	umas

Fonte; Miguel (1996)

Assim, uma das funções do determinante, em línguas como o Português, é a identificação do gênero das palavras que nomeiam as coisas (os nomes), o qual é convencional, a exemplo dos nomes *pau e nau, cometa e caneta*, necessitando do artigo para designar o gênero. Os artigos se dividem no aspecto semântico em definidos e indefinidos, quando nos referimos à pessoa ou coisa determinada ou indeterminada. No PB, não há artigos neutros, ou seja, um determinante que acompanha palavras que não são nem masculinas nem femininas, como acontece no Inglês e no espanhol.

Deve-se compreender que os artigos definidos pertencem a uma classe fechada, que especifica um nome, precedendo-o, e que contribui para a construção do seu valor referencial, com informações sobre propriedades sintáticas e semânticas dos objetos ou entidades designadas. E a ocorrência foneticamente realizada ou não (zero) dos determinantes obedece a regras bastante rígidas.

Em outros casos, demonstrados pelos estudos de Correia (1992)²⁰, citados por Miguel (1996, p.340), existem “substantivos em Português cuja natureza semântica impõe certas exigências na escolha do artigo que os precede, rejeitando a presença dos artigos definidos e indefinidos”. Nestes casos, haverá seleção para o determinante zero, ou seja, ausência lexical do determinante. Explica Correia que, alguns nomes no Português Europeu (PE) não precisam do uso de artigo, impondo assim ausência lexical ou o artigo Ø. Nas palavras da autora, “no Português Europeu o determinante vazio pode ocorrer em sintagmas nominais pré e pós-verbais com nomes próprios e comuns, nos casos de leitura genérica ou com a especificação do objeto descrito” (CORREA, 2002,²¹ *apud* FLORIP, 2008, p. 53-54). Essa característica também se verifica em PB.

²⁰CORREIA, C. A Determinação: Quantificação e Qualificação, in Actas do VIII Encontro da associação Portuguesa de Linguística, Colibri, Lisboa, p.100-111. 1992

²¹CORREIA, C. N. *Estudos de Determinação: A Operação de quantificação qualificação em sintagmas nominais*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

Entre os determinantes do PB, encontramos além dos artigos, definidos e indefinidos, os possessivos, os demonstrativos, as expressões quantificadoras e os numerais; porém, neste estudo focalizaremos a aquisição dos artigos e demonstrativos nas interlínguas dos surdos adultos, buscando analisar, na aquisição do PB, os traços de definitude, dêixis, gênero e número destes elementos.

A autora observa no PB que os demonstrativos não co-ocorrem com os artigos no sintagma nominal. Essa propriedade é compreendida como decorrente do fato de que demonstrativos e artigos têm propriedades sintático-semânticas comuns, possuindo ambas o traço [+definido], excluindo dessa lista, os variantes *isto*, *isso*, *aquilo*. Extraímos do trabalho da autora o seguinte quadro de demonstrativos do PB e do PE.²²

Quadro 2 – Demonstrativos do PB e PE

SEMÂNTICA	MORFOLOGIA				
	FORMAS VERIÁVEIS				FORMAS INVARIÁVEIS
PESSOA ESPAÇO TEMPO	SINGULAR		PLURAL		
	MASC	FEM	MASC	FEM	
Proximidade da 1ª pessoa, do momento presente ou do passado próximo	este	esta	estes	estas	isto
Proximidade da 2ª pessoa, do passado e do futuro distantes	esse	essa	esses	essas	isso
Proximidade da 3ª pessoa, do passado distante	aquele	aquela	aqueles	aquelas	aquilo

Fonte: Miguel (1996)

A partir desta apresentação, a autora busca não apenas agrupar os determinantes demonstrativos em um quadro com etiquetas, mas organizar de forma elegante os vários determinantes que se apresentam no PE e no PB, para fins de análise e investigação desses no que diz respeito ao comportamento sintático. Prossegue dizendo que há divergências de teóricos quanto à definição relativamente ao lugar que ocupam os determinantes na sintaxe, dependendo da perspectiva teórica, os mesmos podem ser especificadores no NP ou projeções funcionais como proposto no quadro teórico gerativista, que assumimos.

²² Devemos lembrar que em PB, a série *esse*, *essa*, *isso*, pode também ocorrerem em contexto de *proximidade da 1ª pessoa e passado próximo*.

4.3 A Geometria de Traços aplicada aos determinantes no PB

Com base nos estudos desenvolvidos por Chomsky (1995), partindo do modelo minimalista da gramática gerativa, a noção de traço vem sendo desenvolvida em vários estudos posteriores, (HARLEY; RITTER, 2002; BÉJAR, 2003, CARVALHO, 2008, PRADO 2014), cujos autores apresentam traços numa “disposição geométrica” (CARVALHO, 2013, p.116).

De acordo com o Programa Minimalista, traços podem ser compreendidos como propriedades atômicas da gramática, por exemplo, um traço [plural], as quais são usadas para determinar uma categoria do mundo real, sendo assim é interessante descrever as propriedades de um traço, para que possamos conhecer como estas propriedades podem permitir uma relação com qualquer outro traço, no dizer de Carvalho (2012).

Retomando os estudos anteriores de Chomsky (1987), é sabido que o sistema computacional é inflexível, no entanto é possível que haja variações linguísticas entre línguas diferentes e até mesmo no interior do sistema, e isso ocorre nas “propriedades dos itens lexicais, compostos por traços formais que são interpretáveis no sistema” (PRADO, 2014, p. 81).

De acordo com o PM, um item lexical é formado por traços semânticos, fonológicos e formais. Traços fonológicos são instâncias da forma fonética PF, apenas, e não participam da derivação, pois apenas traços semânticos e formais entram na computação. Mas os traços semânticos, que são relevantes em forma lógica LF, são inacessíveis no decorrer da derivação, segundo essa proposta, os traços têm que ser legíveis durante a computação, caso contrário são eliminados nas operações do sistema computacional, que envolvem categorias lexicais e funcionais. (PRADO, 2014, p.82).

No estudo que citamos, a autora ainda verifica que as categorias funcionais legítimas podem compartilhar um mesmo “traço *EPP*, que pode ser compreendido como o traço *D*”, podendo atrair uma expressão nominal ao núcleo, sendo localizado na posição de especificador desse núcleo ou adjungido a ele. De acordo com o PM, é a *Numeração* que ordena o item lexical e o índice das vezes que este mesmo item aparecerá na derivação, através das operações *Select* (Selecionar), *Merge* (Concatenar), *Agree* (Concordar), *Move* (Mover). Contudo de acordo com Prado (ibidem, p.82), quando um item é selecionado pela *Numeração* não é compreendido como léxico, mas sim como um conjunto de traços, que são

interpretados ao longo da computação e assim a operação Concatenar (*Merge*) entra em ação para que haja a junção dos itens lexicais e elementos mais complexos formados por estes itens.

Para Chomsky (1999), a concordância (*Agree*) opera assim se ocorrer um pareamento (combinação, *matching*) de traços entre uma sonda (*probe*), que possui traços não interpretáveis, e um alvo (*goal*), que possui traços interpretáveis, *Agree* verifica e apaga os traços não interpretáveis em LF. Assim pode ocorrer, por exemplo, sentença com pareamento do traço de gênero entre o nome e seu antecedente.

Consideramos a proposta de Carvalho (2008) para uma geometria de traços do núcleo D, especificamente para os pronomes no PB, que foi elaborada a partir dos estudos desenvolvidos por diversos outros autores, os quais já mencionamos na introdução desta subseção. O autor argumenta que os traços *Phi*, de pessoa, número e gênero, na verdade são “elementos categoriais que comportam traços mais elementares, os quais definem tanto o conteúdo quanto a forma do pronome”. E, partindo de análises e propostas para estes traços, Carvalho (2008) destaca o estudo de Harley e Ritter (2002), que dividiram os traços ϕ , em três grandes categorias, a saber: *Participant*, *Individuation* e *Class*, incluindo *Participant* os traços *Speaker* e *Addressee*, e estes traços são usados para representar o traço pessoa; já o traço *Individuation*, passa a incluir *Group*, *Minimal* e *Argumented*, os quais representam a categoria número, e o traço *Class* e demais sub-grupos codificam gênero.

O autor também busca, no estudo de Béjar (2003), uma análise “através de uma perspectiva para traços formais de $[\phi]$, que pode codificar propriedades nominais que normalmente entram no processo de concordância: pessoa, número e gênero”. Torna-se interessante a perspectiva trazida pela autora em questão, pois a mesma introduz um novo traço à geometria, a saber, o “traço $[\pi]$ (Pi), que seria um nó intermediário entre a raiz do elemento referencial e o nó [PARTICIPANT]”. Nesta perspectiva, Béjar (2003) ainda defende que inserir o traço $[\pi]$ é essencial como uma camada representativa, pois alguns traços categoriais devem ser incluídos dentro do nó *Participant*. E assim, “[π] rotularia os traços que podem ser capturados entre R e [PARTICIPANT], assumindo a representação” (BÉJAR, 2003, p.79) aqui reproduzida:

SPEAKER>PARTICIPANT> {DÊITIC> DEFINIT>ESPECIFIC>...>D= π } > R

Seguindo a perspectiva apresentada por Béjar (2003, p. 79), o traço $[\pi]$ domina os demais traços, e estes podem ou não se fazer presentes na configuração, pois este nó apresenta-se como uma variável “que codifica outros elementos que podem ser necessários para contraste de pessoa”. O mecanismo que se adota para *pessoa* também pode ser pensado para *número e gênero*. Então *número* vai apresentar um feixe de traços composto pelo traço $[INDIVIDUATION]$, “que representa a distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, tais como classe e quantificação” (PRADO, 2014, p.85).

Ainda de acordo com Béjar (2003), gênero é composto pelos traços $[Feminine/Masculine]$, que fica distinto do traço $[Animante]$, em PB. Para esta autora é a combinação dos traços *Class* com aqueles dominados pelo nó $[\pi]$ que definiria se gênero aparecerá no pronome. Conforme descreve Prado (2014, p.85) “a projeção de $[PARTICIPANT]$ inibiria a realização visível de gênero no pronome, resguardando os traços disponíveis para checagem”.

Portanto, Carvalho (2008), baseado na proposta de Harley e Ritter (2002) e Béjar (2003), propõe uma composicionalidade para uma geometria de traços do pronome no PB. Os traços se organizam numa hierarquia, com base na subespecificação que Carvalho (2008, p.77) descreve como:

- (1) $[PARTICIPANT]$: este traço caracteriza os participantes do processo discursivo (1ª e 2ª pessoas). A ausência desse traço e, conseqüentemente, dos traços por ele dominados, caracteriza a 3ª pessoa.
- (2) $[SPEAKER]$: a presença do traço $[SPEAKER]$ imediatamente dominado pelo traço $[PARTICIPANT]$ define o pronome como sendo o participante no processo discursivo (1ª pessoa). [...]
- (3) $[ADRESSER]$: este traço caracteriza o ouvinte no processo discursivo. [...]
- (4) $[D]$: este traço corresponde ao traço $[N]$ e caracteriza nominais. A presença deste traço caracteriza o nominal como sendo um argumento, [...]. Este traço também domina as projeções que compreende traços como $[DEFINITE]$ e $[SPECIFIC]$.
- (5) $[SPECIFIC]$: denota um indivíduo particular (ou grupo de indivíduos). Um DP que apresenta um traço $[SPECIFIC]$ é interpretado como “um indivíduo que é conhecido pelo falante”.
- (6) $[DEFINITE]$: o traço $[DEFINITE]$ define quando um DP se refere a algo presente no universo discursivo. (CARVALHO, 2008, p. 82-83).

Ainda fundamentado em Harley e Ritter (2002), o autor assume que o nó que irá representar as categorias *número, gênero e classe* é o $[INDIVIDUATION]$, o qual é descrito

como o traço que “representa a distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, como classe e quantificação.[...] (CARVALHO, 2008).

Além desta descrição para os traços dos pronomes no PB, o autor também considera o traço /#/ , que representaria a quantificação no nominal, caracterizando uma leitura singular do nominal e [GROUP], que, determinado pelo traço [INDIVIDUATION [#]], exigirá uma leitura plural, mais de um elemento.

Para tanto, em Carvalho (2008), a proposta dessa geometria de traços para os pronomes do PB, pertencentes à categoria D, possibilita uma análise atômica desses elementos bem como, possibilita nortear outros trabalhos que busquem uma análise da referenciação no PB. Carvalho (2008) explica que a opção em estudar os traços numa visão geométrica e hierárquica e não binária foi adotada por considerar esta perspectiva mais elegante e por contemplar a gradação de um mesmo traço, o que favorece a compreensão do movimento realizado na Numeração do léxico da língua em estudo.

4.4 Determinantes na Libras e Traços Identificados

Ferreira-Brito (1995) apresenta um estudo sobre a referenciação em Libras, esclarecendo que de maneira semelhante àquela das línguas orais, haverá elementos na fala em Libras que indicará a referenciação com a presença de determinantes diferenciando, de acordo com K.S. Dornnellan (*apud* Ferreira-Brito 1995, p.115), a referência propriamente dita da descrição definida. Para apresentar esta diferença a autora esclarece que, na Libras, haverá um item lexical que relaciona o nome ao seu referente, já a *expressão definida* pode denotar ou referenciar, e em ambos os casos vai haver uma descrição, ou seja, as descrições definidas têm sentido e não são meramente referenciais, a exemplo dos nomes próprios (em língua de sinais), que, além de referenciar, também descrevem, bem como os sinais pessoais, que são criados como uma espécie de descrição de uma característica da pessoa, significando “aquele que tem barba” “aquele que tem uma pinta no rosto” etc.

Na Libras, há também a presença da dêixis, que é referencial, podendo referir ou co-referir, compreendendo a co-referência como o fenômeno conhecido como anáfora ou catáfora. O primeiro fenômeno ocorre tendo como “co-referente um termo antecedente cujo referente é igual ao seu e o segundo tem como co-referente um termo que apenas é

introduzido no contexto linguístico após sua menção e cujo referente é o mesmo”. (*ibidem*, p.116).

Co-referência em LIBRAS é um fenômeno bastante complexo porque pode ser realizado através do uso de pronomes pessoais, demonstrativos e possessivos, como nas línguas orais, mas também através do uso do termo comparativo, da mudança de posição do corpo, do uso de classificadores e, até mesmo, do uso de olhadelas. (FERREIRA-BRITO, 1995, p.116)

Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) trazem essas diferentes maneiras de referenciação em Libras para um estudo, de caráter gerativista, procurando verificar como se constitui a categoria D em Libras. Essas autoras identificam como elementos da categoria dos determinantes, núcleos D, certos sinais de apontação para pontos no espaço físico fixados pelo falante (sinalizante) como referenciais a pessoas ou objetos dos quais se está falando, os denominados *Localizadores (Locs)*, já mencionados por nós. Essas autoras explicam que os Localizadores na gramática da Libras se apresentam como um recurso no qual o falante localiza, “de forma eminentemente dêitica, os referentes no espaço físico, através dos Locs” (PRADO, 2014, p.24). Estes Locs foram identificados pelas autoras, como pertencentes a dois grupos: articulados e não-articulados, sendo que o Loc articulado é apresentado a partir da hipótese da unidade MLMov (Mão/Locação/Movimento) de Lessa-de-Oliveira (2012), conforme já vimos.

Ao realizar uma descrição dos Locs não-articulados, as autoras caracterizam esse elemento pela ausência das unidades MLMov, diferentemente da análise que assume que, nas línguas de sinais, há a presença de “estruturas altamente icônicas” (EAI), as quais nos mostram que, além da articulação dos sinais, há as expressões que são alteradas pela “direção do olhar e por movimentos do corpo” (PRADO, 2014, p.33) e assim, para alguns estudiosos, o sinal articulado ou Locs articulados seria “um recurso dêitico que introduz um referente no discurso, já as expressões EAI se comportam como um recurso anafórico, de retomada dos referentes no discurso”. Diferentemente, Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) assumem que os Locs são sempre dêiticos porque fazem sempre apontação direta da coisa referida no espaço físico, ainda que se trate de algo imaginário. Ainda de acordo com essas autoras, tanto os Locs articulados como os não-articulados ocorrem como determinantes.

Assim, a partir de resultados de seus estudos, Prado (2014) assume que o Loc, que é um núcleo D, em Libras, é gramatical em posição anteposta ou posposta ao nome próprio e ao nome comum. A autora observa em seus dados também casos de *barenouns* (nominais nus),

nominais que ocupam uma posição argumental com interpretação genérica ou referencial em certos casos. Já em contexto existencial, a autora verifica que, da mesma forma que ocorre nas línguas orais, a ausência do determinante em Libras é gramatical. No que tange à saturação de predicadores por Locs proformas, verifica a autora que esta ocorre quando as posições argumentais são ocupadas pela “apontação” de referentes no espaço físico. Prado (2014) verifica por meio de teste de aceitabilidade que a coocorrência desses determinantes Loc, em Libras, com possessivos e com quantificadores é possível. E, em sentenças relativas, a autora observa que o Loc pode ocorrer anteposto ao nome em posição de antecedente relativo, mas não pode ocorrer posposto a esse nome antecedente.

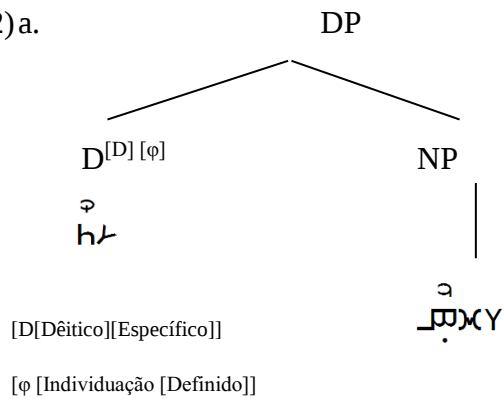
Com base nessa observação Prado, (2014) levanta a hipótese de acordo com a qual os Locs são elementos eminentemente dêiticos, que pertencem à categoria D-DP e a dêixis está intrínseca ao Loc na sua forma de articulação e na sua estrutura gramatical. Isto porque, conforme explicação da autora, os Locs fazem sempre apontação direta dos referentes, em qualquer parte do discurso, ou seja, “a dêixis se instaura no ato do discurso, tomando pontos de referência por ‘apontação’ e esses pontos dizem respeito às pessoas do discurso.” (PRADO, 2014, p. 125). Esta é, nas palavras da autora, a base de constituição do Loc, que atua como determinante construindo a referência nominal, podendo atuar também como proforma. Assim, propõe Prado (2014) que:

a anteposição de um Loc ao nome $\overset{\varphi}{h\text{L}}$ $\overset{\alpha}{\text{MULHER}}$ (Loc - MULHER) – e a
 posposição deste ao nome $\overset{\alpha}{\text{MULHER}}$ $\overset{\varphi}{h\text{L}}$ (MULHER -Loc) – são
 determinadas pela necessidade de checagem dos traços [D] e [φ] presentes
 no núcleo D (sonda) pelo alvo $\overset{\varphi}{h\text{L}}$, portador dos traços
 [D[Dêitico][Específico]] e [φ [Indiv.[Definido]]]; pelo alvo $\overset{\alpha}{\text{MULHER}}$, portador do
 traço [φ [Indiv.[Definido]]]; ou pelo nome que checa tanto o traço [D]
 quanto o traço [φ]. (adaptado de PRADO, 2014, p. 125).²³

Com base nos estudos de Béjar (2003) e Carvalho (2008), Prado (2014) faz uma adaptação da hierarquia de traços e propõe essa configuração de traços para a categoria D em Libras. Assim, a autora analisa que a partir de tais traços o núcleo determinante Loc pode vir anteposto ou posposto ao nome, conforme exemplos da autora a seguir.

²³ A adaptação é apenas na atualização da escrita SEL para a versão 2018.

(12)a.

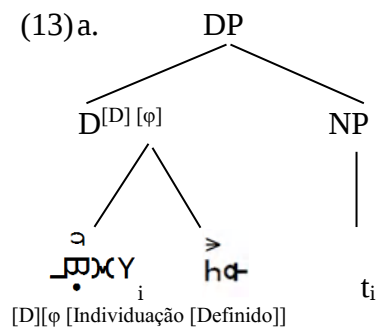


b. ሁሉ ቤት ርዕሷን ይቀርባል (...)*

Loc_{mulher} MULHER COZINHAR

‘Esta mulher cozinha (...)’. (adaptado de PRADO, 2014, P. 90)

(13)a.



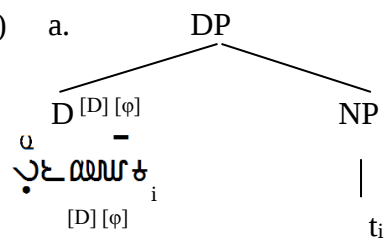
b. ቤት ርዕሷን ይቀርባል *

MULHER Loc COZINHAR

‘A mulher cozinha.’

(adaptado de PRADO, 2014, p. 90)

(14) a.

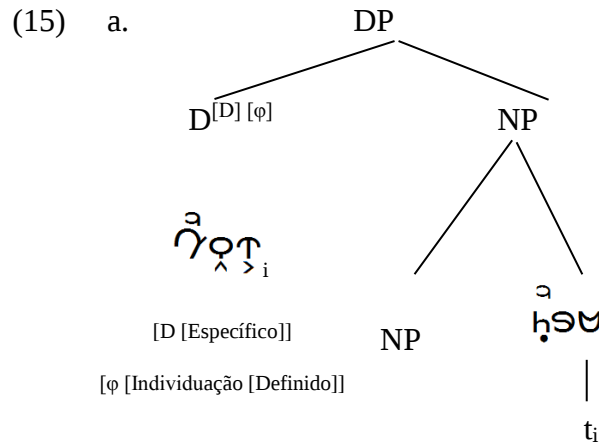


b. (*ሁሉ) ሁሉ ቤት አይቀርብም *

(*Loc homem) HOMEM HORA NÃO. (leitura genérica)

‘Homem não chora.’

(adaptado de PRADO, 2014, p. 90)



b.

CINDERELA SURDA É BEBÊ INOCENTE

‘Cinderela surda é (um) bebê inocente’

(adaptado de PRADO, 2014, p. 91-92)

Conforme explanação de Prado (2014), nas três estruturas em (12), (13) e (14), a sonda D possui os traços formais [D] e [φ]. Em (12a), o Loc^h, que possui os traços

²⁴ É importante ressaltar que Prado (2014) também verifica nominais nus em Libras em contexto genérico, apresentando comportamento diferente do que se verifica em PB. Explica Prado (2014) que a comparação entre (i.a) e (i.b) abaixo mostra que a leitura genérica é feita a partir da ausência do Loc, como ocorre em línguas como o inglês. Já a comparação entre a agramaticalidade de (i.b), por um lado e a gramaticalidade de (i.a) e (i.c), por outro, reforça a informação de que o Loc posposto é menos especificado do que o anteposto.

- (i) a.
- HOMEM CHORAR NÃO
- ‘(Um/O)Homem não chora.’
- (*The) men do not cry.
- b.
- HOMEM Loc_{homem} CHORAR NÃO
- ‘Homem não chora.’
- c.
- Loc_{homem} HOMEM CHORAR NÃO
- ‘Este homem não chora.’

(adaptado de PRADO, 2014, p. 82)

[D[DÊÍTICO]][ESPECÍFICO]] e [ϕ [INDIVIDUAÇÃO [DEFINIDO]]], checa o núcleo D; em (13a), o Loc ^hh_q (posposto), que possui apenas o traço [ϕ [INDIVIDUAÇÃO [DEFINIDO]]] checa somente o traço [ϕ], ficando o traço [D] para ser checado pelo N ^aḡḡḡY (MULHER), que se adjunge a D para realizar essa checagem; e, em (14a), a ausência do Loc faz com que recaia no nominal ^uḡḡḡḡḡ (HOMEM) a checagem dos traços [D] e [ϕ]. Já no caso dos nomes próprios, a autora assume que esses trazem os traços subespecificados [ϕ [INDIVIDUAÇÃO [DEFINIDO]]], além de [D[ESPECÍFICO]] e isto garante a leitura referencial na ausência do Loc, como em (15b), cuja estrutura é (15a).

Em resumo, de acordo com Prado (2014), para além dos pronomes, a Libras apresenta como categoria D o sinal de apontação ^hh_q, que ocorre posposto ao nominal e é portador dos traços formais [ϕ [Indiv.[Definido]]], o qual seria o determinante menos especificado de todos, se aproximando do artigo do Português sem ser idêntico a esse; e os sinais de apontação demonstrativos ^hh_q ou ^hm_hh_q (correspondentes este(a)/esse(a)/isto), ^hḡḡ (esta pessoa), com os traços formais [D[Dêítico]][Específico]] e [ϕ [Indiv.[Definido]]] e ^hh_q (correspondentes a aquele(a)/aquilo), com os traços formais [D[Dêítico[Distal]][Específico]] e [ϕ [Indiv.[Definido]]].

5 A CATEGORIA DOS DETERMINANTES NA INTERLÍNGUA PORTUGUÊS-LIBRAS INVESTIGADA

Este capítulo trata da análise dos dados da pesquisa sobre determinantes, categoria funcional do DP (*Determiner Phrase*), na aquisição do PB na modalidade escrita por surdos adultos. Faremos uma explanação sobre aspectos internos e fatores externos que podem caracterizar a aquisição de determinantes definidos (e seus traços) na escrita de surdos adultos com nível superior, na subseção de análises dos dados. Na análise dos aspectos internos, fazemos uma investigação dos traços que caracterizam parametricamente a categoria D nas línguas nativa e alvo, comparando-as ao que foi encontrado nos dados da interlíngua, em

termos desses traços, os quais caracterizam a categoria D na também em interlíngua. E, em relação aos fatores externos, procuramos identificar algum tipo de interferência na aquisição do Português escrito por nossos informantes, em relação: à idade de aquisição a Libras e/ou do PB, à inserção em família surda/ouvinte falante/não falante de Libras e ao grau de escolaridade.

Antes de proceder a essa análise, porém, precisamos realizar inicialmente um trabalho de segmentação das sentenças, uma vez que esses textos em interlíngua não apresentam uma delimitação clara das sentenças, seja por pontuação ou por estrutura gramatical. Para realizar tal segmentação, utilizamos as seguintes regras que foram propostas em trabalho de Sandes-da-Silva (2016, p.49).

- I- Interpretar e segmentar a sentença com base em tema(s) geral (is) do texto.
- II- Inserir o mínimo possível de itens na apresentação de uma sugestão de conversão para o PB, para obtenção da gramaticalidade da sentença.

A partir dessa segmentação é que pudemos observar a estrutura argumental e categorias gramaticais, podendo, então, identificar os DPs e, conseqüentemente, os determinantes, artigos e demonstrativos, não apenas presentes, mas também ausentes. Mediante análise dos dados, procedemos com as descrições, distribuindo em gráficos específicos as análises sobre os aspectos relacionados aos traços de número e gênero, para favorecer a caracterização mais próxima e real das ocorrências e ausências (convergentes ou não com o PB) de artigos definidos nas sentenças. Só assim tornou-se possível realizar análises que nos permitem situar nossas hipóteses sobre os fatores internos que determinam a aquisição de determinantes, especificamente artigos definidos e demonstrativos, na escrita da L2/interlíngua dos informantes.

Seguindo tais critérios, realizamos as segmentações dos textos analisados neste estudo. Para a reescrita dos textos, utilizamos as seguintes regras:²⁵

- **Artigo sublinhado** → *artigo definido presente convergente* (o artigo deveria estar presente e estava).

²⁵Também utilizamos, na apresentação dos dados, *itálico* para indicar itens alterados, numa versão para o PB, e *colchetes* para indicar inserção de itens ou trechos suprimidos, quando aparecem reticências entre os colchetes.

- **Artigo tachado** (riscado) → *artigo definido presente não-convergente* (nominal nu - o artigo não deveria estar presente, mas estava).
- **Parênteses vazios** → *nominal nu convergente* – (o artigo não deveria estar presente e não estava).
- **Artigo entre parênteses** → *nominal nu não-convergente* (deveria estar presente, mas não estava).

Demonstramos essas regras de apresentação dos dados através do exemplo (16) de uma sentença segmentada dos nossos dados:

(16)a. /para que ~~a~~-metodologia visual e ~~a~~- adaptação de() material didáticos em() Libras também/

PB: /para que [se use] metodologia visual e adaptação de material didático em Libras também[.]

b.(as) Criança surdas (o) mais importante aprende () Libras

PB: [Para] [as] criança[s] surdas [o] mais importante [é] aprender Libras

Em (16a) temos um fragmento do texto do sujeito-informante (SI2), segmentado por nós, em (16b) temos uma análise dos artigos, em PB, definidos presentes convergentes ou não e nominais nus convergentes ou não com o PB. E logo abaixo de (16a e 16b) entre aspas simples encontramos a versão do dado em PB. Além do objeto que compõe nosso *corpus*, observamos, ao fazermos uma conversão para o PB da sentença em interlíngua, outros aspectos relacionados aos traços identificados nas interlínguas que serão considerados nas análises de nossa investigação.

No intuito de verificar nossas hipóteses sobre os fatores internos e externos da aquisição de determinantes, optamos por apresentar uma análise que contemple a referenciação no DP, tais como os estudos realizados anteriormente por Carvalho (2008), Floripi (2008), Salles e Chan-Vianna (2010), Salles e Pires (2011), Lessa-de-Oliveira (2012), Aguiar (2013), Prado (2014), além de Longobardi (1994), Abney (1987) e Chomsky (1995).

5.1 Descrição e Análise dos Dados

No que diz respeito aos fatores internos do processo de aquisição da categoria D, na escrita do PB, por nossos informantes surdos vamos partir do pressuposto de que nossos sujeitos-informantes seguem, nesse processo, um caminho que vai da língua nativa – a Libras – para a língua alvo – o PB. O estágio de interlíngua que apresentam se encontra em algum ponto desse percurso. Com base nos estudos anteriormente apresentados, podemos dizer que nossos aprendizes surdos de PB escrito têm em seus percursos os pontos inicial e final conforme os quadros a seguir, a partir dos quais podemos comparar características da língua de partida e da língua alvo em aquisição.

Quadro 3 - Determinantes em Libras (língua de partida)

Características:

- ocorre depois do nominal no caso do D menos especificado
- ocorre antes do nominal no caso do D mais especificado;

- ocorrem nominais nus;
- não apresentam traço de gênero;
- não apresentam traço de número;
- não apresentam traço de pessoa;

- apresentam sempre o traço dêitico;
- não apresentam o traço anafórico.

Fonte: Dados da pesquisa de Prado (2014)

Quadro 4 - Determinantes em PB (língua alvo)

Características:

- ocorre apenas antes do nominal no caso do D menos especificado (o artigo);
- ocorre geralmente antes do nominal no caso do D mais especificado (os demonstrativos);

- ocorrem nominais nus;
- apresentam traço de gênero;
- apresentam traço de número;
- não apresentam traço de pessoa, de modo geral, havendo a presença desse apenas nos demonstrativos, mas de forma que caminha para o desuso;
- apresentam o traço dêitico somente no caso dos demonstrativos.
- apresentam o traço anafórico.

Fonte: Adaptado de dados da pesquisa de Carvalho (2008)



Esses quadros servem de base para a análise de nossos dados no que diz respeito à caracterização dos traços componentes da categoria D na língua nativa (ou de partida) e na língua alvo. Confrontando os dois quadros, observamos que o que há de diferente entre as gramáticas das duas línguas, e que, portanto, constituem aspectos paramétricos a serem adquiridos são: a diferença de posição dos determinantes menos especificados – ocorrência

depois, ou antes, do nominal; a ausência/presença dos traços de gênero, número e anafórico; ausência/presença restrita do traço de pessoa e do traço dêitico.

Iniciamos a discussão dos dados, apresentando uma tabela com os dados brutos realizados por nossos sujeitos-informantes (SI) referentes aos artigos definidos, comparando-se a convergência ou não-convergência de artigos definidos presentes e nominias nus com a língua alvo no que diz respeito à ocorrência dos traços de gênero e número, registrados na tabela como: FS – feminino singular, MS – masculino singular, FP – feminino plural, MP – masculino plural, conforme o que foi encontrado em toda produção textual dos seis informantes, sendo que os números dessa tabela servem para a organização dos gráficos da ocorrência de artigos definidos. Quanto à ocorrência de demonstrativos, optamos por não registrar na tabela, pela baixa ocorrência na escrita dos informantes. Contudo, discorreremos sobre este fenômeno na subseção sobre o traço dêitico.

Apresentamos também nesta tabela fatores externos como a idade em que os informantes iniciaram a aquisição da Libras e o nível de escolaridade que tinham por ocasião da pesquisa. Nosso intuito é averiguar se esses fatores externos se confirmam como fatores que contribuem na aquisição do PB por esses indivíduos, conforme hipótese levantada por nós sobre os fatores externos.

Nossa intenção, ao visualizar a tabela, é apresentar uma visão geral dos dados relativos a artigos definidos, que são os dados que se constituem como alvo maior de nossa investigação sobre os determinantes, uma vez que esses se apresentaram como o tipo mais frequente dentre os dois tipos investigados componentes do núcleo D – artigos e demonstrativos.

Tabela única - Definidos presentes e ausentes nos dados

Informantes	Características dos Informantes quanto à escolaridade			Idade de aquisição da Libras em anos	Produção de sentenças																Total
					Artigos Definidos																
	Nível supc/ pós	Cursando ensino superior	Cursando ensino médio		Que devem estar presentes								Que devem estar ausentes								
					artigos definidos convergentes				nominal nu não-convergentes				nominal nu convergentes				artigos não-convergentes				
					FS	MS	FP	MP	FS	MS	FP	MP	FS	MS	FP	MP	FS	MS	FP	MP	
SI1	sim	não	não	7	4	1	1	0	3	0	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	15
SI2	sim	não	não	11	2	4	2	1	10	0	0	1	2	1	4	2	0	0	0	0	29
SI3	não	sim	não	12	6	1	1	2	1	2	0	0	2	2	2	2	0	0	0	0	21
SI4	não	sim	não	12	7	0	0	7	2	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	20
SI5	não	não	sim	6	0	0	0	0	4	4	4	6	1	0	1	0	0	0	0	0	20

SI6	não	não	sim	6	0	0	0	0	5	6	5	2	3	1	1	0	0	0	0	23
Total bruto					19	6	4	10	25	12	9	10	9	8	8	6	2	0	0	128
Total %					15%	5%	3%	8%	20%	9%	7%	8%	7%	6%	6%	5%	2%	0	0	

Fonte: Da autora

É com base nos dados apresentados na tabela que conseguimos visualizar, no *corpus*, um número maior de ocorrências de artigos definidos portadores dos traços que definem a marcação FS (feminino singular). Entre esses o maior número de ocorrências foi de *nominal nu não-convergentes* com o PB (20%), isto é, determinantes que deveriam estar presentes, mas não estavam. Isto contra 15% de *artigos definidos convergentes* no FS, os que deveriam estar presentes e estavam. Esse cenário vai se repetir com todos os outros traços dos grupos de **artigos que deveriam estar presentes**: MS (masculino singular) – 5% de *artigos definidos convergentes* contra 9% de *nominal nu não-convergentes*; FP – 3% *artigos definidos convergentes* contra 7% *nominal nu não-convergentes*. Apenas no caso do MP é que há um mesmo percentual (8%) para *artigos definidos convergentes* e *nominal nu não-convergentes*.

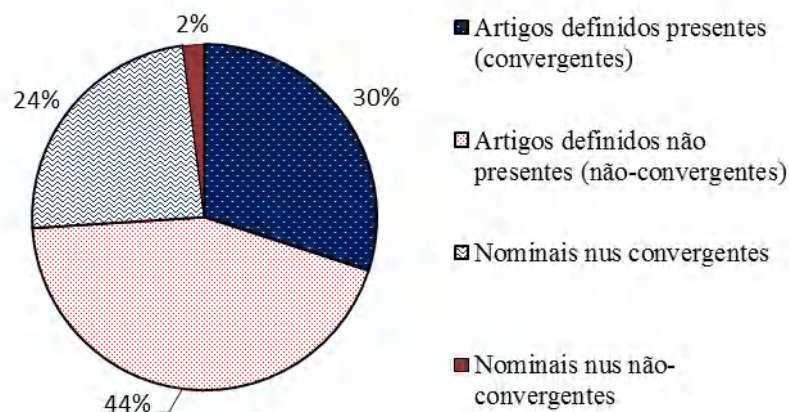
No que diz respeito aos nominais nus, que ocorrem em contextos sintáticos específicos, os percentuais nos mostram que as *ausências*, isto é as posições em que há obrigatoriedade de nominal nu em PB foram quase sempre convergentes, havendo apenas ocorrência de 2%, (2 ocorrências), ambas em FS, em que ocorreu *artigo não-convergente*, isto é, o informante realizou um artigo definido onde deveria ocorrer um nominal nu. Isso ocorreu apenas com um dos informantes, SI1. Todavia, essa alta ocorrência de nominais nus não diz muito a respeito de fixação do Parâmetro relativo a esses traços do determinante em PB, pois os dados revelam uma forte tendência à ocorrência de nominais nus nos dados, mas na maior parte dos casos em situação de não-convergência com os Parâmetros do PB. Assim vemos que ocorreram 87 nominais nus no *corpus* de um total de 128 posições de determinantes, isto é 68% do total foram nominais nus, mas desses apenas 31, ou seja, um terço mais ou menos das ocorrências desses nominais nus estavam convergentes com o PB.

A seguir apresentaremos e discutiremos as ocorrências de artigos definidos, na interlíngua Português-Libras investigada, considerando cada um dos traços e em relação a cada informante.

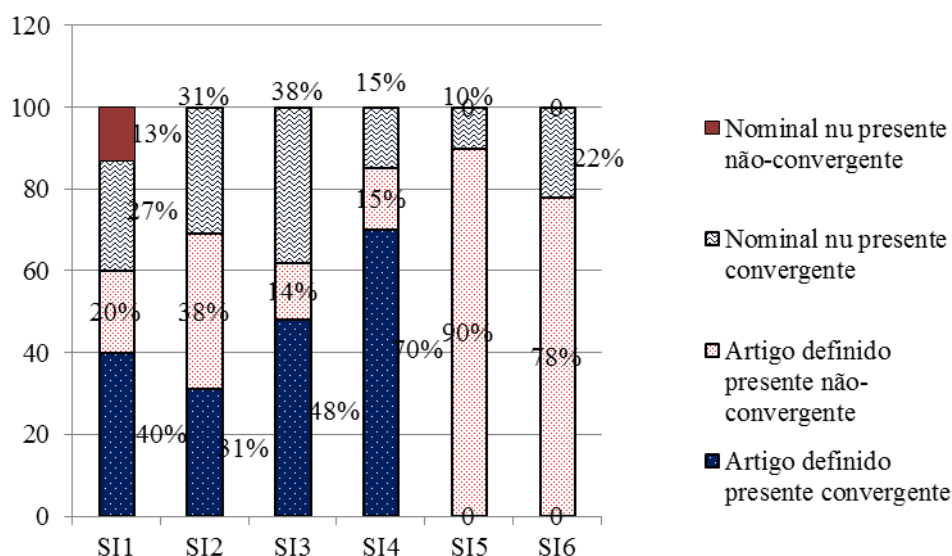
5.1.1 Aquisição do Traço de Definitude

Partindo para a análise do traço de definitude, verificamos, no *corpus*, um quadro de ocorrências de artigos definidos, nas sentenças produzidas pelos informantes, referendado pelo gráfico 1, no qual observamos um percentual razoável de ocorrências de artigos definidos (30%) e nominais nus (24%) convergentes com o PB. Por outro lado, o gráfico também mostra que o percentual de não-convergência de ocorrências do artigo definido foi ainda mais significativo (44%).

Gráfico 1 – Traço de Definitude: ocorrência de Artigos Definidos



Entretanto, observando as ocorrências de artigos definidos nos dados de cada informante, no gráfico abaixo, notamos que apenas nos textos dos informantes que cursam ensino superior ocorreram artigos definidos. A convergência nos dados dos dois informantes do ensino médio se restringiu aos nominais nus. Mas isso não quer dizer que eles tenham feito alguma aquisição desse traço, isto é, percebendo onde o artigo não deve ocorrer, em contextos de leitura genérica. A completa ausência de artigo definido nos dados desses informantes do ensino médio indica antes uma não aquisição do traço de definitude.

Gráfico 2 – Traço de Definitude: ocorrência de Artigos Definidos por Informantes

As ocorrências de artigos definidos na aquisição do PB demonstrado na escrita em interlíngua dos SI1, SI2, SI3, SI4 indicam que esses informantes conseguem referencialidade em diversos sintagmas nominais, demonstrando noção de unicidade, a qual “consiste no uso do artigo para assinalar apenas uma entidade que contemple a descrição usada pelo falante” (AGUIAR, 2013, p. 27) ²⁶, observada nas sentenças abaixo:

(17) a. Sim, importante **a primeira língua** é (a) Libras (SI1)

PB: *Sim, [é] importante [que] a primeira língua [seja a] Libras[.]*

b. todos **os dias as mídias no mundo** e (a) língua de sinais é natural e (a) mente [é] livre. – (SI2)

PB: *Todos os dias [observa-se] [n]as mídias no mundo [que] [a] língua de sinais é [uma] [língua] natural e [a] mente [se] [torna] livre.*

c. Com **a aquisição** de língua por surdo, com base (em) conceito de bilíngue e de (da) cultura ambiental e de familiar. (SI3)

²⁶ Em estudo desenvolvido, em 2013, sobre a marcação de definitude em sintagmas nominais de línguas das famílias Tupis-Guaranis, Ana Gabriela G. Aguiar utiliza o conceito de unicidade para os artigos definidos, conforme Lyons (1999), como a mais adequada ideia de definitude.

PB: *Com a aquisição de língua por surdo, com base [no] conceito de bilingu[ismo] e da cultura ambiental e familiar[.]*

d. **A primeira coisa** que vem **na cabeça** é: **os surdos** devem aprender a oralizar sem voz, apenas **os lábios** se movimentam. (SI4)

PB: *A primeira coisa que vem na cabeça é: os surdos devem aprender a oralizar sem voz (som), apenas os lábios se movimentando.*

Em relação a nominais nus, verificamos a aquisição do traço de definitude no contraste entre a leitura de unicidade e a genérica, como nos exemplos abaixo, em que aparecem nominais nus convergentes com o PB, realizados pelos informantes SI1, SI2, SI3 e SI4, produzindo leitura genérica, com exceção de “em () Libras”, em (18a), em que haveria inclusive a opção de realização do artigo.

(18) a. /para que ~~a~~ metodologia visual e ~~a~~ adaptação de () **material** didáticos **em**() **Libras** também/(SI1)

PB: */para que [se use] ~~a~~ metodologia visual e ~~a~~ adaptação de material didático em Libras também[.]*

b. Se eles sabem () **duas línguas**, é () **bilinguismo** (SI2)

PB: *Se eles sabem duas línguas, é bilinguismo[.]*

c. Com a aquisição (de-a) língua (~~por~~ pelo) surdo, com base (~~em~~ no) conceito **de** () **bilíngue** e **de**() **cultura ambiental** e **de**() **familiar**. (SI3)

PB: *Com a aquisição de língua por surdo, com base ~~em~~[no] conceito de bilingu[ismo] e de cultura ambiental e ~~de~~ familiar [.,] /*

(19) [...] poisos surdos têm maior () **visão**, prestam () **atenção** através dos olhos e sentem, (a) comunicação gestual visual e, é a experiência visual. (SI4)

PB: *[...]pois os surdos [que] têm maior visão, prestam atenção através dos olhos e sentem, a comunicação gestual visual e, [esta] é a experiência visual.*

Já nos dados de SI5 e SI6, a ocorrência de nominais nus é indiscriminada, não podendo a ocorrência desses nominais, ainda que convergentes, indicar nenhum nível de aquisição do traço de definitude, como se verifica nos exemplos a seguir.

- (20) a. Pq (a) família precisa foi (o) curso () libras importante mas por causa (da) comunicação (os) surdos tbm (os)ouvir importante aprender precisa ajudar (SI5)

PB: Porque [a] família precisa [ir] [ao] curso [de] Libras[.] [É] importante, ~~mas~~ por causa da comunicação [com] [os] surdos[.] Também[é] importante [´para] [os] [ouvintes] aprender [Libras][.] [Eles] precisa[m] ajudar.

- b. Para(a) família difícil mas pq como so precisa (do) curso () libras (SI6).

PB: Para [a] família [é] difícil [,] mas [ela] só ~~pq como~~ precisa [do] curso [de] Libras[.]

Conforme mencionamos na seção 4, Lima-Salles e Chan-Vianna (2010, p. 255) sugerem que, sendo a Libras (L1 dos informantes) uma língua que não apresenta artigos definidos marcados fonologicamente, é possível que haja resistência na aquisição de artigos, “independente da interpretação ser genérica ou referencial”. Por outro lado, vimos que Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) defendem que os Locs (sinais de apontação articulados e não articulados) são determinantes em Libras, responsáveis por marcar valores de definitude (PRADO 2014, p.89). Assim, o estágio inicial em que se verifica, na interlíngua, a completa ausência de artigos definidos, como é o caso de nossos informantes SI5 e SI6, teria outra explicação diferente da ideia de que essa ausência se associa a uma transferência de valores paramétricos da L1. Isto, se assumimos a hipótese dessas últimas autoras, considerando que uma língua natural não pode prescindir de um sistema de referenciação que marque de alguma forma o traço de definitude, o qual em Libras parece ser sinais de apontação, os Locs.

Talvez, a ausência de artigos definidos, em estágio inicial, se explique pela distância de certas características entre os parâmetros do Português e da Libras. Na análise que Prado (2014, p.111) realizou do sistema de referenciação na Libras, os sinais de apontação indicam: na variação do traço dêixis, baixa especificação quando posposto ao nome (Locs do tipo 1), se aproximando do artigo das línguas orais; especificação mediana, quando anteposto ao nome

(Locs do tipo 2); e são altamente especificados quando ocorrem como proformas, (Locs do tipo 3). A autora destaca que os Locs pospostos aos nomes têm uma aproximação com os artigos das línguas orais, mas não há total compatibilidade, pois, os artigos são desprovidos de dêixis. No Português, os determinantes menos especificados são justamente os artigos definidos. Em Libras esses determinantes menos especificados ocorrem, diferentemente do Português, pospostos ao nominal e não apresentam certos traços presentes no determinante menos especificado do Português, como os traços da categoria gênero e o anafórico. Por outro lado, esse determinante apresenta em Libras o traço dêítico, não existente no artigo definido em Português. O traço de número, que ocorre nos determinantes em Libras, como veremos na próxima subseção, também se diferencia do Português. Assim, estamos analisando que a aquisição da categoria determinante se dá traço a traço. E como entre a língua alvo, PB, e a língua nativa, Libras, verificamos uma distância considerável, encontramos aí a explicação para alguns aspectos ligados ao quadro de aquisição da categoria D, especificamente artigos definidos, do PB como L2, por surdos, cuja L1 é a Libras – os surdos provavelmente demoram algum tempo para adquirir os traços que se configuram de maneira diferente da fixada por eles em Libras. Vejamos como se configura em nosso *corpus* esta aquisição quanto aos demais traços.

5.1.2 Aquisição dos traços da categoria número

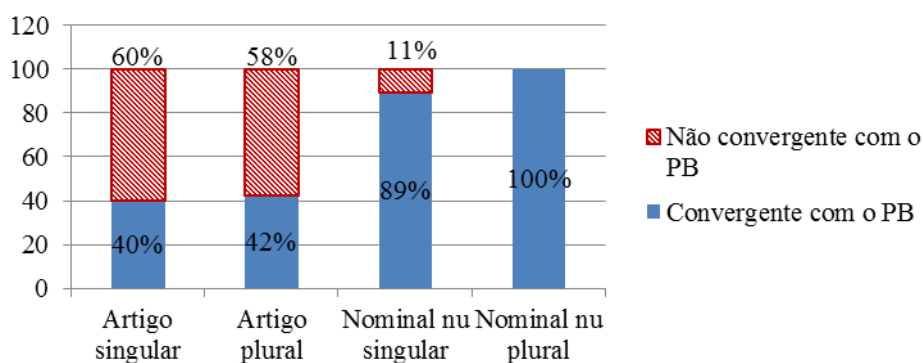
Lima-Salles e Chan-Vianna (2010), em estudo sobre a manifestação de definidos genéricos (no singular e no plural) e de nominais nus (no singular), na interlíngua Português-Libras de surdos, apresentam uma discussão sobre a presença de nominais nus e definidos genéricos na escrita em interlíngua de surdos. A hipótese assumida pelas mesmas, com base em trabalho anterior de Tsimpli (2004), é que falantes de uma L1 que não marcam foneticamente artigos definidos “vão encontrar dificuldades em adquirir as propriedades morfológicas dessa categoria” (*ibidem*, p.243), sendo assim, na “aquisição desta categoria a previsão é a de que haverá resistência na aquisição de artigos no Português L2 por surdos, independentemente da interpretação genérica ou referencial do sintagma introduzida pelo artigo definido” (CHAN-VIANNA, 2010 p.255).

Nessa perspectiva, Lima-Salles e Pires (2011), em estudo sobre a manifestação de definidos e de nominais nus (no singular e no plural) na interlíngua Português-Libras de

surdos, e Lima-Salles e Chan-Vianna (2010) defendem que a alta frequência de nominal *nu* no singular resulta de transferência da L1, já que, segundo as autoras, a Libras não possui artigos (definidos). Também para essas autoras a categoria de número é interpretável no DP definido e no DP definido genérico. Assim propõem Lima-Salles e Pires (2011) que a aquisição do definido na interlândia ocorre mediante o mapeamento de propriedades morfo(fono)lógicas do artigo definido (plural) na projeção do núcleo funcional de Número.

Entretanto, resultados de nossa pesquisa indicam, conforme se verifica no gráfico 1 abaixo, que, no geral, a presença do traço de número não representou aumento muito significativo nos índices de ocorrência de artigo definido-plural, seja em convergência com o PB ou não.

Gráfico 3 – Traço de Número: ocorrências de Artigos Definidos²⁷



Verificando as 1ª e 2ª colunas do gráfico, que correspondem aos artigos definidos singular e plural, respectivamente, que deveriam ocorrer antes dos nominais, verificamos que o percentual de convergência entre *singular* (40%) e *plural* (42%) é praticamente o mesmo. A mesma coisa se verifica com os *nominais nus*. As duas últimas colunas do gráfico mostram que a diferença de percentual de convergência de nominais nus entre *singular* (89%) e *plural* (100%) não é significativa. Os 11% não convergentes, 2 ocorrências de artigo definido-singular antes de nominais que deveriam ocorrer nus, ainda reforçam a análise de que o traço

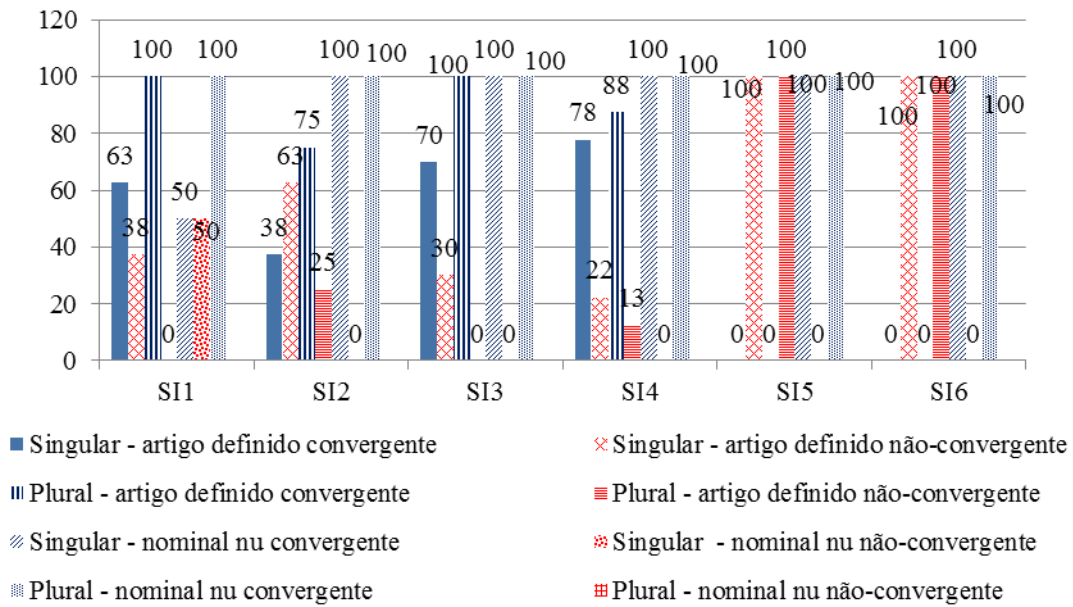
²⁷PLANILHA COM DADOS BRUTOS REFERENTES AO GRÁFICO 3

	Artigo singular	Artigo plural	Nominal nu singular	Nominal nu plural	
Convergente com o PB	25	14	17	14	
Não convergente com o PB	37	19	2	0	
Total	62(48%)	33(26%)	19(15%)	14(11%)	128

de número plural não está pesando tão significativamente para que o surdo adquira o artigo, pois, se assim o fosse, a tendência de ocorrência de artigo, mesmo em situação não convergente, seria maior no plural.

Entretanto, olhando para o gráfico abaixo, no qual apresentamos uma análise detalhada por informante dos resultados referentes ao traço de número relacionado aos artigos definidos, verificamos que, de fato, esse traço parece atuar no processo de aquisição dos artigos, se não como o único ou mais importante fator, pelo menos como um dos fatores.

Gráfico 4 – Traço de Número: ocorrências de Artigos Definidos por Informantes²⁸



²⁸ Planilha com dados brutos referentes ao gráfico 4. Obs.: Para construção desse gráfico, calcula-se como 100% a soma de convergentes e não-convergentes de cada tipo (Singular - artigo definido; Plural - artigo definido; Singular - nominal nu e Plural - nominal nu) de cada sujeito-informante.

	Singular - artigo definido convergente		Singular - artigo definido não-convergente		Plural - artigo definido convergente		Plural - artigo definido não-convergente		Singular - nominal nu convergente		Singular - nominal nu não-convergente		Plural - nominal nu convergente		Plural - nominal nu não-convergente	
SI1	5	63%	3	38%	1	100%	0	0%	2	50%	2	50%	2	100%	0	0%
SI2	6	38%	10	63%	3	75%	1	25%	3	100%	0	0%	6	100%	0	0%
SI3	7	70%	3	30%	3	100%	0	0%	4	100%	0	0%	4	100%	0	0%
SI4	7	78%	2	22%	7	88%	1	13%	3	100%	0	0%	0	100%	0	0%
SI5	0	0%	8	100%	0	0%	10	100%	1	100%	0	0%	1	100%	0	0%
SI6	0	0%	11	100%	0	0%	7	100%	4	100%	0	0%	1	100%	0	0%

Percebe-se, entre os seis SIs, grande diferença de desempenho. SI1 e SI3 apresentam total convergência de definidos plural, mas uma dificuldade mediana com os definidos singular. Quanto aos nominais nus, apenas SI1 apresentou uma pequena dificuldade. Os demais apresentaram 100% de convergências com os nominais nus, embora isso não diga muita coisa no caso de SI5 e SI6, que não realizam nenhum artigo definido. SI4 demonstra uma baixa dificuldade com definidos singular e plural, apresentando o maior índice de convergência na ocorrência de definidos singular e plural entre os informantes. Já SI2 apresenta definidos singular mais não-convergentes do que convergentes.

Assim, olhando para os dados individuais de cada sujeito informante, no gráfico acima, verificamos que, de fato, o desempenho quanto à convergência dos definidos plural é melhor que a dos definidos singular para SI1, SI2 e SI3. No caso de SI4 a diferença de desempenho entre definidos singular e plural é pouco significativa. Para explicar este fenômeno em termos de aquisição de escrita do PB, nas interlínguas dos surdos do nosso estudo, retomamos a caracterização apresentada nos quadros 3 e 4, elaborados a partir das pesquisas de Prado (2014) sobre o DP na Libras, e de Carvalho (2008), sobre os pronomes no PB, onde fica evidenciado que a L1 dos informantes não apresenta traço de número e gênero, mas apresenta traço dêitico, com especificação deste traço.

Assumindo a hipótese de Kato (2005) para aquisição de uma L2 e da escrita, que apresentamos na seção 2, de acordo com a qual uma Língua-I possui uma periferia marcada e uma gramática nuclear, e a proposta de Prado (2014) para a composição dos traços da categoria dos determinantes em Libras, podemos dizer que, embora o determinante da Libras,

que se assemelha a um artigo definido (o sinal de apontação menos especificado [>]hα, que ocorre posposto ao nominal e possui os traços [φ[Indiv.[Definido]]]) não apresente traço de número [Group], sabemos que esse traço está na gramática nuclear (G1) do falante de Libras,

como uma das possibilidades da categoria D, como por exemplo no caso dos pronomes ^hhα - eles/elas, cujos traços-φ inclui, conforme Prado (2014) o traço [Grupo], que define plural, ou

os pronomes ^h√ ou [√]√ - elas/eles dois, ^h√ ou [√]√ - eles/elas três e ^h√ ou [√]√ - eles/elas quatro, que respectivamente apresentam os traços [Dual], [Trial] e [Quadrial] responsáveis pela especificação de um plural de 2, de 3 ou de quatro elementos. Assim, reiteremos que o traço de número [Grupo] presente na L1 dos informantes, pode ser

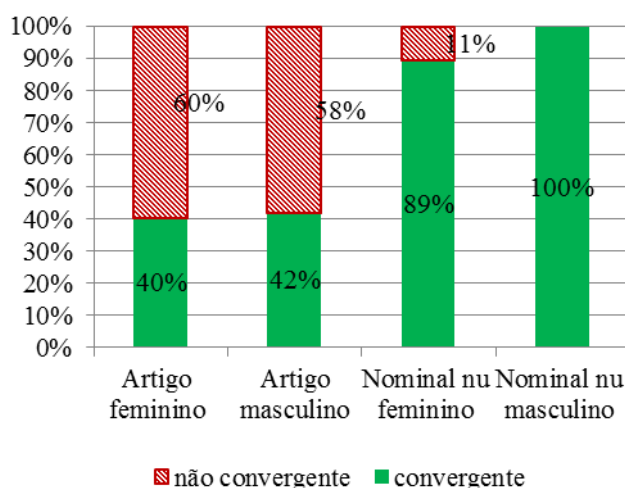
reanalisado, mediante contato com *input* do Português, e marcado para o determinante em aquisição, o artigo definido.

Reconhecemos que, neste caso, estaria atuando o processo descrito por Kato (2005) para a aquisição de L2, ou seja, a relação de duas gramáticas nucleares, como ocorre com um bilíngue *stricto sensu*, ainda que de forma bastante precária.

5.1.3 Aquisição do traço de gênero

Quanto ao traço de gênero observamos que, assim como o traço de número, não há grande distância entre os percentuais de convergência e não-convergência de artigos definidos presentes. Verificamos no gráfico a seguir, coincidentemente ou não, o mesmo que observamos no gráfico 3, ou seja, as colunas 1ª e 2ª do gráfico, que correspondem aos artigos definidos feminino e masculino, respectivamente, apresentam os percentuais de convergência de 40% (*feminino*) e 42% (*masculino*). A mesma coisa se verifica com os *nominais nus*. As duas últimas colunas do gráfico mostram que a diferença de percentual de convergência de *nominais nus* entre *feminino* (89%) e *masculino* (100%) não é significativa.

Gráfico 5 – Traço de Gênero: ocorrências de Artigos Definidos²⁹

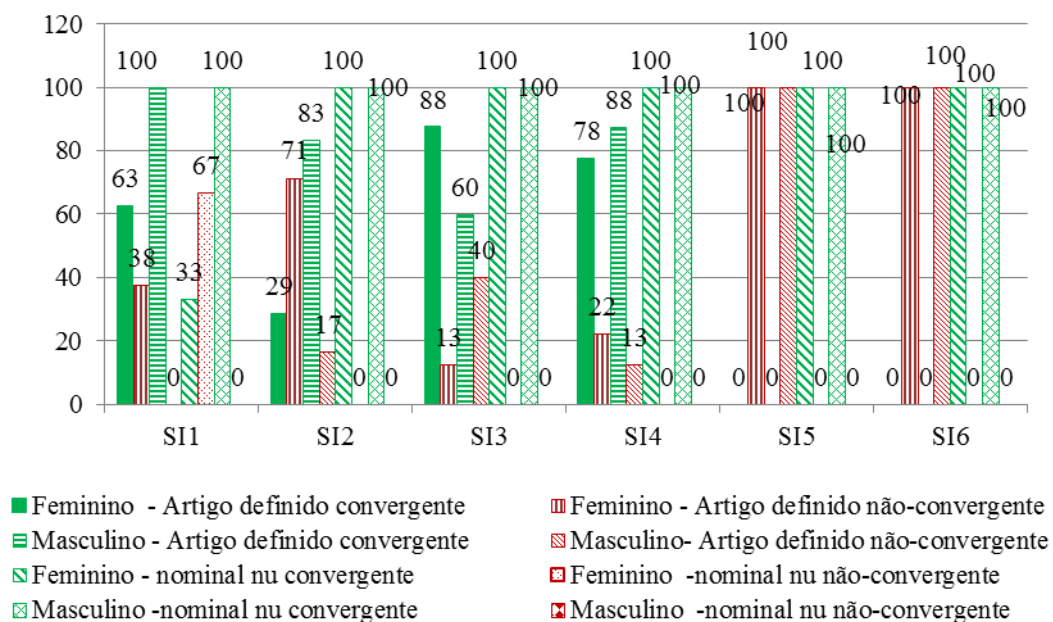


²⁹Planilha com dados brutos referentes ao gráfico 5

	Artigo feminino	Artigo masculino	Nominal nu feminino	Nominal nu masculino	
convergente	23	16	17	14	
não convergente	34	22	2	0	
Total	57 (44%)	38 (30%)	19 (15%)	14 (11%)	128

Analisando os dados por informante, conforme gráfico abaixo, verificamos que semelhantemente ao traço de número há várias diferenças entre os informantes.

Gráfico 6 – Traço de Gênero: ocorrências de Artigos Definidos por Informante³⁰



O único a apresentar total convergência das ocorrências de artigo definido masculino é SI1. Para SI2, SI3 e SI4 quase total convergência de definidos masculinos. Quanto ao definido feminino, apenas SI2 apresenta um índice de artigos definidos não-convergentes maior que de convergentes, excetuando-se SI5 e SI6, que não realizaram nenhum artigo.

³⁰ Planilha com dados brutos referentes ao gráfico 6 - Obs.: Para construção desse gráfico, calcula-se como 100% a soma de convergentes e não-convergentes de cada tipo (Feminino - artigo definido; Masculino - artigo definido; Feminino - nominal nu e Masculino - nominal nu) de cada sujeito-informante.

	Feminino - Artigo definido convergente		Masculino - Artigo definido convergente		Feminino - Artigo definido não- convergente		Masculino- Artigo definido não- convergente		Feminino - nominal nu convergente		Masculino - nominal nu convergente		Feminino - nominal nu não- convergente		Masculino -nominal nu não- convergente	
SI1	5	63%	3	100%	1	38%	2	0%	1	33%	0	100%	3	67%	0	0%
SI2	4	29%	10	83%	6	71%	0	17%	5	100%	1	100%	3	0%	0	0%
SI3	7	88%	1	60%	4	13%	0	40%	3	100%	2	100%	4	0%	0	0%
SI4	7	78%	2	88%	0,1	22%	0	13%	7	100%	1	100%	3,1	0%	0	0%
SI5	0	0%	8	0%	2	100%	0	100%	0	100%	10	100%	0,2	0%	0	0%
SI6	0	0%	10	0%	4	100%	0	100%	0	100%	8	100%	1	0%	0	0%

Curiosamente todos realizaram nominais nus convergentes com o PB em 100% dos casos no gênero masculino e no gênero feminino, apenas SI1 não realizou nominal nu convergente.

No geral, podemos dizer que verificamos dificuldade mediana de concordância de gênero nos dados analisados entre os sujeitos-informantes que têm certo grau de aquisição do traço de gênero. Observamos que ocorreu apenas uma troca de gênero realizada pelo SI2 no artigo em uma das sentenças que apresentamos abaixo, o que pode indicar certa insegurança com o gênero intrínseco no feminino³¹ por ser este um gênero marcado no PB, subcategorização do gênero não marcado, que é o masculino, conforme mencionamos em seção anterior de acordo com Carvalho (2008). As demais dificuldades decorrem da realização de nominal nu em lugar da realização obrigatória do artigo.

- (21) a. é mais fluência (~~de~~na) Libras porque o **cognição** (~~de~~da) mente e (a) visualidade em () imagens, () localidades, () movimentos (SI2)

PB: é Tem mais fluência ~~de~~[na] Libras porque [tem] o[a] **cognição** ~~de~~[da] mente e [a] visualidade ~~em~~[de] imagens, localização [e] movimento.

- (22) a. todos os dias as mídias no mundo e (a) língua de () sinais é natural e (a) mente livre. (SI2)

PB: todos os dias [observa-se] [n]as mídias no mundo [que] e [a] língua de sinais é [uma] [língua] natural e [a] mente [se] [torna] livre.

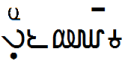
Observando as sentenças acima, notamos que o mesmo, SI2, realiza uma única troca de gênero em (21a), já em (22a) produz uma maior quantidade de artigos definidos antes do nome sem cometer nenhuma troca de gênero.³²

É interessante observar que, na Libras, o gênero subespecificado em *masculino e feminino* está ligado ao traço [animacidade], isto é, há nomes na Libras que exigem que se

³¹ Há uma diferenciação entre traços de gênero que são intrínsecos ou traços de gênero que são opcionais. Os traços intrínsecos são aqueles que “aparecem armazenados na entrada lexical, e os opcionais são adicionados no momento da seleção de itens para compor a Numeração” (c.f., AUGUSTO; CORRÊA, 2005, p. 212).

³² Vale registrar que o SI6, do ensino médio, realizou uma troca no emprego do gênero nos nomes, conforme sentença abaixo:

- (i) a. (O) desenho (das) coisa explicar (os) **terma** boa importante ajudar (os) **surdas** (no) **ensina**. (SI6)
b. PB: [O] desenho [das] coisas explica[m] [os] term[os] [isto] [é] [bom] [e] importante ajuda [os] surd[o]s [no] ensin[o].

identifique o gênero feminino ou masculino, quando se está fazendo referência, respectivamente, ao sexo feminino ou masculino dos indivíduos animados nomeados. Essa marcação de gênero em Libras ocorre realizando-se os sinais  [HOMEM] ou  [MULHER], no geral antes do nome. Essa característica é observada em línguas com o inglês.

Assim, a aquisição do traço de [Gênero] em Português para um falante cuja L1 é a Libras implica a aquisição tanto da marcação do gênero gramatical como do gênero opcional. Isto considerando que, para a maior parte dos nominais, o gênero gramatical não está ligado ao gênero biológico dos seres animados. É importante também considerar que, conforme Câmara Jr. (1970), no PB, o gênero masculino é não-marcado, ficando a marcação de gênero a cargo de distinguir formas femininas através do morfema *-a* que ocorre no final de nomes e adjetivos das demais formas não-marcadas.³³ Ainda segundo Câmara Jr. (1970), o gênero em Português, além de exprimir-se via flexão (lobo/lobo), exprime-se também via processos de derivação (imperador/imperatriz) ou de heteronímia (homem/mulher). E um terceiro aspecto a considerar é que, como o artigo definido não apresenta um morfema como marca de gênero destacado de sua raiz, como ocorre com número, a realização do artigo em si já implica realização do gênero masculino ou feminino, já que não há gênero neutro em artigos do Português.

Observando os dados de SI1, SI2, SI3 e SI4 porque os outros dois não realizaram artigo algum, verificamos que, com exceção de SI3, os demais tiveram mais dificuldade com a realização do artigo feminino do que com a realização de artigo masculino, considerando também que a única troca de gênero registrada se deu pela ocorrência de artigo masculino em lugar de feminino como determinante de nome inanimado (cf. exemplo (21) acima). Isso parece indicar que a aquisição do traço de [Gênero] no determinante de uma língua que engloba gênero marcado tanto em nomes animados quanto inanimados, como o Português, está implicando uma percepção de que a forma marcada, o feminino, é determinada pela concordância com o gênero do nome, que é igualmente marcado para o feminino em condições específicas. Acrescenta-se a isso o fato de que se distingue as condições do gênero gramatical e do gênero opcional.

³³O argumento de Câmara Jr. (1970) é que se considerarmos *-o* como marca de masculino por opor-se a *-a* (como marca de feminino), nesse mesmo raciocínio teremos que considerar como masculino o *-e* de mestre (que também se opõe a *-a*, como em mestre/mestra). Mas, se é fácil associar *-o* a masculino, o mesmo não se dá com *-e*, que pode estar ligado a um ou outro gênero (comparem-se, por ex., ponte (fem.) e monte (masc.).

O fato de o gênero não se apresentar como um traço problemático para a aquisição do determinante (artigo definido), apesar da diferença paramétrica entre as línguas nativa e alvo, indica que essas condições específicas, definição do gênero do nome e sua concordância com o artigo, são razoavelmente bem definidas em Português e acessíveis via *input*.

Assim, assumimos que as interlínguas em estudo apresentam para a categoria D o traço [CLASS], com subespecificação para o traço [FEMININE], próximo ao que ocorre em PB, conforme o que apresenta Carvalho (2008) na geometria de traços proposta para essa língua. Entretanto, a aquisição desse traço se apresenta em diferentes níveis entre os sujeitos-informantes.

5.1.4 Aquisição do traço dêitico/Anafórico

Como vimos, conforme os pressupostos gerativistas, os artigos definidos e demonstrativos estão em distribuição complementar em Português porque ocupam a mesma posição sintática, a categoria nuclear D, sendo a diferença entre artigos definidos e demonstrativos a presença do traço [Dêixis] apenas nos últimos. A aquisição desse traço na categoria D se verifica, portanto, com a detecção da presença de demonstrativos nos dados. Como o demonstrativo em Português também carrega o traço [Anafórico], a presença de demonstrativos no *corpus* pode também indicar a aquisição desse último.

No *corpus*, verificamos a presença de demonstrativos apenas nos dados dos informantes SI3 e SI4 e muito pouco frequentes. Não é possível afirmarmos que os demais informantes não tenham adquirido ainda esse traço, tomando simplesmente a ausência de determinantes em seus dados, uma vez que fizemos uma coleta naturalística de dados e não uma coleta experimental, com o fim de testar, na medida do possível, a aquisição de demonstrativos. Como, no caso dos artigos definidos, SI3 e SI4 são os que apresentam os menores índices de não-convergência, no geral (vide gráfico 6), podemos considerar a presença de demonstrativos apenas nos dados desses informantes, pelo menos, como um indicativo de que esses dois informantes são os que estão num estágio de interlíngua mais avançado entre os seis investigados. Nos exemplos abaixo encontramos demonstrativos nos dados desses dois informantes.

(23) Depois podem começar a aprender a oralizar, porém qual a importância **disso**?

(SI4)

PB: Depois podem começar a aprender a oralizar. Porém, qual a importância disso?

(24) Além **disso**, os surdos aprendem a oralizar [...] (SI4)

PB: Além disso, os surdos aprendem a oralizar [...]

(25) [...] **naquela** época onde estudávamos era obrigada (a) ter escrita oral [...] (SI3)

PB: [...] naquela época, onde estudávamos era obrigada[~~o~~] [a] [aprender] a escrita [da língua] oral [...]

(26) [...] seria a segunda língua **desta** criança [...] (SI3)

PB: [...] seria a segunda língua desta criança [...].

Verificamos que esses demonstrativos encontrados nos dados são anafóricos e não dêiticos, isto é, fazem a referenciação retomando o nominal já citados no texto. Isso é esperável, uma vez que o texto escrito favorece a ocorrência de demonstrativos anafóricos.

Conforme Prado (2014), o traço [Dêixis] está, em Libras, presente tanto nos determinantes mais especificados, que ocorrem antepostos ao nome, como no determinante menos especificado, que ocorre posposto a este. Isto quer dizer que, para a aquisição desse traço por surdos, não basta uma simples transferência do valor paramétrico da L1 (Libras) para a L2 (Português), pois esse traço, na categoria D, se configura de maneira diferente entre Libras e Português. Assim, a aquisição desse traço por nossos informantes exige a fixação de um novo valor, que determina que o artigo definido manifesta apenas a propriedade anafórica.

Como vimos, para Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014), os Locs (determinantes em Libras) constroem a referenciação de forma dêitica apenas, uma vez que fazem sempre apontação direta do referente, em qualquer parte do discurso. Para esclarecer essa ideia, Prado traz uma reflexão de Ilari (2001, p. 97), segundo o qual, a “idéia de Vendler é que, no começo de toda cadeia, breve ou longa que seja, encontraremos sempre um ‘termo singular primitivo’, e por ‘termo singular primitivo’, ele entende os nomes próprios e os pronomes dêiticos como eu e tu”. Explica Prado (2014) que, para esse autor, a dêixis é a base

primitiva da referenciação e essa ideia reforça, conforme a autora, sua hipótese de que “os Locs trazem a dêixis como propriedade inerente, porque talvez os Locs sejam o caso de elementos que se prendem ao tipo de referenciação básica devido a sua natureza articulatória gestovisual.” (PRADO, 2014, p.72).

Partindo desse pressuposto de Prado (2014), podemos assumir que, a propriedade anafórica presente nos demonstrativos tem o traço [Dêítico] como sua base primitiva. Dessa forma, para SI3 e SI4 apresentarem a propriedade anafórica em demonstrativos, eles precisam ter adquirido o traço [Dêixis], presente na categoria dos demonstrativos em PB e, ao lado desse, o traço [anafórico].

5.2 Aquisição da categoria dos determinantes e Fatores Externos

Dissemos na problematização desse estudo, que ao considerarmos a hipótese de acesso indireto à GU na aquisição do PB escrito como L2 por surdos adultos de nível superior, aspectos da categoria DP em Libras poderiam fazer-se presentes nas interlínguas apresentadas pelos informantes com base na tese de que na aquisição de uma L2 por adultos, identifica-se um sistema gramatical que se difere da L1 e não tem todos os aspectos gramaticais da L2, embora seja através dos parâmetros marcados na L1 que o adquirente terá condições de fixação de valores paramétricos gramaticais da língua em aquisição.

A análise dos dados apresentada nas subseções anteriores indica um processo de aquisição dos traços formativos da categoria determinante em Libras apresentando níveis variados de interlíngua entre os sujeitos-informantes. Traçando um quadro de aquisição, que mostra os índices de convergência de concorrências de artigos definidos e de demonstrativos, nos dados dos nossos seis sujeitos-informantes, chegamos à seguinte visão do nível de interlíngua deles, até o momento da coleta de dados:

Quadro 5 – Fatores Internos e Externos de Aquisição da Categoria Determinante

Sujeitos -infor.	Fatores internos			Fatores externos				
	Índice de convergência com o PB			demonstra- tivos presentes	Idade de início de aquisição Libras e do PB escrito	Escolaridade	Primeira língua com que teve contato	Família ouvinte /surda
	com artigos definidos	com nominais nus	total					
SI1	40%	27%	67%	Não	7	Superior Completo	Libras	ouvinte

SI2	31%	31%	62%	Não	11	Superior Completo	Libras	ouvinte
SI3	48%	38%	86%	Sim	12	Superior incompleto	PB (através de leitura labial)	ouvinte
SI4	70%	15%	85%	Sim	12	Superior incompleto	PB (através de leitura labial)	ouvinte
SI5	0%	10%	10%	Não	6	Ensino médio	Libras	ouvinte
SI6	0%	22%	22%	Não	6	Ensino médio	Libras	ouvinte

Fonte: a autora

O quadro nos mostra que SI3 e SI4 são os sujeitos-informantes que apresentam interlândia em estágio mais elevado no tocante à categoria de determinantes, com 86% e 85% de convergência, respectivamente. Além disso, foram os únicos a realizarem também demonstrativos. SI1 e SI2 apresentam índices medianos de convergência de determinantes, 67% e 62%. E SI5 e SI6 apresentam interlândia com aquisição zero da categoria de determinantes, uma vez que, como já evidenciamos, os índices 10% e 22% são de nominais nus, que não estamos interpretando como indicativo de aquisição dos traços dessa categoria porque os índices de ocorrência de artigos definidos e demonstrativos são zero.

Olhando para os fatores externos, verificamos que ‘escolaridade’ diferencia os quatro primeiros informantes, que apresentam índices positivos de aquisição dos determinantes, dos dois últimos, que apresentam índices zero. Os quatro primeiros têm formação Superior completa (SI1 e SI2) e incompleta (SI3 e SI4), em contrapartida aos dois últimos que têm Ensino Médio. Diante dos resultados frente a esse fator, atribuímos o melhor desempenho na aquisição não apenas ao número de anos de contato com o *input* escrito, mas à qualidade desse contato, uma vez que o volume de leitura a que o indivíduo tem que se dedicar no Ensino Superior é, sabidamente, muito maior e mais amplo do que ao que os alunos estão comumente expostos até o Ensino Médio. Se a hipótese lexicalista de Chomsky está correta, é no léxico que o indivíduo vai encontrar os traços formais a serem adquiridos. Assim, a imersão efetiva também no caso da aquisição da língua escrita, conforme Kato (2005), é fator preponderante no processo de aquisição.

Verificamos que todos os informantes são oriundos de família ouvinte e tiveram seu primeiro contato com a Libras juntamente com o Português escrito, no ambiente escolar, em idade tardia para a aquisição da L1. O fator ‘idade de início de aquisição da L1 e do PB escrito’ parece não ter grande importância, pois não obstante o fato de as discussões sobre o

período crítico considerarem uma idade mais baixa como mais propícia para aquisição, sobretudo da L1, havendo prejuízo posterior no caso de aquisição tardia da L1, bem como de uma L2 e da escrita, observamos que, de um lado, temos SI1, SI5 e SI6 como os que começam o contato tanto com o PB escrito quanto com a Libras mais cedo, aos 7 e 6 anos, e, de outro, SI2, SI3 e SI4 como os mais tardios, aos 11, 12 anos. Os resultados apontam o inverso entre os SI5 e SI6, os com início mais jovens, mas zero em índice de aquisição de determinantes, e SI3 e SI4, os mais tardios e melhores nesses índices. E os dois medianos, SI1 e SI2, deixam a indistinção nesse quesito ainda mais clara, pois temos um indivíduo entre os mais jovens no contato com a Libras e o PB escrito e um mais tardio com os mesmos índices de convergência nos dados em estudo.

Há, porém um último fator externo que dá destaque aos dois sujeitos-informantes, SI3 e SI4, que apresentam um estágio de interlíngua, em termos da categoria determinante, mais próximo do PB, é ‘primeira língua com que tiveram contato’. SI3 e SI4 relataram terem adquirido o PB como L1 e usarem a leitura labial em boa parte da infância para tentarem interagir com familiares e colegas de escola, só adquirindo a Libras com doze anos de idade. Nos dois casos, após aquisição da Libras há o abandono da comunicação via Português falado. Ou seja, não podemos dizer que esses indivíduos têm PB como sua L1, pois, pela própria impossibilidade de se expressarem em modalidade falada dessa língua, esses indivíduos substituíram o PB pela Libras, adquirida aos doze anos, situação peculiar ao contexto de um pessoa surda. Mas o contato, mesmo que precário, ainda no período crítico, com o PB em modalidade falada parece ter proporcionado a esses dois surdos algum ancoradouro para a aquisição da modalidade escrita do PB, corroborando a análise de Kato (2005), de acordo com quem, como vimos, a aquisição da escrita de uma língua implica tomar como partida a gramática nuclear da modalidade falada dessa mesma língua e ampliar uma periferia marcada, como um bilíngue desigual. Isto nos parece favorecer o alto índice de convergência dos artigos nos dados apresentadas por esses dois sujeitos-informantes.

6 CONCLUSÃO

De acordo com as hipóteses que assumimos neste estudo, a criança surda tem possibilidade de adquirir uma língua como qualquer criança, e a Libras, no caso das crianças brasileiras, é a língua que poderá ser adquirida em contato com pares surdos em ambiente de imersão, pois a modalidade gesto-visual pode ser “naturalmente” mais acessível aos surdos desde que entrem em contato com a mesma, o quanto antes de acordo com a tese da idade crítica para aquisição.

Com base nesta premissa e em outras que permeiam a tese inatista sobre a qual se fundamente a teoria gerativa, buscamos desenvolver neste estudo uma análise da aquisição de determinantes (artigos e demonstrativos) na interlíngua de surdos adultos adquirindo o PB, pois, conforme dissemos na introdução de nosso trabalho, muitas produções escritas de adultos surdos, ainda trazem níveis variados de interlíngua, tendo em vista que o PB por ser, nesse caso, L2 e de modalidade oral apresenta diferenças gramaticais entre outros aspectos que precisam ser internalizados por adquirentes desta língua.

Contudo, não foi nosso intuito, apenas pensar como as interlínguas dos nossos sujeitos colaboradores da pesquisa se apresentam, ou descrever seus níveis de forma explicativa, mas, antes procuramos discutir alguns aspectos que a aquisição de determinantes apresenta quando surdos adultos buscam autoria de seus textos em nível de ensino acadêmico e médio, sob a hipótese de que o *input* dos textos acadêmicos poderia proporcionar mais elementos para estes alunos por tratar-se de um volume maior e de léxico mais amplo, de acordo com especificidade das áreas de estudo, promovendo maiores condições de imersão em *input* da língua escrita, que é também uma L2, nesse caso.

Conforme os resultados de nosso estudo, observamos que a categoria dos determinantes em PB se apresenta em estágios variados de interlíngua no conjunto dos dados dos sujeitos-informantes estudados e defendemos que a aquisição se dá a partir dos traços formativos dessa categoria em PB, quais sejam: definitude, gênero, número, dêixis e anáfora. Na investigação desses traços, verificamos aspectos específicos relativos à aquisição de cada um pelos surdos e como se caracteriza a aquisição dos determinantes ora pelo aspecto de aquisição de L2, ora pelo aspecto de aquisição da escrita, conforme o que propõe Kato (2005) para esses dois processos.

No caso do traço de definitude, os informantes SI1, SI2, SI3 e SI4 apresentam aquisição desse traço, em níveis variados, no contraste ao sentido de unicidade e generalidade. Já nos dados de SI5 e SI6, a ocorrência de nominais nus é indiscriminada, não podendo a ocorrência desses nominais, ainda que convergentes, indicar nenhum nível de aquisição do traço de definitude. Considerando que uma língua natural não pode prescindir de um sistema de referenciação que marque de alguma forma o traço de definitude, assumimos com Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) e Prado (2014) que esse traço, em Libras, apresenta-se em sinais de apontação, que são determinantes, e por apresentarem uma série de características diferentes do PB, encontramos aí a explicação para dados como os de SI5 e SI6, que não apresentam realização de nenhum artigo, isto é, os surdos provavelmente demoram algum tempo para adquirir os traços que se configuram de maneira diferente da fixada por eles em Libras.

Uma dessas diferenças entre o determinante em Libras e em Português verificamos no traço de número (Cf. CARVALHO, 2008), que ocorre nos determinantes em Libras e também se diferencia do Português pelo fato de se subespecificar em [Grupo], [Dual], [Trial] e [Quadrial], enquanto que em Português o traço número se subespecifica apenas em [Grupo], [Dual], sendo que o artigo não reflete o traço [Dual].

No caso de gênero, a Libras se diferencia do PB pelo fato de o determinante em Libras não marcar esse traço, considerando-se que, nessa língua, o gênero subespecificado em *masculino e feminino* está ligado ao traço [animacidade], isto é, há nomes na Libras que exigem que se identifique o gênero feminino ou masculino, quando se está fazendo referência, respectivamente, ao sexo feminino ou masculino dos indivíduos animados nomeados. Assim, a aquisição do traço de [Gênero] em Português para um falante cuja L1 é a Libras implica a aquisição tanto da marcação do gênero intrínseco como do gênero opcional. Ou seja, a aquisição do traço de [Gênero] no determinante de uma língua que engloba gênero marcado tanto em nomes animados quanto inanimados, como o Português, está implicando uma percepção de que a forma marcada, o feminino, é determinada pela concordância com o gênero do nominal, que é igualmente marcado para o feminino em condições específicas.

Quanto à aquisição do traço [Dêixis], presente nos demonstrativos em PB, partimos de pressuposto de Prado (2014), com base em Ilari (2001), e assumimos que, a propriedade anafórica presente nos demonstrativos tem o traço [Dêítico] como sua base primitiva. Dessa forma, para SI3 e SI4 apresentarem a propriedade anafórica em demonstrativos, eles precisam

ter adquirido o traço [Dêixis], presente na categoria dos demonstrativos em PB e, junto com esse traço, adquire-se também o traço [anafórico].

Por último, olhando para os fatores externos verificamos que ‘escolaridade’ e ‘primeira língua com se que teve contato’ são os principais fatores a diferenciar os quatro primeiros informantes, que apresentam índices positivos de aquisição dos determinantes, dos dois últimos, que apresentam índices zero.

Enfim, os resultados deste estudo nos levam a concluir que a aquisição da categoria determinante se dá traço a traço. E a explicação para alguns aspectos ligados ao quadro de aquisição da categoria D (especificamente artigos definidos), verificados em nosso *corpus*, pode encontrar respaldo no fato de haver uma distância considerável entre os traços formativos da categoria dos determinantes em PB, como L2, e em Libras, a L1; ou seja, os surdos provavelmente demoram algum tempo para adquirir os traços da categoria de determinantes em PB, por essa se configurar de maneira bastante diferente da fixada por eles em Libras.

REFERÊNCIAS

ABNEY, S. P. **The English noun phrase in sentential aspects**. Ph.D. dissertation. Massachusetts: MIT, 1987.

AGUIAR, A.G.G. **Marcação de definitude em sintagmas nominais de línguas da família TUPI-GUARANI**. Dissertação de mestrado. Brasília: 2013. Acesso em 10 de julho de 2017.

ALMEIDA, M. J. F. **O desenvolvimento da literacia na criança surda: Uma abordagem centrada na família para uma intervenção precoce**. Revista online Mediações, v. 1, n. 1, 2009.

AUGUSTO; M. R. A.; CORRÊA, L. S. **Marcação de gênero opcionalidade e genericidade: Processamento de concordância de gênero no D P aos dois anos de idade**. Linguística, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.207-234, dezembro de 2005. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

BÉJAR, S. **Phi-syntax: a teory of agreement**. PhD. Dissertation. Universiy of Toronto, 2003

BASILIO, M. **Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares**. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 6, número2, dezembro de 2010. ISSN 1808-835X 1. <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em 02 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF: 2000.

BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2003.

CARVALHO, J. **A Posição Sintática do Demonstrativo em PE**. eLingUp . Centro de Linguística da Universidade do Porto, Volume 3, Número 1, 2011 ISSN 1647-4058 Acesso em: 08 de agosto. 2017. Documentos/dados do projeto de mestrado/textos para disserta article_ pdf.

CARVALHO, D. da S. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português brasileiro**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Linguística, Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, 2008.

_____. Traços. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C.R.T. (org.). **Programa Minimalista em Foco: princípios e debates**. Curitiba. CRV. 1ªed. Curitiba, 2012.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton.1957.

_____. **Verbal behavior**. Edited by B. F. Skinner. *Language* 35.1: 26–58. 1958

_____. **Cartesian Linguistic**: A chapter in the history of Rationalist Thought. 1966.

_____. **Aspectos de la teoría de la sintaxis**. Madrid: Aguilar. 1970

_____. **Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Editora Vozes/São Paulo: EUSP, 1972.

_____. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Trad.: J. A. Meireles; E. P. Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1965.

_____. Knowledge of language. New York: Praeger. Chomsky, N. (1988a). El lenguaje y los problemas del conocimiento. Conferências de Managua I. Madrid: Visor. C

_____. **La nueva sintaxis: teoría de la rección y el ligamento**. Barcelona: Paidós. 1988

_____. **El lenguaje y el entendimiento**, Barcelona: Planeta-De Agostini. Chomsky.1992

_____. **Language and problems of knowledge**. Teorema, 16(2), (pp. 5-33).1 1997

_____. **Una aproximación naturalista a la mente y al lenguaje.** Barcelona: Prens Ibérica. 1998

_____. **The Minimalist Program.** Cambridge. Massachusetts, USA: MIT Press, 1995.

_____. **O programa Minimalista.** Lisboa: Caminho, Tradução Eduardo P. Raposo. 1995.

_____; LASNIK, H. **The Principles and Parameters Theory.** In: CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

_____. **El programa minimalista.** Madrid: Alianza editorial. 1999

_____. **Symposium on Margaret Boden, mind as machine: a history of cognitive science (book review).** Artificial Intelligence, 171, (pp. 1094-1103). 2007

_____. **Language and other cognitive systems. What is special about language?** Language Learning and Development, 7, (pp. 263-278).2011

DUARTE. I.; OLIVEIRA. F. Referência Nominal In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa.* 63ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Caminho. 2003.

FERRARI-NETO, J. As bases e os objetivos da Gramática Gerativa. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C.R.T. (org.). **Programa Minimalista em Foco: princípios e debates.** Curitiba. CRV. 1ªed. Curitiba, 2012.

FERREIRA-BRITO. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais.** Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

FINGER, I.; QUADROS, M. R. **Teorias de aquisição de linguagem.** Org. 2. Ed. rev.- Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013. 276 p.

FLORIP, S. A. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do Português.** Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP. São Paulo: Campinas, 2008

GROLLA E SILVA. **Para Conhecer Aquisição da Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

HARLEY, H. and RITTER, E. **Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis**. *Language* 78, pp. 442-526, 2002.

HERSHENSOHN, Julia 2000, *The Second Time Around: Minimalism and L2 acquisition*. Amsterdam: John Benjamins.

ILARI, Rodolfo. **Anáfora e Correferência: por que as duas noções não se identificam?** *Cad. Est. Ling..UNICAMP*. v. 41, p. 91-109. Campinas, 2001.

KATO, M. A. **A Gramática do Letrado: questões para a teoria gramatical**. In: MARQUES, M. A. et al. *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), v. 5, 2005.

KATO, Mary A. **Nomes e pronomes na aquisição**. In. Congresso do ENAL. Porto Alegre.

Anais: 2000.

KENNEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. E.; OTHERO de A. G. **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2015. 224 p.

KLIMA, Edward; BELLUGI, Ursula. *The signs of language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana Stella Cardoso. Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear. **Revel**, v. 10, n. 19, 2012. [www.revel.inf.br].

_____. **Estrita SEL – Sistema de Escrita para Língua de Sinais**. [Blog Internet]. Vitória da Conquista, Brasil. Disponível em: <<http://sel-Libras.blogspot.com.br/>>. Acesso a partir de: 10 de jun de 2016.

_____; SOUSA, R. B. A formação lexical em Libras. **Relatório de Pesquisa de Iniciação científica dirigido à FAPESB**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

LYONS. C. **Definiteness**. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 1999.

MACEDO, C. T. **Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do Português**. Campinas, SP. [s.n.], 2016. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Acesso em 20 de junho de 2017.

MATTOS, A. M. A. **A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda língua**. Rev. Est. ling., Belo Horizonte, v.9, n.2, p.51-71, jul./dez. 2000. Acesso em 02 de junho de 2016.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 63º edição, revista e aumentada. Lisboa: Caminho. 2003. Cap. 7-13.

MEIRELLES, L.L. **A Evolução das estruturas dos Sintagmas Nominais ao longo do Programa Gerativista**.

MESQUITA, A.; LIMA-SALLES, H. M. M. de. **Preposições na Língua de Sinais Brasileira e na interlíngua de surdos aprendizes de Português L2**. In: LIMA-SALLES, Heloísa Maria Moreira de; NAVES, RozanaReigota (Org.). Estudos gerativos da Língua de Sinais Brasileira e de aquisição de Português L2 por Surdos. Goiânia: Cênone, 2010.

MIGUEL, M. A. C. **Do artigo ao determinante**. ARQUIPÉLAGO. Línguas e Literaturas, Vol.14:1996, p.335-351

PESETSKY, D. **Paths and categories**. Tese de doutorado. Massachusetts Institute of Technology, 1982.

PINTO, C.F.C. CALVALCANTE, R. **Algumas Reflexões sobre a GU, interlínguas e outros**. https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/rio_2008/12_pinto-cavalcante.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2017.

PRADO, L.C.; LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. **Dêixis em elementos constitutivos da modalidade falada de línguas de sinais**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v. 10, p. 38-57, 2012.

PRADO, L. C. **Sintaxe dos determinantes na língua brasileira de sinais e aspectos de sua aquisição**. 2014. 164fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre. Ed. Artmed, 2004.

_____. PIZZIO, L.A.; REZENDE, P.L.F. **Língua Brasileira de Sinais II. Tópicos de linguística aplicados à Língua de Sinais: Sintaxe**. UFSC. Florianópolis, 2009.

_____. KANOPP, L.; PIZZIO, L.A.; **Língua Brasileira de Sinais I. Tópicos de linguística aplicados à Língua de Sinais: Sintaxe**. UFSC. Florianópolis, 2009.

SALLES, H. M. M. L.; L. VIANNA, A.C.C. **Estudo da interlíngua de surdos usuários de Língua de Sinais Brasileira na aquisição de Português (L2): nominais nus e definidos genéricos**. Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 241-264, 2010.

SALLES, H. M. M. L.; L. PIRES Desenvolvimento linguístico na aquisição de Português L2 (escrito) por surdos: a estrutura do sintagma nominal. Revista da ABRALIN, v. 1, p. 189-208, 2011.

SANDES-DA-SILVA. J.M. **A categoria verbal em interlíngua Português-Libras: aquisição da modalidade escrita do Português por surdos**. 165f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neolingüísticas. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SELL, S. **Chomsky e o Inatismo Cartesiano** in: Working Papers em Linguística, Florianópolis, UFSC, nº 6, 2002. Acesso em 20 de fevereiro de 2016

SELINKER, L. **Interlanguage**. IRAL, v.10, n. 3, p. 209-231, 1972. Acesso em 28 de julho de 2017.

_____. **Rediscovering interlanguage**. London: Longman. 1992. Disponível em <http://socling.genlingnw.ru/files/ya/interlanguage%20Tarone.PDF>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

SELINKER, L. **Rediscovering interlanguage**. (Applied linguistics and language study). Longman, 1994.

SILVA, I. B. O. **A categoria dos verbos na Língua Brasileira de Sinais**. 2015. 164fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

STOKOE, W. **Sign Language Structure: an outline of the visual communication System of the American Deaf**. *Studies in Linguistics*, Buffalo 14, New York, v. 1, n. 8, p.3-78, abr. 1960 Susan M.

SUSAN, M.; SELINKER, L., **Second language acquisition: an introductory course**. (Topics in Applied Psycholinguistics.) Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1994, p. 357.

TARONE, E. **Interlanguage**. In Keith Brown (Editor in Chief), *Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2nd Ed., Vol. 5. Oxford: Elsevier. (pp. 747-752). 2006.

TSIMPLI, I.-M. **Features in L1 and L2 acquisition: evidence from Greek clitics and determiners**. In: H. Hendricks (ed.) *Analyse comparative des processus d'acquisition en L1 et L2*, Special Issue of AILE (Acquisition et Interaction en Langue Étrangère), v. 20, p. 87-128, 2004.

ANEXO

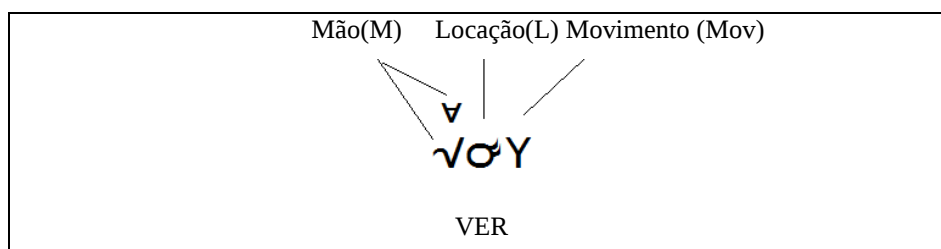
SEL: Sistema para Escrita de Libras (versão 2018)

As regras da escrita SEL apresentadas neste anexo foram retiradas em LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. *Estrita SEL – Sistema de Escrita para Língua de Sinais*. [Blog Internet]. Vitória da Conquista, Brasil. Disponível em: <<http://sel-libras.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

Sistema de escrita desenvolvido pela Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo: 483450/2009-0) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB (Termo de Outorga: PPP 0080/2010).

A escrita SEL é caracterizada como um sistema de natureza fonêmica, isto é, trata-se de um sistema não ideográfico ou logográfico. Trata-se de um sistema trácico-alfabético.

Os caracteres deste sistema se baseiam na unidade articulatória da Libras MLMov, descoberta por Lessa-de-Oliveira (2012), e se subdividem em três macrosssegmentos de acordo com as especificidades articulatórias dos sinais. São eles: *Mão*(M), composto dos caracteres de *configuração de mão e eixo/orientação de palma*; *Locação*(L); e *Movimento* (Mov), que pode ser de dedo e/ou de mão.



O MACROSSEGMENTO MÃO

O macrosssegmento MÃO possui três componentes: configuração de mão-eixo/orientação da palma.

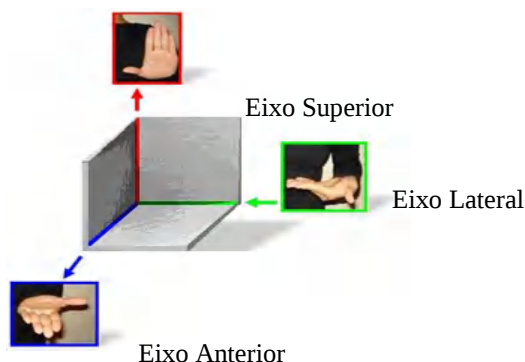
CONFIGURAÇÃO DE MÃO

A configuração da mão corresponde ao desenho que a mão apresenta e é representada na escrita SEL pelo formato do caractere. O sistema SEL apresenta um inventário de 52 tipos de configurações nas formas minúscula e maiúscula, ambas nas versões mecânica e manuscrita, conforme quadro abaixo.

Configurações de mão			minúsculas	maiúsculas	Configurações de mão			minúsculas	maiúsculas
1	a				27	ípsilon			
2	bê				28	zê			
3	bê-espraiado				29	cinco			
4	cê				30	seis			
5	cê-espraiado				31	concha			
6	cê-encolhido				32	concha encolhida			
7	dê				33	mão espalmada			
8	dê-encolhido				34	ele-espalmado			
9	e				35	mão espraiada			
10	efe				36	argola			
11	gequê				37	argola espraiada			
12	agakapê				38	argola média			
13	ijota				39	legal			
14	ijota estendido				40	garra			
15	ele				41	garra encolhida			
16	eme				42	gancho			
17	uene				43	pinça			
18	uele				44	pinça dupla			
19	o				45	pinça espraiada			
20	erre				46	grampo			
21	esse				47	figa			
22	tê				48	pera			
23	vê				49	namoro			
24	vê-ele				50	chifre			
25	dáblío				51	love			
26	xis				52	desabrochar			

DIACRÍTICOS EM CONFIGURAÇÕES DE MÃO

Eixos e orientação de palmas - Os outros dois componentes desse macrossegmento (eixo e orientação de palma) são representados juntos na escrita SEL. Os eixos correspondem à posição da mão quando se inicia o sinal.



O “eixo/orientação da palma” é marcado na versão 2017 do sistema SEL com um diacrítico colocado sobrescrito ao caractere de configuração de mão.

No caso de sinais realizados com as duas mãos, cada caractere de configuração de mão leva seu respectivo diacrítico de “eixo/orientação da palma”.

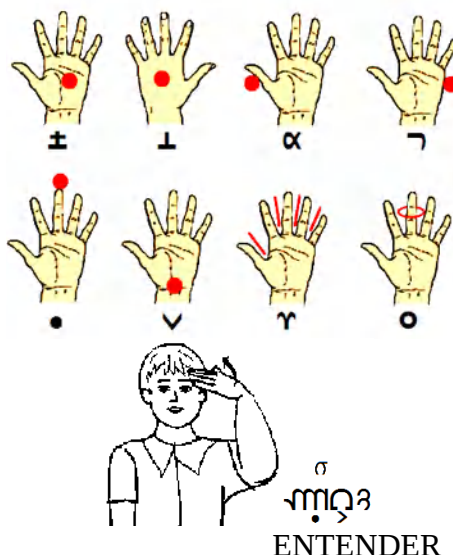
Eixo Superior:			
para frente  mL _mī	para trás  mL _mī	para dentro  mL _mī	para fora  mL ^a _mī ^c
Eixo Anterior:			
para cima  mL _mī	para baixo  mL _mī	para dentro  mL ^ε _mī ^θ	para fora  mL ^θ _mī ^ε
Eixo Medial/Lateral:			
para cima  mL ^u _mī ^u	para baixo  mL ^σ _mī ^τ	para trás  mL ^{<} _mī ^{>}	para frente  mL ^{<} _mī ^{>}

Obs.: A configuração da mão esquerda (mão de base) fica invertida em relação à configuração da mão direita (mão principal). Para os destros a leitura é espelhada, para os canhotos não.

O eixo ainda pode aparecer invertido, sendo essa inversão indicada pelos diacríticos conforme quadro abaixo.

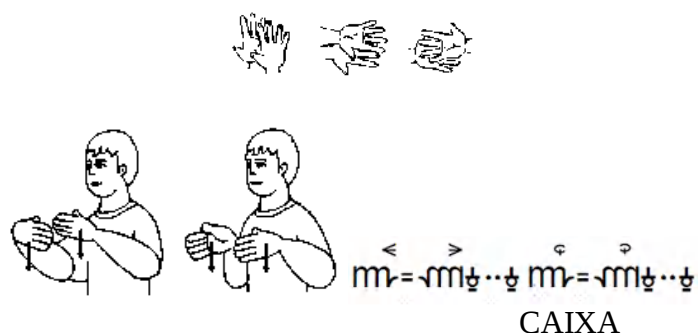
Eixo Superior:			
para frente invertido A A m m	para trás invertido ^ ^ m m	para dentro invertido c c m m	para fora invertido c c m m
Eixo Anterior:			
para cima invertido ψ ψ m m	para baixo invertido φ φ m m	para dentro invertido ε ε m m	para fora invertido ε ε m m
Eixo Medial/Lateral:			
para cima invertido u u m m	para baixo invertido n n m m	para trás invertido > < m m	para frente invertido > < m m

Pontos de toque - Subscritos aos caracteres de configuração de mão, ocorrem os diacríticos de pontos de toque. Apenas 8 dos 11 diacríticos desse tipo ocorrem sob caracteres de configuração de mão: ± (palma da mão ou dedo); ⊥ (dorso da mão ou dedo); α (lado do dedo polegar); 7 (lado do dedo mínimo); γ (entre os dedos); o (em volta dos dedos); • (pontas dos dedos); v (parte inferior da mão, pulso).

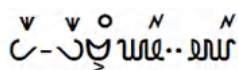


POSICIONAMENTO DA MÃO/PALMA

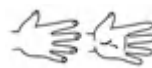
Palmas em paralelo - o paralelismo de palmas e dorso é marcado por = colocado entre os caracteres de configuração de mãos.



Mãos alinhadas: o alinhamento das mãos é marcado pelo traço , indicando mãos posicionadas lado a lado, e pelo traço , indicando mãos alinhadas por pulso e/ou pontas dos dedos.



FLAUTA

Mãos alinhadas lado a lado	Mãos alinhadas por pulso e/ou pontas de dedos
      	     

Mãos em diagonal: A posição em diagonal das mãos é marcada, no plano transversal, por , no plano sagital, por  e, no plano frontal, por . A ponta do traço diagonal dos marcadores indica a posição da mão principal (se acima ou abaixo, à frente ou atrás da outra mão). No plano frontal, as pontas do traço diagonal indicam a posição das mãos principal e de base respectivamente.

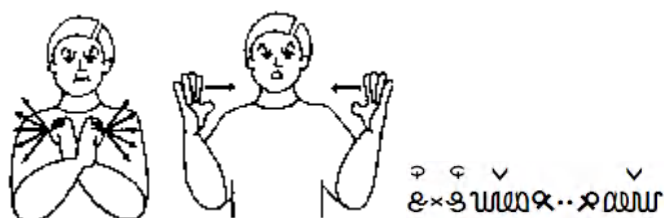


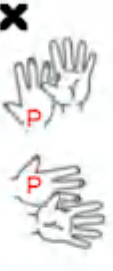
VIOLINO

	Plano transversal	Plano sagital	Plano frontal
Mão principal acima		 	 
Mão principal abaixo		 	 
Mão principal à frente	 		

Mão principal atrás			
---------------------	---	--	--

Cruzamento de mão: Cruzamento de mão nos três planos marca-se com um X entre as configurações de mão e coloca-se as configurações de mãos e respectivos diacríticos também em cruzamento, isto é os da mão principal no lugar dos da mão de base e vice-versa.



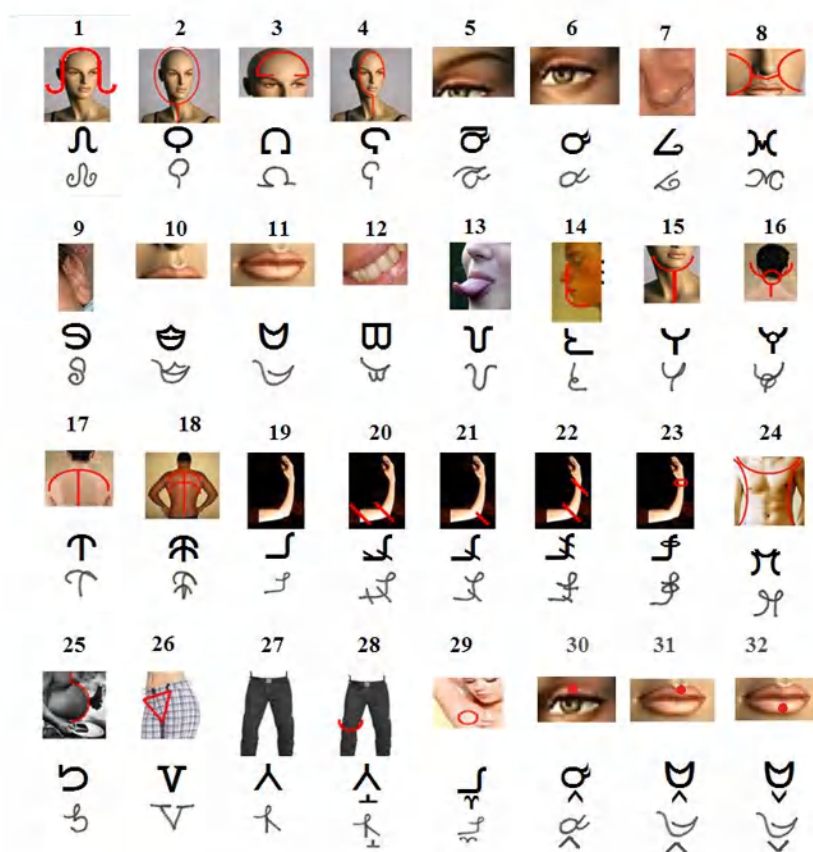
	Plano transversal	Plano sagital	Plano frontal
Cruzamento de mãos			

Quando houver mudança de EIXO/ORIENTAÇÃO DE PALMA durante o movimento, causando problema de processamento, diacríticos de EIXO/ORIENTAÇÃO DE PALMA são colocados também sobre os caracteres de movimento, marcando essa alteração (Isto ocorrerá apenas quando tal procedimento for indispensável à compreensão).



O MACROSEGMENTO LOCAÇÃO (ou Localização)

O macrossegmento LOCAÇÃO (ou Localização) representa um ponto do corpo envolvido na articulação do sinal. O "sistema SEL" representa 32 pontos de articulação do corpo com 27 caracteres. Esses caracteres ocorrem nas versões mecânica e manuscrita e na forma minúscula.



DIACRÍTICOS EM CARACTERES DE LOCAÇÃO

Os caracteres de locação podem trazer diacríticos subscritos (pontos de toque) ou sobrescritos (expressões faciais).

Pontos de toque – Os diacríticos de ponto de toque ocorrem nos caracteres de locação, marcando o lado ou ponto da parte do corpo onde o sinal ocorre. Subscritos aos caracteres de locação aparecem os diacríticos: $\pm$ (lado da palma); $\perp$ (lado de dorso da mão); α (lado do

dedo polegar); 𐤀 (lado do dedo mínimo); 𐤁 (entre); 𐤂 (em volta); 𐤃 (parte inferior); 𐤄 (lado esquerdo); 𐤅 (lado direito); 𐤆 (parte superior).

Lado do dorso no braço 𐤆𐤃	Lado da palma no braço 𐤆𐤃	Lado do dedo polegar no braço 𐤆𐤃	Lado do dedo mínimo no braço 𐤆𐤃	Lado do dorso 𐤆𐤃	Lado da palma 𐤆𐤃	Lado do dedo polegar 𐤆𐤃	Lado do dedo mínimo 𐤆𐤃
Lado do dorso 𐤆𐤃	Lado da palma 𐤆𐤃	Lado do dedo polegar 𐤆𐤃	Lado do dedo mínimo 𐤆𐤃	Lado do dorso 𐤆𐤃	Lado da palma 𐤆𐤃	Entre as partes da articulação do cotovelo 𐤆𐤃	Parte de cima 𐤆𐤃
Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Para cima 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃
Lado direito 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Lado esquerdo 𐤆𐤃	Lado direito 𐤆𐤃	Parte de cima 𐤆𐤃

Expressões faciais - O sistema SEL apresenta diacríticos para expressões faciais, que devem ser utilizados apenas em sinais psicológicos, de negação, interrogativos ou em casos especiais em que, na articulação do sinal, a informação da expressão facial torna-se indispensável. São 20 os diacríticos de expressão facial: alegre/ feliz: 𐤆; triste/ desanimado: 𐤇; amedrontado/ horrorizado/ assustado: 𐤈; surpreso/ boquiaberto: 𐤉; enojado/ insatisfeito/ com desprezo: 𐤊; irônico: 𐤋; zangado: 𐤌; azedo: 𐤍; olhos fechados 𐤎; abrindo olhos 𐤏; bochechas infladas: 𐤐; uma bochecha inflada: 𐤑; bochechas comprimidas: 𐤒; dentadas: 𐤓; mexendo lábios: 𐤔; soprando: 𐤕; sugando: 𐤖; zigue-zague de queixo: 𐤗; palavra negativa: 𐤘; palavra interrogativa: 𐤙.



ZANGADO



Quando não houver o caractere de locação, o diacrítico de expressão facial fica ao lado da configuração da mão, na mesma altura de diacríticos colocados sobrescritos.

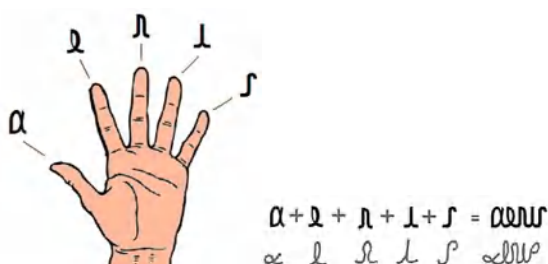


O MACROSEGMENTO MOVIMENTO

Observamos em línguas de sinais como a Libras dois tipos de movimento: de dedo e de mão.

CARACTERES DE DEDOS

O sistema SEL representa o movimento de dedo através de caracteres de dedos e diacríticos. Os caracteres de dedos na escrita SEL correspondem a cada um dos cinco dedos da mão, os quais podem aparecer isolados ou combinados, a depender de quais dedos estão envolvidos no movimento.



Juntando dedos isolados e formas combinadas, temos 20 caracteres de dedos.

Polegar α	Indicador λ	Médio λ	Anular λ	Mínimo s
	Duque λλ	Terno λλλ	Quadra λλλλ	
		Quina λλλλλ		
Laço λλ	Laçada λλλ	Rabicho λλλλ	Agulha λλλλλ	Cacho λλλλλλ
Laço Médio λλλλ	Rabicho Médio λλλλλ	Agulha Média λλλλλλ	Trinca derradeira λλλλλλλ	
	Mínimo Ausente λλλλλλ	Indicador Ausente λλλλλλλ		

DIACRÍTICOS DE MOVIMENTO DE DEDO

Sobre os caracteres de dedos recaem diacríticos que indicam o tipo de movimento realizado

pelos dedos (λ, α, λλ, λλλ, λλλλ, λλλλλ, λλλλλλ, etc.). São eles: abrir gradativamente: λ; abrir: λ; abrir e fechar: λλ; abrir duas vezes: λλλ; fechar duas vezes: λλλλ; zigue-zague: λλλ; fechar gradativamente: λλ; fechar: λλλ; esfregar: λλλλ; movimento tesoura: λλλ; dobrar dedo: λλλ.

Nota: Os caracteres de dedos podem também receber diacríticos de pontos de toque marcando o ponto exato onde o dedo é tocado.

CARACTERES DE MOVIMENTO DE MÃO

Movimentos retilíneos – Os movimentos retilíneos são a base de formação dos movimentos de mãos. São eles:

Para Frente

Y

Y

Para Trás

Y

Y

Para Cima

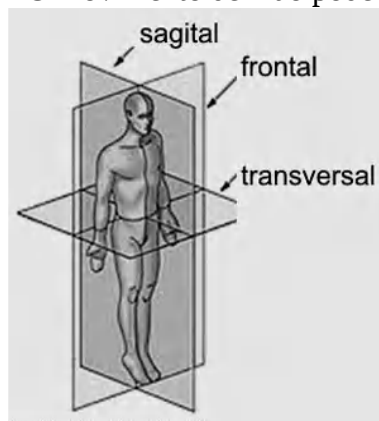
Para Baixo

Para Direita

Para Esquerda



Movimentos de mão em planos - O movimento de mão pode ocorrer em três planos:



	Transversal				Sagital				Frontal			
	P/ Frent e	P/ Frent e	P/ Trás	P/ Trás	P/ Frent e	P/ Frent e	P/ Trás	P/ Trás	P/ Cima	P/ Baix o	P/ Direi ta	P/ Esq.
semicir- cular												
curvo												
angular												
angular duplo												
sinuoso												
zigue- zague												
diago- nal												
retilí- neo												
retilí- neo breve												
retilí- neo brevíssi- mo												
retilí- neo vai e volta												
circular												

	 em sentido horário  em sentido anti-horário			 em sentido horário  em sentido anti-horário			 em sentido horário  em sentido anti-horário		
--	---	--	--	---	--	--	---	--	--

Movimentos que não precisam de planos

Batida;giro de Pulso; tremura; inversão de palma; dobrar pulso;



giro de pulso no sentido horário; giro de pulso no sentido anti-horário;

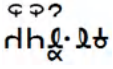


dobradura de pulso para a palma; dobradura de pulso para o dorso;

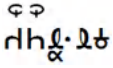


dobrar pulso na direção do dedo mínimo.

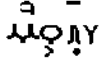



 POR QUE




 PORQUE




 AMANHÃ

FRASES

As frases no sistema SEL são lineares, escritas da esquerda para a direita. Quanto aos sinais de pontuação, a escrita SEL utiliza pontuação semelhante à do espanhol, com os sinais de interrogação e exclamação ocorrendo também no início da sentença, mas invertidos. A única coisa que se altera é o ponto final que é um pequeno xis (x). Há ainda uma marca de intensificação adverbial representada por duas barras verticais (||) colocadas logo após o item lexical.³⁴

TEXTOS

Os textos são organizados em parágrafos, seguindo a mesma organização que encontramos nos gêneros textuais do Português. Se for gêneros do tipo narrativo em que se utiliza discurso direto, as falas diretas são iniciadas com um travessão em outro parágrafo.

DATILOGIA

A datilologia é um tipo de soletração de uma palavra, originalmente pertencente a uma língua oral, que utiliza o alfabeto digital ou manual de línguas de sinais. O alfabeto manual da Libras tem sua base no alfabeto da língua francesa de sinais, no qual cada sinal corresponde a uma letra. A datilologia é comumente usada para representar substantivos próprios, palavras que não possuem sinal conhecido ou palavras da língua oral que foram incorporadas à língua de sinais e, por isso, são também soletradas.

Para representar a datilologia em escrita SEL, utiliza-se apenas os caracteres de configuração da mão direita escritos na mesma ordem da palavra soletrada (sem utilização de caracteres de eixo, locação ou movimento). Como algumas configurações de mão representam mais de uma letra do alfabeto do Português, utilizamos alguns diacríticos para diferenciar essas letras. O alfabeto para datilologia em escrita SEL é o seguinte:

³⁴ Não se sabe ainda se todo tipo de intensificação do sinal poderá ser representado por uma única marca como essas barras, necessitando-se para certificação disso de algumas pesquisas a respeito da sintaxe da Libras. Por isso algumas coisas, como as barras de intensificação do sinal, poderão ser ainda alteradas.

Para representar os acentos e outros diacríticos do Português, utilizamos os seguintes diacríticos da SEL:



Nota: O alfabeto para datilologia corresponde a configurações da mão direita.

Para representar os acentos do Português, utilizamos os seguintes diacríticos.

â á ã à ä
 ô ó õ ò ö

Exemplos:

Gisele Bündchen João açúcar
 ʒɪsɛlɛ bʏndʃɛn joão aʒúkar

lâmpada à queijo
 ɫâmpada à ʒeju